



HAITONG BANK, S.A.

Edifício Quartzó – Rua Alexandre Herculano, 38 | 1269-180 Lisboa | PORTUGAL

Capital Social: 844 769 000 euros

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e Pessoa Coletiva: 501 385 932

PORTUGAL

Haitong Bank, S.A
Rua Alexandre Herculano, 38
1269 -180 Lisboa | Portugal
Tel: + 351 21 319 69 00
Email: mail@haitongib.com

ESPAÑA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Espanha
Paseo de la Castellana 52, 1º andar
28046 Madrid | Espanha
Tel: + 34 914005400
Email: info@haitongib.es

BRASIL

Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 8º
Itaim Bibi, CEP 04538-905, São Paulo | Brasil
Tel: + 55 11 3074 7444
Email: contato@haitongib.com.br

POLÓNIA

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Varsóvia
Złota 59th Street, floor V - 00-120
Varsóvia | Polónia
(Entrada "Lumen" pela Jana Pawła II Avenue)
Tel: + 48 22 347 4000
Email: info@haitongib.com

REINO UNIDO

Haitong Bank, S.A., Sucursal de Londres
1 Aldermanbury Square
LONDON EC2V 7HR | Reino Unido
Tel: +44 207 4569191
Email: info2@haitongib.com

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem Conjunta do <i>Chairman</i> e do CEO.....	2
Principais Indicadores Financeiros.....	3
Estrutura Organizacional.....	4
<i>Senior Management</i>	5
Estratégia de Negócio.....	6
PRODUTO.....	7
Modelo de Negócio.....	7
Mercado de Capitais	8
Structured Finance.....	14
Fusões e Aquisições	18
Fixed Income, Currency and Commodities	22
Asset Management.....	26
Private Equity.....	29
PESSOAS.....	31
Capital Humano	31
PERFORMANCE FINANCEIRA.....	35
Ambiente Macroeconómico	35
Análise Financeira	39
Eventos Corporativos.....	41
Tesouraria.....	42
<i>Rating</i>	45
GESTÃO DE RISCO.....	46

RELATÓRIO FINANCEIRO

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas às Contas.....	59
Declaração sobre a Auditoria às Contas.....	175

ANEXOS

Ações e obrigações detidas por membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	177
Orgãos Sociais e Comitês	179
Declaração de Conformidade	180

Mensagem Conjunta do *Chairman* e do CEO

Com o mundo a debater-se com desafios extremos durante a primeira metade de 2020, podemos orgulhar-nos da resiliência demonstrada pelo Haitong Bank e da rapidez com que se ajustou a esta nova realidade.

A nossa primeira prioridade foi a segurança e bem-estar dos nossos colaboradores. A segunda foi garantir o desempenho operacional do Banco. O Banco conseguiu implementar com sucesso o seu plano de contingência e continuar a apoiar os seus clientes, sem perturbações no decurso das suas atividades de negócio, mesmo com mais de 90% dos nossos colaboradores a trabalhar remotamente, em diversas geografias, o que nos deixa muito satisfeitos.

No entanto, e como já era de prever, a atividade do Banco no primeiro semestre de 2020 não foi imune à brusca contração económica global e à depressão dos mercados de capitais. Este contexto levou a uma descida das taxas de juro, a uma queda acentuada do preço do petróleo e à desvalorização de várias moedas, nomeadamente do real brasileiro e do zloty polaco. Adicionalmente, o mundo tem vindo a assistir a uma deterioração contínua dos riscos geopolíticos, sendo constante o fluxo de notícias sobre as relações entre os Estados Unidos da América e a China.

A performance do Banco reflete o duplo impacto da pandemia, cujo primeiro surto eclodiu no Extremo Oriente durante o primeiro trimestre, afetando os nossos negócios relacionados com a China, e depois se propagou para os Mercados Ocidentais no segundo trimestre. O Produto Bancário no primeiro semestre caiu 57%, para 24 milhões de euros, refletindo não só a redução da atividade de negócio, particularmente nos mercados de dívida (DCM), que fecharam, tanto para emitentes chineses como ocidentais, como também o fraco desempenho das atividades de FICC. Neste contexto, o Banco interrompeu uma sequência de resultados trimestrais consistentemente positivos, registando um prejuízo acumulado no primeiro semestre de 12 milhões de euros.

Apesar dos constrangimentos enfrentados na primeira metade do ano, foi possível vislumbrar importantes sinais de retoma no final deste período, sobretudo a forte recuperação das operações de financiamento, tanto na área de DCM como de Structured Finance, e da assessoria em fusões e aquisições. Além disso, alguns dos nossos principais mercados, sobretudo na Ásia, estão a tornar-se motores de crescimento global. Esta recuperação da atividade de negócio, conjugada com um robusto pipeline de operações para o segundo semestre, justifica o nosso otimismo quanto ao reequilíbrio do negócio nos finais de 2020.

Após o primeiro impacto da pandemia, entrámos numa nova fase, mantendo uma forte posição de capital. O Haitong Bank é atualmente um dos bancos com maior capitalização no nosso sistema, com um rácio de Fundos Próprios Principais de Nível 1 (CET1) de 26,6% e um rácio de Fundos Próprios Totais de 33,8%, a par de uma sólida posição de liquidez e um nível de qualidade de ativos nunca antes atingido, com um rácio de Crédito não Produtivo (NPL) de 2,3%.

Estes números permitirão sustentar a concretização das nossas duas prioridades estratégicas:

- (i) Consolidação do nosso Modelo de Negócio baseada em três principais áreas de produto – Financiamento de Dívida, Assessoria Financeira e Atividades de Mercados – e em três fontes de origem de negócios - os nossos mercados domésticos da Europa e da América Latina, o acesso à China, e os fluxos transfronteiriços entre estas regiões;*
- (ii) Crescimento Orgânico do nosso Franchise, servindo mais clientes em mais regiões, suportado pelas nossas competências e vantagens competitivas e por um balanço robusto.*

Uma estratégia clara e um plano de negócios realista, a qualidade do nosso capital humano e o apoio do nosso acionista serão o apoio que necessitamos para nos mantermos no caminho certo para atingir os nossos objetivos e apoiar os nossos clientes. Além disso, e como já demonstrámos através da nossa resiliência e perseverança, estamos preparados para enfrentar um potencial aumento do clima de incerteza.

Lin Yong | Chairman

Wu Min | CEO

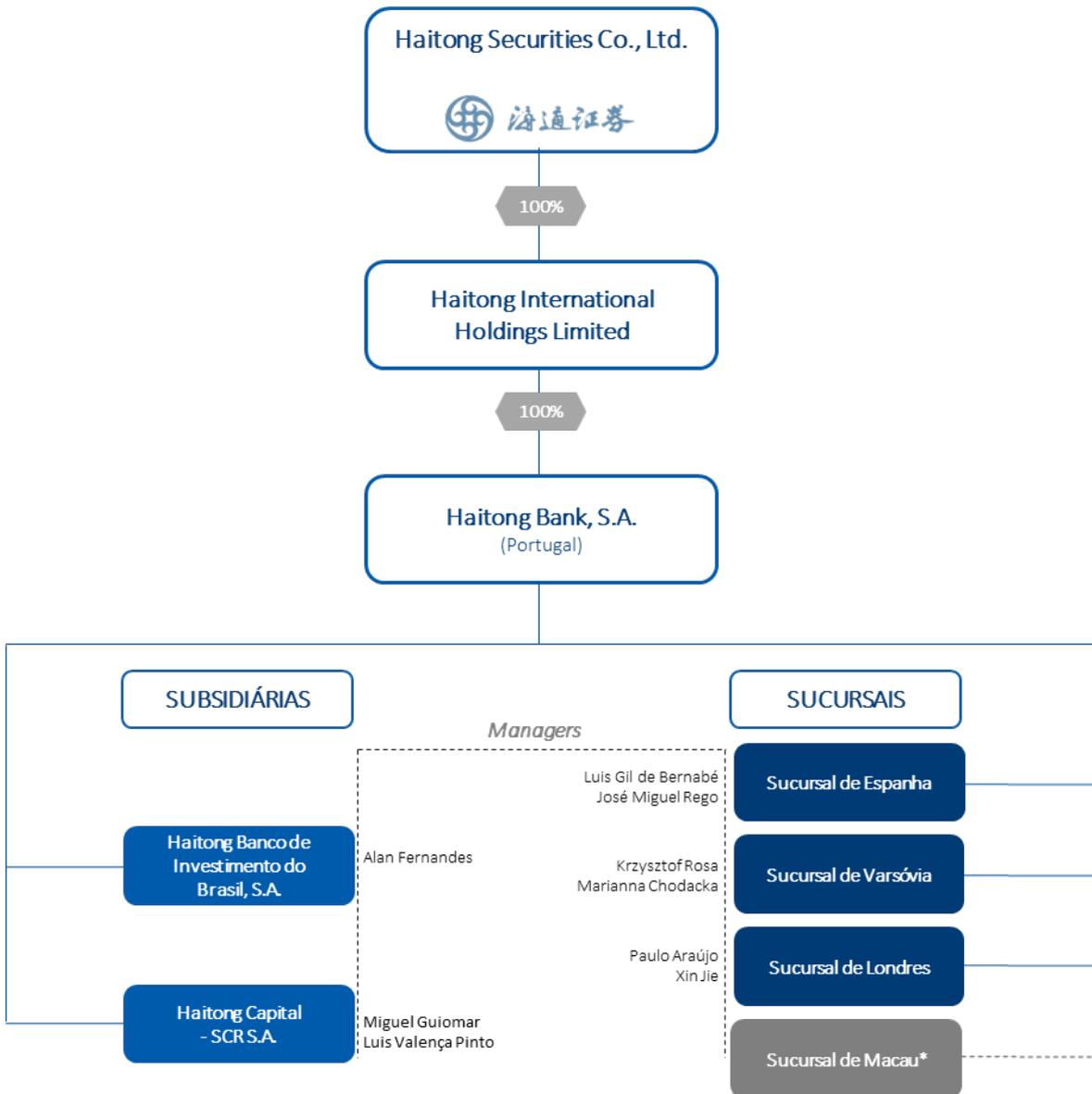
Principais Indicadores Financeiros

(milhões de euros)

	2020 junho	2019 dezembro	2019 junho
Balanço			
Total de Ativo	2.729	2.607	2.946
Total de Passivo	2.141	1.991	2.327
Total de Capital Próprio	588	616	619
Resultados			
Produto Bancário	24	108	57
Custos Operacionais	-31	-72	-39
Resultado Operacional	-7	36	18
Imparidades e Provisões	-4	-23	-1
Resultado Líquido	-12	8	11
Rentabilidade			
Rentabilidade dos capitais próprios médios ("ROE")	-3,9%	1,2%	3,5%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽¹⁾	-3,5%	2,0%	5,5%
Rentabilidade do ativo líquido médio ("ROA")	-0,8%	0,3%	0,7%
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	-0,8%	0,4%	1,2%
Produto Bancário / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	1,8%	3,9%	4,1%
Eficiência			
Custos Operacionais / Produto Bancário ("Cost to Income ratio") ⁽¹⁾	127,0%	67,0%	67,8%
Custo com o Pessoal / Produto Bancário ⁽¹⁾	78,0%	41,3%	41,6%
Qualidade do Crédito			
Carteira de Crédito (bruta)	335	327	486
Reforço de Provisões para Crédito	2	2	0
Rácio de crédito não produtivo ("NPL ratio")	2,3%	3,6%	4,6%
Cobertura de crédito não produtivo	52,3%	40,6%	55,9%
Solvabilidade			
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 (<i>phased-in</i>)	26,6%	28,4%	24,3%
Rácio Fundos Próprios Totais (<i>phased-in</i>)	33,8%	35,9%	30,4%
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1 (<i>fully-loaded</i>)	26,5%	28,2%	24,0%
Rácio Fundos Próprios Totais (<i>fully-loaded</i>)	33,6%	35,5%	30,1%
Alavancagem			
Rácio de Alavancagem (<i>phased-in</i>)	18,4%	19,8%	19,0%
Rácio de Alavancagem (<i>fully-loaded</i>)	18,3%	19,7%	18,8%
Posição de Liquidez			
Net Stable Funding Ratio (NSFR)	176%	181%	152%
Rácio de Cobertura de Liquidez ("LCR")	299%	537%	402%
Rácio de Transformação ⁽¹⁾	31%	31%	151%
Nº de Colaboradores	369	364	373

(1) Indicadores de referência do Banco de Portugal (Instrução 23/2011)

Estrutura Organizacional



*Em processo de aprovação por parte da AMCM

Através dos seus escritórios na Península Ibérica, Reino Unido, Polónia e Brasil, onde conta com uma equipa de cerca de quatrocentos profissionais, o Haitong Bank está empenhado em servir os seus clientes domésticos, corporativos e institucionais, assim como a sua base crescente de Clientes chineses.

Senior Management

Conselho de Administração		<p>Lin Yong <i>Presidente do Conselho de Administração</i></p>		<p>Wu Min <i>Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração</i></p> <p>Tesouraria & FICC Corporate Solutions CEO Office Recursos Humanos Financeiro</p>
		<p>Alan Fernandes <i>Membro Executivo do Conselho de Administração</i></p> <p>CEO do Haitong Banco de Investimento do Brasil, S.A.</p>		<p>Miguel Guiomar <i>Membro Executivo do Conselho de Administração</i></p> <p>Mercado de Capitais Structured Finance M&A Asset Management Haitong Capital – SCR, S.A.</p>
		<p>Nuno Carvalho <i>Membro Executivo do Conselho de Administração</i></p> <p>Compliance & AML-FT Jurídico Special Portfolio Management Informática & Administrativo Auditoria Interna</p>		<p>Vasco Câmara Martins <i>Membro Executivo do Conselho de Administração</i></p> <p>Gestão de Risco Rating Operações</p>
		<p>António Domingues <i>Membro Não-Executivo do Conselho de Administração</i></p>		<p>Martina García <i>Membro Não-Executivo do Conselho de Administração</i></p>
		<p>Pan Guangtao <i>Membro Não-Executivo do Conselho de Administração</i></p>		<p>Paulo Martins <i>Membro Não-Executivo do Conselho de Administração</i></p>
		<p>Vincent Camerlynck <i>Membro Não-Executivo do Conselho de Administração</i></p>		<p>Zhang Xinjun <i>Membro Não-Executivo do Conselho de Administração</i></p>
		<p>António Pacheco <i>Responsável pelo Departamento Financeiro</i></p>		<p>Pedro Costa <i>Responsável pelo CEO Office e Corporate Solutions</i></p> <p>Secretário da Comissão Executiva e do Conselho de Administração</p>
Senior Managers com assento na Comissão Executiva				

Estratégia de Negócio

A estratégia do Haitong Bank visa interligar clientes e oportunidades de negócio através da vasta rede do Banco, aliando a sua experiência de longa data na Europa e América Latina com a capacidade de originação cross-border de Ângulo Chinês do Grupo.



Esta estratégia assenta em três pilares: (i) o seu forte posicionamento na Península Ibérica, Polónia e Brasil, (ii) o Ângulo Chinês, e (iii) o negócio cross-border entre estas regiões e a China.

PRODUTO

Modelo de Negócio



Debt Financing

DCM

- Estruturação e tomada firme de *Eurobonds cross-border*
- Emissão de obrigações locais
- Instrumentos de dívida de curto prazo

Structured Finance

- *Project finance / Project bonds*
- *Acquisition finance*
- Crédito a empresas / Financiamentos intercalares
- Garantias

FICC

- *Flow Bond Trading and Sales*
- Soluções de cobertura para empresas

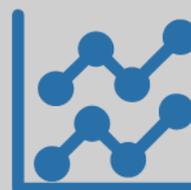
Investment Services

Asset Management

- Experiência em diversos ativos: Ações, Obrigações e *Quant*
- Experiência local: Europa e China
- Gestão discricionária de carteiras e gestão de Fundos

Private Equity

- Fundo de Infraestruturas
- Fundos de capital de desenvolvimento



Markets-related



Advisory

M&A Advisory

- Assessoria em compras e vendas de empresas
- Assessoria na alienação de ativos
- Avaliação das empresas

Mercado de Capitais

VISÃO GLOBAL

A Direção de Mercado de Capitais abrange a organização, estruturação e implementação de produtos de dívida e *equity* direcionados para o mercado. O Banco providencia serviços a clientes *corporate*, instituições financeiras, entidades estatais, empresas públicas e municípios.

A área de *Debt Capital Markets* (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões *cross-border*, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, *project finance bonds* e papel comercial.

A vertente de *Equity Capital Markets* (ECM) inclui privatizações, ofertas públicas iniciais (IPOs), aumentos de capital, OPAs, colocações privadas, *block trades* e saídas de Bolsa, bem como produtos *equity-linked*, como obrigações convertíveis e derivados sobre ações.

30%

Peso no Produto Bancário Total

OFERTA DE SERVIÇOS

- *Estruturação e tomada firme de Eurobonds cross-border*
- *Emissão de obrigações locais*
- *Instrumentos de dívida de curto prazo*

ESTRATÉGIA

Uma referência nas transações cross-border com a China

A área de Mercado de Capitais está sobretudo focada nas atividades de dívida, mantendo uma atividade de ECM residual, em casos pontuais.

7,2M€

Valor do Produto Bancário

A estratégia de negócio da área de DCM baseia-se em dois pilares principais: (i) *franchise* histórico (emissões locais de obrigações na Ibéria, Polónia e Brasil), tirando partido das capacidades locais de originação e distribuição; e (ii) emissores da China, que tiram partido da capacidade de originação do Grupo Haitong conjugada com a capacidade de tomada firme, estruturação e distribuição do Haitong Bank.

O Banco está bem posicionado para ser uma referência nas transações *cross-border* com a China, alavancando a sua destacada participação nos últimos três anos em operações denominadas em euro para emitentes chineses, e beneficiando ainda do acesso privilegiado do Grupo a *pools* de liquidez na Ásia, incluindo as crescentes oportunidades nos mercados de *Panda Bonds* resultantes da abertura do mercado chinês a emitentes estrangeiros de instrumentos denominados em CNY.

O MERCADO NO 1º SEMESTRE DE 2020

Debt Capital Markets (DCM)

A atenção mundial durante a primeira metade de 2020 foi dominada pela pandemia causada pela Covid-19, cujo impacto se tem alastrado a todos os países, economias e populações do globo, sendo assim o fator que mais influenciou os mercados internacionais de dívida neste período.

Inicialmente, enquanto os mercados financeiros tentavam analisar as possíveis consequências do surto de coronavírus, assistiu-se a uma paralisação gradual das novas emissões em todas as classes de ativos, que começou em meados de fevereiro na Ásia, estendendo-se depois até ao fim de março à Europa Central e de Leste, Médio Oriente e África e finalmente aos países da América Latina. Os governos, os respetivos bancos centrais e as agências intergovernamentais, como o FMI e o Banco Mundial, reagiram rapidamente, implementando medidas fiscais de combate à Covid-19. Embora não se tratasse de uma crise financeira, muitos governos e reguladores nacionais tiveram consciência de que não havia tempo a perder, e, através da sua colaboração e ação concertada, foi possível tranquilizar os mercados financeiros globais.

Com o retorno da confiança resultante das respostas financeiras e políticas internacionais, verificou-se uma corrida à emissão de obrigações, tanto nas economias desenvolvidas como nos mercados emergentes. Com o objetivo de obter financiamento para mitigar os riscos e choques para as suas próprias economias e sociedades, muitos emitentes soberanos regressaram ao mercado, sempre que lhes foi possível, com novas emissões de obrigações não previamente planeadas.

A atividade global de dívida ascendeu a 5,5 biliões de dólares no primeiro semestre de 2020, o que

corresponde a um aumento de 35% face ao período homólogo do ano anterior e ao primeiro semestre mais forte para esta atividade desde 1980, o ano a partir do qual existem registos. Pela primeira vez desde que há registos, o número de novas ofertas lançadas no mercado neste período ultrapassou as 13 mil. A emissão de dívida no segundo trimestre de 2020 registou um aumento de 52% face aos primeiros três meses do ano, fazendo deste o período trimestral mais dinâmico no mercado de DCM desde que há registos.

O volume global de emissões de dívida corporativa *high yield* atingiu 251,4 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2020, o que representa uma subida homóloga de 22% e o melhor primeiro semestre para esta atividade desde 2014. Janeiro registou um máximo mensal de 65,0 mil milhões de dólares de dívida corporativa *high yield* a nível global e junho um record mensal de 48,5 mil milhões de dólares de dívida corporativa *high yield* nos EUA.

As emissões internacionais de obrigações ascenderam a 3,1 biliões de dólares no primeiro semestre de 2020, o que representa um recorde histórico e uma subida de 38% face ao período homólogo de 2019. As emissões internacionais de emitentes da Alemanha, França e Reino Unido representaram 21% do total de emissões, uma descida homóloga de 23%. As emissões de obrigações verdes ("*green bonds*") cifraram-se em 73,9 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2020, registando uma quebra de 17% face ao primeiro semestre de 2019. No entanto, no segundo trimestre de 2020, este tipo de emissões atingiu 46,6 mil milhões de dólares, o que representa um aumento de 74% face ao período homólogo do ano anterior e o terceiro melhor trimestre de sempre.

Equity Capital Markets (ECM)

A atividade global de *Equity Capital Markets* ascendeu, no primeiro semestre de 2020, a 447,2 mil milhões de dólares, o que corresponde a uma subida de 41% face a igual período no ano anterior e ao primeiro semestre mais forte para esta atividade desde 2015. Foram lançadas no mercado 2.444 ofertas de *equity*, o que representa um aumento homólogo de 12% e o número mais elevado dos últimos dois anos. O segundo trimestre de 2020 registou um montante total de emissões de 317,2 mil milhões, de dólares, mais do que duplicando o valor do primeiro trimestre e saldando-se como o melhor trimestre em termos de receitas globais de ECM desde o quarto trimestre de 2010.

No que respeita à atividade global de ofertas públicas iniciais (*IPOs*), o primeiro semestre de 2020 foi o pior primeiro semestre para esta atividade desde 2016, tendo o volume global registado uma contração homóloga de 21%, para 57,3 mil milhões de dólares. Nas bolsas americanas, o volume de *IPOs* caiu 33% no primeiro semestre de 2020, enquanto que a China registou uma subida de 37%, para 23,2 mil milhões de dólares, atingindo o recorde dos últimos dois anos. Em junho de 2020, a atividade global de *IPOs* totalizou 18,1 mil milhões de dólares, mais do que duplicando o valor registado em maio e triplicando o nível de atividade verificado em abril.

Suportado por um número recorde de ofertas mensais, o volume global de ofertas secundárias atingiu 295,6 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2020, o que representa uma subida homóloga de 66% e marca o primeiro semestre mais forte para esta atividade desde 2016. Junho registou um valor total de ofertas secundárias de 93,9 mil milhões de dólares, correspondente a 512 ofertas, destacando-se como o segundo melhor mês em termos de receitas desta atividade, apenas ultrapassado por dezembro de 2009 (120,7 mil milhões de dólares), e como o mês mais forte de sempre em termos do número de ofertas, que bateu o recorde de novembro de 2017 (449).

O montante global de ofertas de instrumentos convertíveis totalizou 94,3 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2020 - o valor mais elevado para os primeiros seis meses do ano desde 2007 -, representando 21% da atividade global de *Equity Capital Markets*, em linha com o valor registado no período homólogo. As ofertas de instrumentos convertíveis de empresas dos setores de Tecnologia, da Saúde e da Indústria representaram 55% do montante total emitido.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

Em Portugal, a atividade do Haitong Bank no primeiro semestre de 2020 foi marcada por diversas colocações privadas de papel comercial, utilizado pelos emitentes como uma almofada de liquidez para lidar com a incerteza resultante da pandemia de Covid-19 e os efeitos da quarentena imposta pelo Governo português.

O terceiro trimestre de 2020 prevê-se muito mais dinâmico, esperando-se a materialização de diversos mandatos nos próximos meses, relacionados com emitentes que necessitam de refinar dívida já reembolsada no primeiro semestre de 2020 ou a reembolsar nos primeiros meses de 2021.

Na China, o Haitong Bank continuou a encaminhar emitentes Chineses para os mercados internacionais, através de colocações privadas e públicas. Das transações *cross-border* de dívida concluídas com sucesso pelo Haitong Bank no primeiro semestre de 2020, destacam-se as seguintes:

- ⊕ Colocação privada de obrigações da Neijiang Investment Holding Group Co., Ltd., no montante de 95 milhões de dólares, com taxa de 7,5% e vencimento em 2023;
- ⊕ Emissão de obrigações da Haitong International Finance Holdings 2015 Limited, no montante de 670 milhões de dólares, taxa de 2,107% e vencimento em 2025, com garantia incondicional e irrevogável da Haitong Securities Co., Ltd.; e

- ⌘ Emissão de obrigações garantidas da Shangrao Investment Holdings International Company Limited, no montante de 500 milhões de dólares, taxa de 4,3% e vencimento em 2023.

Na Polónia, o início de 2020 não foi brilhante em termos do número de emissões de obrigações, mas o facto é que não teria sido possível prever uma situação tão inesperada como a pandemia de COVID-19. Entre outros efeitos, o pânico que se gerou nos mercados financeiros levou a saídas de montantes significativos de fundos de investimento, reinvestidos na compra de obrigações, assim como a uma forte contração do financiamento disponível de bancos e outras entidades. Consequentemente, assistiu-se a uma quase paralisação do mercado de dívida corporativa.

Não obstante o contexto difícil e sem precedentes, a sucursal do Haitong Bank na Polónia prepara-se para implementar uma nova abordagem que irá permitir aos emitentes de obrigações obter financiamento nas atuais condições do mercado. A sucursal prevê começar a executar estas operações na segunda metade do ano.

Em Espanha, apesar da difícil situação para a atividade de Mercado de Capitais vivida nos últimos meses, o início do ano manteve o elevado número de operações registado no final de 2019. No primeiro semestre de 2020, a sucursal do Haitong Bank em Espanha concluiu com sucesso as seguintes operações, essencialmente concentradas no primeiro trimestre:

- ⌘ Colocação privada, no montante de 9,75 milhões de euros, da Reden Solar, um produtor integrado de energia solar. O Haitong Bank participou como *Placement Agent* nesta operação;
- ⌘ *Euro Commercial Paper Programme* (ECP), no montante de 100 milhões de euros, da Sacyr, uma empresa cotada do setor da Construção e Infraestruturas. O Haitong Bank participou como *Dealer* nesta operação;
- ⌘ Programa de Notas Promissórias no montante de 100 milhões de euros da Via Celere, uma empresa do setor imobiliário. O Haitong Bank participou como *Dealer* nesta operação;

- ⌘ Programa de Papel Comercial no montante de 75 milhões de euros da Tradebe, uma empresa de serviços ambientais e gestão de resíduos. O Haitong Bank participou como *Dealer* nesta operação;

- ⌘ Programa de Papel Comercial no montante de 30 milhões de euros da Copasa, uma empresa do setor da Construção e Infraestruturas, dedicada à prestação de serviços urbanísticos, logísticos e de energia. O Haitong Bank participou como *Dealer* nesta operação.

A atividade de DCM no Brasil foi severamente afetada pela pandemia de Covid-19, assim como pela contínua descida das taxas de juro, que atingiram mínimos históricos. Neste contexto, as emissões de dívida durante o primeiro semestre de 2020 ascenderam a 95 mil milhões de reais, o que representa uma descida homóloga de 31%, apresentando além disso uma importante característica: aproximadamente 87% deste montante correspondeu a operações de crédito bilaterais, nas quais os *bookrunners* exerceram o respetivo compromisso de tomada firme.

É de destacar que as receitas destas operações (cujo prazo médio se situou entre 1 a 2 anos) foram utilizadas para suprir necessidades de fundo de maneio, num contexto em que as empresas procuraram reforçar a sua tesouraria devido à forte contração de receitas resultante das restrições relacionadas com a quarentena imposta no segundo trimestre deste ano, tendo-se verificado um aumento considerável de emissões de Papel Comercial, ao invés da tradicional emissão de debêntures de longo prazo.

Não obstante este contexto, o Haitong Bank concluiu com êxito duas importantes operações nos primeiros seis meses de 2020:

- ⌘ Ventos de São Clemente Holding S.A. – O Haitong Bank atuou como Sole Lead Manager de uma emissão de *debêntures* no mercado local, no montante de 20 milhões de reais e prazo de 9 anos, ao abrigo da ICVM 476. A Ventos de São Clemente é uma empresa que se destaca na geração de energia eólica na região Nordeste do Brasil;

☞ Celesc Distribuição S.A. – O Haitong Bank atuou como *Bookrunner* na emissão de um programa de papel comercial sindicado, no montante de 489 milhões de reais, com prazo de um ano, também sujeito à ICVM 476. Entre as

distribuidoras brasileiras de energia elétrica, a Celesc posicionou-se em 2019 em 6º lugar em termos de receitas de fornecimento, 7º lugar em energia distribuída e 10º lugar em número de consumidores.

PORTUGAL

SOE CHINA



NJIH 内投集团

Emissão de Obrigações 7,5% com vencimento em 2023

US\$ 95.000.000

Joint Lead Manager
2020



BANCA & SEGUROS CHINA



海通证券股份有限公司
HAITONG SECURITIES CO., LTD.

Emissão de Obrigações garantidas 2,107% com vencimento em 2025

US\$ 670.000.000

Joint Global Coordinator, Joint Lead Manager, Joint Bookrunner
2020



SOE CHINA



上海投资控股集团有限公司
SHANGRAO INVESTMENT HOLDING GROUP CO., LTD.
(Incorporated in the People's Republic of China with limited liability)

Emissão de Obrigações garantidas 4,3% com vencimento em 2023

US\$ 500.000.000

Joint Lead Manager, Joint Bookrunner
2020



ESPAÑA

ENERGIA ESPANHA



REDEN SOLAR

Private Placement

€ 10.000.000

Placing Agent
2020



TRANSPORTES & INFRAESTRUTURA ESPANHA



sacyr

Programa Papel Comercial

€ 200.000.000

Dealer
2020



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO ESPANHA



vía célere
Casas que innovan tu vida

Programa de Notas Promissórias

€ 100.000.000

Dealer
2020



SERVIÇOS ESPANHA



TRADEBE

Papel Comercial

€ 75.000.000

Dealer
2020



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO ESPANHA



COPASA

Programa de Papel Comercial

€ 30.000.000

Dealer
2020





PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2020

Apesar de pairar a ameaça de novas vagas de Covid-19, o Haitong Bank encara com otimismo as perspetivas para a economia global no segundo semestre de 2020. A maioria dos principais bancos centrais tem vindo a coordenar esforços no sentido de apoiar a economia global, com as respetivas tesourarias, no geral, a cumprir as medidas planeadas para o efeito. Os relatórios de atividade económica a nível global apontam no geral para uma melhoria, a qual tem sido impulsionada por novas encomendas, já que o desempenho das exportações e do emprego se mantém fraco.

Na vertente acionista, os mercados mantêm-se atrativos e deverão continuar a recuperar em 2020. Quando aos mercados de renda fixa, prevemos que a subida da inflação deverá levar a uma quebra moderada do preço das obrigações, sobretudo no que diz respeito aos títulos de dívida pública com maturidades longas e às emissões com grau de investimento. Esperamos assistir a emissões de referência por parte de emitentes frequentes, tal como nos últimos anos, e, tendo em conta a deterioração das receitas, vemos também como provável que alguns emitentes irão tentar negociar com os detentores dos títulos a flexibilização dos *covenants*

financeiros, o que proporcionaria ao Banco uma oportunidade de geração de rendimento de comissões.

No mercado doméstico, a boa aceitação em 2019 por parte dos investidores de retalho de emissões sem *rating* de empresas bem conhecidas no mercado português deixa antever um pipeline de transações semelhantes no segundo semestre de 2020, assim como algumas oportunidades para a emissão de obrigações verdes ou sociais. Em Espanha, a equipa de DCM tem desenvolvido um intenso esforço de angariação de negócio, continuando a obter mandatos e prevendo a execução de transações durante a segunda metade do ano. No Brasil, o Banco antevê uma recuperação geral da atividade na segunda metade do ano, com perspetivas favoráveis quando ao retorno gradual do negócio de DCM com investidores institucionais. Adicionalmente, com o objetivo de melhorar o leque de transações realizadas, o Haitong Bank no Brasil tem atuado como *bookrunner* nas seguintes operações: (i) colocações privadas para investidores focados em instrumentos de crédito; e (ii) operações de crédito a afetar à carteira de Structured Finance, para manutenção até ao vencimento.

Structured Finance

VISÃO GLOBAL

Atividade de ângulo chinês, especializada em Financiamentos Estruturados e Infraestruturas.

Com um âmbito geográfico global, vasto historial e larga experiência nas áreas de *Project Finance*, *Acquisition Finance* e Outros Créditos, a Direção de Structured Finance desenvolve soluções financeiras e oferece os seguintes serviços:

- ⊕ Estruturação, organização e subscrição de operações de crédito – sobretudo focadas em transações relacionados com a China e transações de *acquisition finance* e *project finance*, nos sectores de infraestruturas e energia;
- ⊕ Estruturação de operações financeiras através de emissões de obrigações em regime de *project finance* (“*Project Bonds*”);
- ⊕ Serviços de assessoria financeira – sobretudo relacionadas com a estruturação de projetos de Parceria Público-Privada (PPPs) e processos de licitação;
- ⊕ Serviços de agenciamento – gestão da carteira de crédito e organização;
- ⊕ Garantias de desempenho e pagamento.

26%

Peso no Produto Bancário Total

ESTRATÉGIA

A estratégia da área de Structured Finance do Haitong Bank assenta no potencial da originação de novos negócios relacionados com a China, bem como no posicionamento local do Banco e nas suas capacidades de execução na Europa e na América Latina.

6,3M€

Valor do Produto Bancário

Tirando partido da experiência do Haitong Bank na atividade de *project finance* e no sector de infraestruturas, a iniciativa “One Belt One Road” tem merecido particular atenção, através do acompanhamento e participação em oportunidades de negócio relevantes, em conjunto com o Grupo Haitong e outros investidores.

OFERTA DE PRODUTOS

- *Project finance / Project bonds*
- *Acquisition finance*
- *Crédito a empresas /*
- *Financiamentos intercalares*
- *Garantias*

DESTAQUES DA ATIVIDADE

No primeiro semestre de 2020, a área de Structured Finance registou um produto bancário total de 6,5 milhões de euros e um rácio *cost to income* de 16%, terminando o semestre com um resultado operacional positivo superior a 5 milhões de euros.

Durante este período, foram concluídas com êxito 6 novas transações na Europa – em Portugal, Espanha e Polónia - nos setores do imobiliário, telecomunicações e construção. Não obstante os efeitos negativos da pandemia de Covid-19, este desempenho reflete o atual dinamismo positivo da atividade de Structured Finance, resultante dos crescentes esforços comerciais e da coordenação entre a área de produto e as várias geografias em que o Banco opera.

A área de *Corporate Solutions*, recentemente criada no Haitong Bank em Portugal, deu também um contributo positivo para o negócio de Structured Finance, ao intensificar os contactos com o tecido empresarial português, o que permitiu aproveitar e implementar várias novas oportunidades de concessão de crédito a algumas das mais importantes empresas do país.

A atividade relacionada com a China manteve igualmente um elevado dinamismo, traduzindo-se em diversas operações em pipeline. Entre estas oportunidades, destaca-se o financiamento a um grande empreendimento imobiliário na zona de Londres, liderado por uma empresa chinesa de primeira linha, com conclusão prevista para o 3º trimestre de 2020.

Esta área de produto manteve como uma das suas principais prioridades a gestão dinâmica e criteriosa da carteira de crédito existente e dos serviços de agenciamento, tanto do ponto de vista de risco como de retorno.

Na atividade de Structured Finance, em geral, o Banco continua a posicionar-se como um provedor de soluções aos seus clientes, desenhadas através de uma abordagem construtiva e focada em transações de valor acrescentado.

No Brasil, as expectativas de um aumento das atividades de financiamento no primeiro semestre de 2020, assentes na previsão da aceleração do crescimento do PIB relativamente a 2019, foram negativamente afetadas pela pandemia de Covid-19. Paralelamente a esta redução das atividades de financiamento, o Governo brasileiro suspendeu o seu programa de PPP e de leilões para concessão de infraestruturas. Apesar do ambiente extremamente difícil, a atividade de Structured Finance teve um desempenho positivo, destacando-se a conclusão de cinco transações e a concessão de financiamento e de garantias a empresas dos setores da energia, embalagens e logística, entre outros, no montante de aproximadamente 180 milhões de reais.

As Direções de Structured Finance e de Mercado de Capitais continuaram a colaborar no sentido de desenvolver sinergias e originar mandatos para a estruturação de empréstimos intercalares, nos quais o financiamento é estruturado através de operações de mercado de capitais.

Paralelamente, o Banco continua a procurar posicionar-se junto de investidores, sobretudo chineses e europeus, interessados em concluir operações de financiamentos estruturados e em participar no sector das infraestruturas, nomeadamente nas áreas das linhas ferroviárias, transmissão e geração de energia, saneamento, autoestradas, metro e gestão de resíduos.

CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO PORTUGAL



Financiamento sob a forma de Papel Comercial à Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings B.V.

€ 15.000.000

Lender, Arranger
2020



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO BRASIL, PORTUGAL



Financiamento *cross border* à Supremo Cimentos, S.A.

€ 12.500.000

Mandated Lead Arranger
2020



TELECOMS, MEDIA & IT ESPANHA



Empréstimo Sindicado à Cartera Ruby, S.L.

€ 89.500.000

Hedge Provider
2020



ENERGIA BRASIL



Financiamento

R\$ 49.200.000

Lender
2020



EMBALAGENS BRASIL



Nota de Crédito à Exportação

R\$ 40.000.000

Lender
2020



SERVIÇOS BRASIL



Garantias Bancárias

R\$ 20.000.000

Guarantor
2020



PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2020

As perspetivas para o segundo semestre de 2020 são favoráveis, prevendo-se a conclusão de várias operações de *structured finance*, tanto na Europa como no Brasil.

O atual pipeline de novas operações de financiamento estruturado mantém-se sólido e crescente, sendo os setores do imobiliário / hotelaria, da energia, da valorização energética de resíduos, e das infraestruturas os mais representativos em termos de novas oportunidades de negócio.

As perspetivas positivas para o negócio de *Structured Finance* do Haitong Bank são igualmente suportadas pelo posicionamento privilegiado do Banco - presença internacional de longa data e pertença a um sólido grupo financeiro chinês - em que o negócio de *structured finance* é um dos produtos chave no âmbito da oferta de serviços de banca de investimento que o Banco disponibiliza aos seus clientes.

Fusões e Aquisições

VISÃO GLOBAL

A Direção de Fusões e Aquisições (F&A) presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

22%

Peso no Produto Bancário Total

A dinâmica desta Direção baseia-se numa equipa de profissionais com elevada experiência, numa rede de contactos de longa duração e um historial de forte capacidade de execução em diversas geografias.

OFERTA DE PRODUTOS

- *Assessoria em compras e vendas de empresas*
- *Assessoria na alienação de ativos*
- *Avaliação das empresas*

ESTRATÉGIA

A base de clientes do Banco é constituída principalmente por clientes institucionais globais e investidores estratégicos, fruto da forte posição competitiva do Grupo Haitong em vários mercados, incluindo o suporte prestado a empresas chinesas na execução da sua estratégia de internacionalização para a Europa e para a América Latina.

Player local com ângulo chinês

5,4M€

Valor do Produto Bancário

O MERCADO NO 1º SEMESTRE DE 2020

No primeiro semestre de 2020 a atividade global de Fusões e Aquisições (F&A) registou uma contração homóloga de 53% no valor de transações concluídas, alcançando os 902 mil milhões de dólares, de acordo com dados da Merger Market. Na Europa, o mercado de F&A não acompanhou a tendência global e o valor das transações concluídas aumentou 31% face ao 1º semestre de 2019, para 292 mil milhões de dólares.

Em Portugal, o valor das transações concluídas no 1º semestre atingiu 4,1 mil milhões de dólares, correspondente a 31 transações, o que representa uma pequena subida face ao mesmo período do ano anterior.

No contexto de abrandamento económico resultante da pandemia global, este desempenho é explicado pela realização de três grandes operações nos setores Imobiliário, das Infraestruturas e dos Seguros.

Em Espanha, o valor das transações concluídas no primeiro semestre de 2020 acompanhou a tendência global, cifrando-se em 14,2 mil milhões de dólares, correspondente a 155 transações.

O Reino Unido mantém-se como um destino importante de transações *cross-border* a nível global. No entanto, a incerteza causada pela pandemia de COVID-19, assim como o processo em curso do Brexit, continuam a afetar a atividade de F&A.

Na Polónia, o mercado de F&A registou 51 transações concluídas no primeiro semestre de 2020, o que compara com 109 em igual período do ano anterior. O valor das transações concluídas no período ascendeu a cerca de 3,3 mil milhões de dólares. De uma forma geral, a economia polaca tem-se mostrado bastante resiliente à perturbação causada pela COVID-19, apresentando a previsão de menor quebra do PIB em 2020 entre todos os países da UE, o que deverá contribuir para gerar um fluxo favorável de operações de F&A.

No Brasil, a atividade de F&A totalizou 9,75 mil milhões de dólares, o que representa um decréscimo significativo comparado com o primeiro semestre de 2019. Note-se, no entanto, que este valor resultou de duas grandes operações, a fusão da Fibria e da Suzano (no setor da pasta e do papel, no montante de 15 mil milhões de dólares) e a operação da TAG (setor oil&gas, no montante de 9 mil milhões de dólares).

DESTAQUES DA ACTIVIDADE

Em Portugal, durante o primeiro semestre de 2020, o Haitong Bank prestou assessoria financeira à Mota-Engil na venda do Mercado do Bom Sucesso a um consórcio constituído pela Mercado Prime (família Amorim, com 80%) e pela Sonae Sierra (20%). O Mercado do Bom Sucesso é um emblemático mercado localizado na Avenida da Boavista, no Porto. Tendo sido renovado em 2009, constitui hoje em dia um ponto de referência da cidade a nível comercial e turístico, incluindo áreas comerciais e de escritórios e um hotel.

O Haitong Bank prestou ainda assessoria financeira na venda de um portefólio de ativos renováveis (que deverá ser concluída no quarto trimestre de 2020), assessorou uma empresa de referência no setor da saúde na aquisição de uma residência sénior (com conclusão prevista para o terceiro trimestre de 2020) e realizou igualmente a avaliação de diversas subsidiárias de um importante grupo português. Adicionalmente e juntamente com a equipa espanhola, prestou serviços de assessoria financeira a um investidor na aquisição de um considerável portefólio de ativos solares fotovoltaicos (a concluir até ao final de 2020).

Em Espanha, o Haitong Bank prestou serviços de assessoria financeira nas seguintes transações:

- ⊕ Assessoria financeira à Iberdrola e à Naturgy na alienação das suas participações na Empresarios Agrupados. A Empresarios Agrupados é uma destacada empresa a nível global de serviços de engenharia independente, com mais de 45 anos de experiência neste setor, envolvida em projetos de energias nuclear, termoelétrica e renovável em todo o mundo. A transação foi concluída em janeiro de 2020;

Assessoria financeira à Aldesa na venda de uma participação maioritária na CRCC International Investment Group Limited. O Grupo Aldesa está no top 10 das empresas de construção em Espanha e no México, tendo concluído mais de 2.000 empreitadas em todo o mundo. A transação foi concluída em maio de 2020.

No Brasil, a equipa de F&A trabalhou durante o primeiro semestre de 2020 em três operações *cross-border* nos setores da energia e do *oil&gas*.

Devido ao impacto da COVID-19, alguns destes projetos foram suspensos temporariamente, prevendo-se que irão ser retomados no futuro. Tendo em vista a diversificação do seu fluxo de receitas, a equipa redobrou esforços para originar operações a nível doméstico, expandindo as suas capacidades nesta área e reforçando o enfoque em iniciativas comerciais locais. Espera-se que estas oportunidades venham a dar fruto a médio prazo, à medida que a atividade recupera e que os fundos dos investidores financeiros regressam ao mercado.

CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO PORTUGAL



Assessoria financeira à Mota-Engil na venda do Mercado do Bom Sucesso à Mercado Prime (família Amorim) e Sonae Sierra

Financial Adviser
2020



CONSTRUÇÃO & IMOBILIÁRIO ESPANHA



Assessoria financeira na venda de uma participação maioritária na China Railway Construction Corporation Ltd

Financial Adviser
2020



ENERGIA ESPANHA



Assessoria Financeira à Iberdrola e Naturgy na venda da sua participação na Empresarios Agrupados Group and Ghesa à China Energy Engineering Group Planning & Engineering Co. Ltd

Financial Adviser
2020



PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2020

As perspetivas para a atividade de F&A no segundo semestre de 2019 afiguram-se muito promissoras em todas as regiões em que o Banco opera, devido ao sólido pipeline de operações existente.

Em Portugal e Espanha, prevê-se uma forte recuperação da atividade, essencialmente impulsionada pela retoma de processos e investimentos de empresas de *private equity* que tinham sido adiados, conjugada com o ressurgimento da aplicação de fundos abundantes e um ambiente de expectativas mais baixas relativamente às valorizações.

No Reino Unido, o Brexit continuará a afetar o mercado de F&A no 2º semestre de 2020, devendo algumas empresas equacionar o recurso a este tipo de operações com o objetivo de consolidar negócios, assegurar cadeias de fornecimento e ultrapassar constrangimentos, como barreiras comerciais e regulatórias, e tarifas.

Na Polónia, o mercado de F&A mantém perspetivas positivas para a segunda metade do ano, assentes na existência de várias operações previstas em pipeline (de grande dimensão, no setor dos TMT e das infraestruturas, e de média dimensão, impulsionadas por tendências de consolidação e sucessão em vários setores, nomeadamente dos serviços financeiros, agroalimentar, serviços médicos, etc.). Devido à COVID-19, prevê-se que tenha lugar um debate alargado relativamente às valorizações, devendo assistir-se a uma tendência para utilizar modelos *de earn-out*.

No Brasil, o valor das transações deverá aumentar nos próximos meses, tendo em conta os desinvestimentos planeados pela Petrobras e as privatizações que o Governo Federal brasileiro prevê realizar, ambos de grande dimensão. No entanto, o número de transações deverá manter-se ainda reduzido no segundo semestre, devido ao impacto económico do confinamento em diversas regiões do país e um potencial aumento da taxa de desemprego.

Fixed Income, Currency and Commodities

VISÃO GLOBAL

A Direção de FICC continua a ter um papel importante nos principais mercados do Haitong Bank (Portugal, Espanha, Polónia, Brasil e Reino Unido). Esta Direção funciona como uma “fábrica de produtos” e como uma plataforma de distribuição de produtos de dívida e derivado OTC, onde as fortes competências locais são utilizadas na plataforma internacional para captar os fluxos de negócios entre diferentes clientes e diferentes regiões.

-5%

Peso no Produto Bancário Total

A equipa de FICC cobre quatro áreas:

- ⌘ *Flow Trading*
- ⌘ *Vendas de Renda Fixa*
- ⌘ *Derivados para Empresas*
- ⌘ *Sindicação*

OFERTA DE PRODUTOS

- *Flow Bond Trading and Sales*
- *Soluções de cobertura para empresas*

ESTRATÉGIA

Plataforma de desenvolvimento de produtos e de distribuição internacional com fortes competências locais

A área de negócios de FICC vai continuar a seguir as linhas estratégicas do Haitong Bank, orientando os seus esforços para a integração do ângulo chinês na atual oferta, visando tornar-se um *player* importante no que respeita a produtos chineses. O desenvolvimento de uma forte ligação com as equipas locais chinesas e a constituição de equipas dinâmicas locais deverá permitir gerar importantes sinergias e tornar-se um centro de execução de oportunidades de negócio *cross-border* de diferentes geografias.

-1,2M€

Valor do Produto Bancário

DESTAQUES DA ACTIVIDADE

As ondas de choque nos mercados de capitais a nível global resultantes da pandemia impactaram significativamente as atividades da FICC no primeiro semestre de 2020.

Durante este período, o foco principal foi proteger as pessoas e garantir a continuidade dos negócios num ambiente de trabalho novo e desconhecido.

As equipas de FICC direcionaram os seus esforços de forma a mitigar os impactos decorrentes da combinação de vários efeitos: a desvalorização da carteira de ativos, a deterioração geral do crédito, os custos de CVA associados às soluções de cobertura para empresas, o aumento dos colaterais em posições de cobertura e a redução da atividade em geral, tanto com clientes institucionais como com clientes corporativos.

Durante o primeiro semestre do ano e com o objetivo de melhor gerir o cenário de incerteza e desconhecimento sobre o impacto real da pandemia na economia global e no desempenho dos principais ativos, foram tomadas algumas medidas para reforçar o controlo do risco e simultaneamente reduzir a capacidade de assumir risco adicional.

Flow Trading

Durante o primeiro semestre de 2020, o Banco viu-se obrigado a ajustar rapidamente a sua atividade e a focar-se nas necessidades de liquidez dos clientes, procurando encontrar uma colocação para as suas obrigações, especialmente durante os meses de março e abril. As políticas europeias, tanto do BCE como do Conselho, ajudaram a estabilizar os mercados, pelo que foi possível reduzir o risco do Banco através do reposicionamento em obrigações *front-end* com grau de investimento. Dada a persistência do contexto de pandemia, conjugada com as

próximas eleições nos Estados Unidos, e com importantes questões geopolíticas (como a guerra comercial entre a China e os EUA), poderemos assistir a alguma volatilidade no movimento de estreitamento dos *spreads* que levou as valorizações a estabilizar.

Para o quarto trimestre espera-se que uma visão mais clara sobre os impactos da COVID-19 na economia global permita um desempenho mais favorável, com um aumento dos volumes e um fluxo mais equilibrado entre compradores e vendedores.

Vendas de Renda Fixa

Na Península Ibérica, a equipa concentrou os seus esforços na expansão da plataforma de distribuição de produtos de FICC e banca de investimento, aumentando dessa forma o número de clientes ativos. Desde o início do surto da pandemia de COVID-19, as equipas de vendas desempenharam um importante papel no aumento do fluxo e das transações sem risco, tirando partido do alargamento dos *spreads* de compra/venda, da falta de liquidez e de vendas precipitadas por parte de vários investidores.

As condições desfavoráveis do mercado no primeiro semestre de 2020 levaram à paralisação das novas operações de dívida, sobretudo no mercado de dívida *high yield*. As equipas conseguiram colocar algumas emissões de curto prazo, tendo-se focado na organização de conferências telefónicas sobre temas empresariais e macroeconómicos destinadas a pôr a par os investidores sobre os emitentes e a situação económica global.

Na Polónia, o Banco Nacional da Polónia lançou o seu primeiro programa de QE em resposta à pandemia de COVID-19 e cortou a taxa básica de juros em 140 pontos base, em três movimentos rápidos entre março e maio. A partir daí esta taxa

tem-se mantido estável em 0,1% e espera-se a manutenção deste nível até ao final do ano. Este corte levou a saídas bruscas de capitais, tanto de bancos locais como de fundos de investimento, criando um sentimento de pânico e empurrando-os para a venda de títulos. Pelo menos nos últimos três trimestres, tem-se assistido igualmente à redução das posições dos investidores estrangeiros em obrigações polacas, que apenas registaram um ligeiro aumento em maio, na sequência das emissões pelo Ministério das Finanças que criaram novos *benchmarks* para emissões a 2, 5 e 10 anos.

Estas saídas de fundos reduziram a liquidez e a rotação do mercado e até a Bondspot, a principal plataforma de informação de preços de obrigações, decidiu alargar o seu *spread* de compra/venda.

No âmbito do seu programa de QE, o Banco Nacional da Polónia comprou o equivalente a 2,3% e a 1,7% do PIB, respetivamente em títulos da dívida pública e nas chamadas obrigações COVID-19 emitidas pelo banco de desenvolvimento BGK e pelo fundo de investimento soberano PFR (Fundo de Desenvolvimento Polaco).

É importante destacar é que, contrariando o objetivo do QE, isto é, promover a concessão de crédito e o investimento, os bancos locais mantiveram mais de 160 mil milhões de zlotys em contas no Banco Nacional da Polónia. A falta de investidores estrangeiros tem um enorme impacto na liquidez do mercado polaco e não é provável que esta situação se altere nos próximos tempos. Não existe liquidez no mercado e os fundos de investimento locais adotaram recentemente uma atitude de "esperar para ver".

No Brasil, os mercados de capitais estiveram praticamente catatónicos no último trimestre de 2019, devido à migração massiva das carteiras dos investidores de renda fixa para outras classes de ativos, em resultado do nível extremamente baixo da taxa Selic. A atividade mostrou os

primeiros sinais de uma ténue recuperação no início do ano, para logo ser interrompida pela pandemia de COVID-19.

Este contexto de pandemia levou a uma reformulação profunda do setor de investimento brasileiro. Neste processo, os fundos de créditos, até há pouco tempo os principais impulsionadores do crescimento do mercado de DCM, terão de se reinventar.

Neste ambiente, os principais protagonistas dos mercados de dívida foram os bancos comerciais, ao controlar o refinanciamento da dívida das empresas através de operações sindicadas. É importante destacar que os *spreads* de crédito foram ajustados para ter em conta a nova realidade assim como as alterações do lado da procura, em que o peso dos investidores institucionais é agora menor.

Tirando partido das oscilações de preços, o Haitong Bank do Brasil constituiu uma carteira de debêntures formada por emitentes de elevada qualidade. O Banco participou ainda numa operação sindicada de refinanciamento de uma emissão local de obrigações de uma empresa do sector da energia.

Para o futuro, prevê-se um ambiente bastante difícil. Neste contexto, a estratégia mais eficiente poderá assentar na utilização do balanço para absorver parte das operações efetuadas, e no enfoque em empresas de segunda linha que atraem gestores de carteiras especializados em crédito.

Derivados para Empresas

Na Península Ibérica, o ano de 2020 começou com um primeiro trimestre muito dinâmico, sobretudo na cobertura do risco de *commodities* (energia), que registou um crescimento homólogo de 280%. Este desempenho sofreu uma reviravolta com a pandemia de COVID-19, com uma queda de 42% no segundo trimestre, tendo o Banco optado por tomar medidas prudenciais para reduzir a exposição às

componentes mais voláteis subjacentes à carteira de derivados, nomeadamente o EUR/USD e o petróleo. No entanto, embora a exposição a clientes sem CSA tenha consumido um montante significativo de CVA e de *funding*, a exposição a derivados mais exóticos em EUR/USD manteve-se controlada e dentro do intervalo esperado para uma potencial exposição futura através de reestruturações e de um menor número de operações.

O mesmo não aconteceu com as *commodities*, tendo o preço do petróleo WTI atingido níveis negativos nunca vistos nem sequer imaginados. A carteira de *commodities* tem sido acompanhada de perto e a exposição foi reduzida para aproximadamente 50% nos últimos 2 meses, com o Brent a recuperar para mais de USD 40 e os contratos a vencerem-se ou a serem liquidados, conforme previsto.

Na vertente das taxas de juro, os clientes não se têm interessado na cobertura deste risco, prevendo-se a continuação de um cenário de taxas negativas pelo menos até 2021.

No Brasil, o Banco manteve a estratégia de recuperação das atividades geradoras de fluxos, com o objetivo de alargar a base de clientes e gerar um nível recorrente de receitas.

No âmbito desta estratégia, o aumento do negócio de serviços cambiais tem sido a principal alavanca do crescimento desde o segundo semestre de 2019, sendo responsável pelo maior contributo para as receitas. Graças a um conjunto de novos clientes nesta área de negócio, as receitas têm atingido montantes mensais significativos. Na área dos derivados, existem boas perspetivas de aumento do número de clientes de referência.

Nesse sentido, as principais prioridades são: desenvolver um processo de aprovação de crédito mais eficiente e rápido; e conceder aos clientes linhas de crédito para além do limite para derivados. Esta estratégia deverá contribuir para dinamizar o negócio.

Sindicação

Em termos de transações de mercado primário na Península Ibérica e na China, o 1º semestre de 2020 foi marcado pelos efeitos da COVID-19 na economia e nos mercados financeiros.

Os mercados estiveram fechados durante algumas semanas, enquanto se reajustavam a um novo contexto de preços, prevendo-se um aumento dos *spreads*, sobretudo na vertente de *high yield*, em detrimento das emissões com grau de investimento. Com a reabertura dos mercados, as emissões de grau de investimento e de *high yield* seguiram trajetórias distintas.

Aproveitando os pacotes de ajuda em termos de liquidez implementados pelos bancos centrais, as novas emissões no segmento de grau de investimento atingiram um número recorde. Este tipo de empresas tentou emitir o maior volume de títulos possível tendo como objetivo garantir o seu financiamento para este ano e evitar outro período de fecho dos mercados sem dispor de financiamento suficiente.

Em sentido contrário, o volume das emissões no segmento de *high yield* manteve-se muito modesto e abaixo do normal. Uma vez que a maioria dos emitentes com quem o Haitong Bank trabalha se inclui neste segmento, a atividade relacionada com novas emissões foi muito reduzida no primeiro semestre de 2020.

As equipas continuaram a promover reuniões entre empresas e investidores (agora em formato digital devido ao risco de contágio) para discutir as alterações nas perspetivas de negócio e situações financeiras. A JM Saúde foi um dos emitentes que nos pediu para organizar uma reunião com investidores.

À medida que a situação da COVID-19 se torna mais clara, o setor de *high yield* deverá retomar o ritmo anterior de emissões. Se tal acontecer mais cedo do que previsto, poderemos ter um bom segundo semestre de 2020.

Asset Management

VISÃO GLOBAL

Capitalizando num longo e bem-sucedido historial

4%

Peso no Produto Bancário Total

A Divisão de Asset Management atua como um Gestor de Investimentos responsável por um leque diversificado de mandatos e carteiras de ativos, com o objetivo de maximizar o seu retorno absoluto, considerando o perfil de risco de cada cliente e os limites estabelecidos em cada mandato.

1,1 M€

Valor do Produto Bancário

OFERTA DE SERVIÇOS

- *Gestão Discricionária de Carteiras*
- *Fundo Fixed Income Asia Bonds*
- *Novas iniciativas: Obrigações Verdes; Estratégias quantitativas*

ESTRATÉGIA

A estratégia consiste em expandir significativamente esta atividade de negócios, procurando aumentar os Ativos sob Gestão tanto nas carteiras de ações como nas carteiras de renda fixa.

Um historial de mais de 19 anos de forte desempenho da carteira de ações europeias dá ao Banco uma importante vantagem competitiva para o crescimento dos Ativos sob Gestão.

O MERCADO NO 1º SEMESTRE DE 2020

Os mercados iniciaram o ano de 2020 em modo *risk on*, tal como no final do ano anterior.

No entanto, a emergência do vírus COVID-19 e a sua evolução para uma pandemia global levaram a uma inversão do sentimento e a fortes correções nos ativos de maior risco. O mercado passou a ser ditado pelo medo, assistindo-se ao colapso dos mercados acionistas, que descontaram cenários cada vez mais pessimistas. A 23 de março, os principais índices acionistas europeus e norte-americanos apresentavam quebras de mais de 30% desde o início do ano. À medida que o vírus se espalhava, as medidas tomadas para conter a sua propagação e para reforçar os serviços de saúde em todo o mundo resultaram num *lockdown* quase total, com consequências sem precedentes para a economia. Era cada vez mais forte o receio de que o *lockdown* iria penalizar tanto a procura como a oferta, causando um choque de dimensões imprevisíveis no PIB mundial.

No entanto, a partir do final de março iniciou-se uma recuperação que persistiu até ao final do semestre e permitiu recuperar uma parte significativa das perdas. Em alguns casos, como no setor tecnológico e outros, foram atingidos novos recordes históricos durante este período. Existem alguns fatores principais que explicam esta recuperação. A magnitude sem precedentes das iniciativas tomada pelos bancos centrais, desta vez em coordenação com os governos, através de políticas fiscais e de despesas flexíveis, foi provavelmente o principal fator que suportou a recuperação dos mercados, tanto acionistas como obrigacionistas. Além disso, foi também evidente uma aceleração de tendências de mudança, da qual as empresas tecnológicas foram as principais beneficiadas e que impulsionou a recuperação dos índices. Finalmente, a primeira centelha de esperança no âmbito da investigação para encontrar uma vacina e/ou tratamento eficaz para o vírus, contribuiu igualmente para este ímpeto de retoma.

Os níveis extremamente elevados de liquidez injetada no sistema têm conduzido a novos máximos nas valorizações dos mercados, resultantes da ausência de ganhos nas classes de ativos de menor risco. A valorização das ações mais do que duplicou em alguns casos, num processo de *re-rating* raramente testemunhado pela atual geração, mas que é consistente com as medidas tomadas para enfrentar a crise. Na segunda metade do ano deveremos assistir a um confronto com a situação real da economia, no qual estas medidas, e os seus efeitos nos mercados, serão postos à prova.

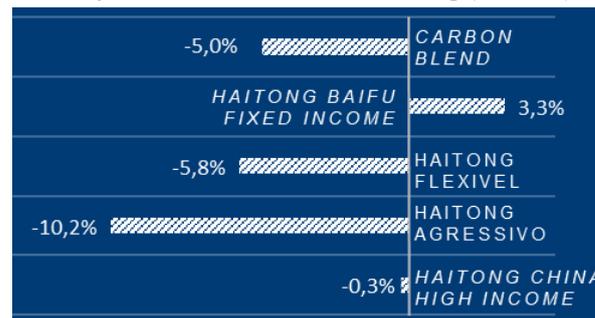
DESTAQUES DA ATIVIDADE

Apesar da turbulência do mercado, a equipa de Asset Management conseguiu navegar nas fortes flutuações do mercado, ultrapassando o desempenho de gestores de ativos comparáveis

assim como de índices passivos. Os portefólios Haitong Flexível e Haitong Agressivo perderam, respetivamente, 5,8% e 10,2%, no semestre, enquanto o *Haitong China High Income Fund*, apenas disponível para investidores qualificados, registou uma desvalorização de 0,3% em dólares.

As estratégias recentemente lançadas apresentaram um comportamento igualmente positivo, tanto em termos relativos como absolutos, tendo em conta a queda do mercado: o *Haitong Baifu Fixed Income Fund*, lançado a 17 de julho de 2019, registou ganhos de 3,3% desde o início do ano, enquanto a nova estratégia *Carbon Blend* (com cobertura em euros), lançada a 20 de novembro de 2019, desvalorizou cerca de 5%.

Desempenho das Carteiras do Haitong (1S2020)



Fonte: Haitong Bank

Relativamente aos Ativos sob Gestão, os resultados em termos líquidos foram muito positivos para todas as estratégias, com o total de ativos a aumentar mais de 27% em euros, beneficiando essencialmente do aumento das novas subscrições de Fundos de Obrigações chineses. Tendo em conta a possibilidade de um aumento dos pedidos de resgate devido às vendas de pânico, foi muito reconfortante assistir à confiança manifestada pelos nossos clientes na equipa de Asset Management, tendo estes pedidos sido bastante baixos, quer em número, quer em montante. Acreditamos que este comportamento reflete a boa relação mantida com os clientes, tanto a nível de comunicação como em termos de prestação de informação personalizada. O nosso ativo mais valioso é a confiança dos nossos clientes.

Com uma média de 19 anos de experiência na área de banca de investimento, a equipa conjuga um vasto conhecimento e experiência em ações, assim como em renda fixa e estruturação, para além das competências em programação Quant, permitindo ao Haitong Bank responder plenamente aos desafios e atender à procura dos seus clientes.

Durante o primeiro semestre, a equipa continuou a trabalhar arduamente na promoção das estratégias definidas e no desenvolvimento de novas estratégias adequadas aos clientes-alvo, não só através dos canais de distribuição tradicionais (*private banking* e redes de retalho), como também dirigidas aos *family offices* e aos clientes institucionais, como clientes finais. Neste sentido, o Haitong Bank contratou duas novas empresas facilitadoras, que apoiarão o desenvolvimento da distribuição na Europa dirigida a investidores institucionais em países como a Alemanha, a Áustria ou a França, entre outros.

Devido às medidas de distanciamento social e de restrição às viagens atualmente em vigor, a equipa desenvolveu novos canais de comunicação digital com os investidores, atuais e potenciais, adaptando-se assim à nova realidade.

O nosso principal objetivo é criar produtos exclusivos e de elevado valor acrescentado, através da combinação das competências e da experiência de longa data da equipa com o profundo conhecimento do contexto do mercado asiático do Acionista do Banco.

É igualmente de destacar o enorme sucesso da parceria com a equipa de FICC de Xangai, mantida durante 2020 e através da qual o Banco espera gerar valor tanto para os clientes como para si próprio.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2020

O contexto criado pela COVID-19 veio dificultar muito a atividade de comercialização e promoção dos nossos produtos, especialmente na Europa. A convicção da equipa é de que as condições irão melhorar e de que os canais recentemente criados serão bem aproveitados na Europa, permitindo reforçar a tendência de crescimento dos ativos sob gestão em 2020. No contexto de procura de rendimentos mais elevados a que temos vindo a assistir, é exetável que o produto chinês de elevado rendimento do Banco continue a atrair investimentos, impulsionando o crescimento da atividade como um todo.

A equipa continuará a maximizar as competências locais do Acionista chinês do Banco para criar e desenvolver produtos diferenciados, mas sobretudo, continuará focada em proporcionar aos seus clientes o melhor retorno ajustado ao risco que seja possível nos tempos muito difíceis que estamos a viver.

Private Equity

VISÃO GLOBAL

Reforço no Mercado de Infraestruturas Pan-Europeu

A Haitong Capital é uma sociedade gestora de fundos de *private equity*.

A Haitong Capital tira partido das suas competências geográficas e sectoriais para apoiar as empresas que pretendam expandir os seus negócios. A empresa ambiciona proporcionar aos seus investidores um retorno absoluto atrativo sobre os investimentos realizados.

Historicamente, esta área de negócio tem gerido uma combinação de *seed* capital do Grupo com os fundos obtidos junto de investidores externos de primeira linha.

Para além da carteira própria, a empresa faz a gestão de três fundos de *private equity* dedicados aos segmentos de mercado de infraestruturas e capital de desenvolvimento / *buyout* na Europa.

7%

Peso no Produto Bancário Total

OFERTA DE PRODUTOS

- *Fundo de Infraestruturas*
- *Outros novos projetos: Fundos relacionados com a Ásia*

ESTRATÉGIA

A estratégia da Haitong Capital consiste em conjugar as suas competências europeias e chinesas para investir em setores que beneficiem das dinâmicas que marcam ambos os mercados.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

A atividade da Haitong Capital no primeiro semestre de 2020 foi fortemente influenciada pela reação à pandemia de Covid-19 e pelo seu impacto nas suas participadas. De uma forma geral, todas as empresas em carteira implementaram medidas de preservação de valor tendo em vista assegurar a continuidade do negócio. Embora algumas destas empresas tivessem reduzido ou mesmo suspenso a atividade durante este período, no final do semestre todas tinham já retomado os seus planos de produção.

Tendo em consideração a maturidade dos atuais fundos sob gestão – Fundo ES Iberia I (fase de liquidação), Haitong Infrastructure Fund (fase de liquidação) e FCR – PME /Novo Banco (cujo prazo foi alargado em um ano, tendo agora a sua maturidade prevista para 2021) - as atividades de originação de fluxo de negócios não foram maximizadas. Foram concluídos investimentos de follow on, no montante agregado de aproximadamente 781 mil euros.

1,7M€

Valor do Produto Bancário

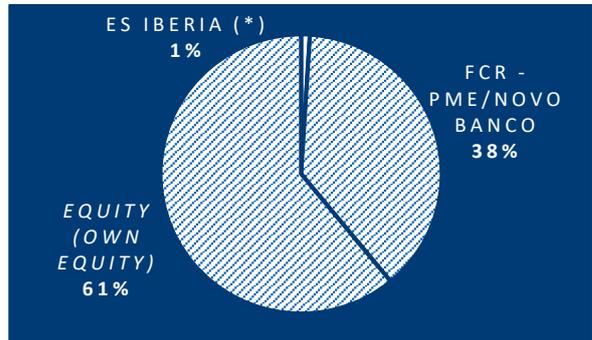
O montante agregado de alienações das carteiras sob gestão cifrou-se em cerca de 167 mil euros. As distribuições provenientes de fundos geridos por terceiros totalizaram 460 mil euros, correspondendo essencialmente a distribuições do Fondo PPP, um fundo italiano dedicado ao setor de infraestruturas.

A Haitong Capital mantém uma abordagem de gestão próxima das suas participadas, focada na criação de valor na carteira.

No final de junho, o valor conjunto das carteiras de investimento era de 34,9 milhões de euros, montante que compara com 36,9 milhões de euros no período homólogo de 2019 (numa base equivalente). No entanto, caso fossem incluídos os dividendos e os juros obtidos do mesmo conjunto de participações, o montante apurado teria sido de 38,7 milhões de euros.

Em junho de 2020, a atividade de Private Equity apresentou um lucro de aproximadamente 362,9 mil euros e um montante de capitais próprios de 53,1 milhões de euros.

Repartição dos Fundos sob Gestão (junho de 2020)



(*) Considera os Fundos-espelho ES Iberia I e Siparex Iberia I
Fonte: Haitong Bank.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2020

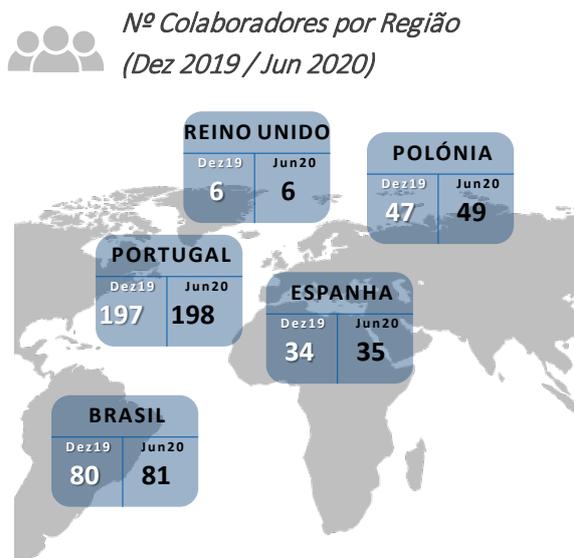
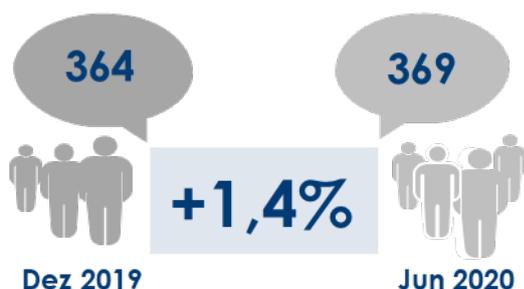
O Grupo Haitong Bank tem em análise a reorganização do modelo de negócio da Haitong Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.. Espera-se que a Haitong Capital venha a focar-se em atividades de gestão de ativos de âmbito geral e não apenas em atividades puras de *private equity*.

PESSOAS

Capital Humano

Os efeitos da pandemia de COVID-19 que tem vindo a assolar o globo mudaram drasticamente a forma como as empresas em todo o mundo operam, colocando um foco adicional na importância e segurança das pessoas como o ativo mais valioso de qualquer organização. Este aspeto é crucial para o Haitong Bank, que encara os Recursos Humanos como uma função de suporte central. Agora mais do que nunca, a estratégia de Recursos Humanos do Haitong Bank aposta na visão de um Banco com uma estrutura simples, sólida e sustentável. Os Recursos Humanos mantêm o seu compromisso de potenciar o talento com base nos valores corporativos do Banco e através de um esforço contínuo de identificação e recrutamento dos candidatos ideais para cada posto de trabalho, mantendo simultaneamente um enfoque permanente no bem-estar dos colaboradores. No primeiro semestre de 2020, o quadro de colaboradores do Haitong Bank registou um pequeno aumento resultante do reposicionamento estratégico do Banco e do reforço de equipas específicas em diversos locais.

Quadro de Colaboradores 1S2020



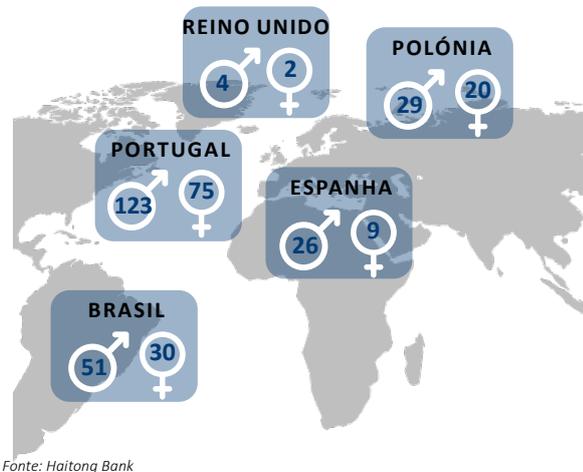
Fonte: Haitong Bank

O Haitong Bank continua a defender os princípios da igualdade de oportunidades. Atualmente as mulheres representam 37% do total de colaboradores, existindo um considerável número de colaboradores do sexo feminino nos lugares de topo do Banco.





Quadro de Colaboradores por Género



Quadro de Colaboradores por Média de Idades

	Média (anos)	
	Idade	Tempo de serviço
R. unido	43,5	7,9
Espanha	44,0	12,2
Polónia	38,3	6,2
Brasil	44,0	9,4
Portugal	41,5	11,3
Total	41,9	10,2

Fonte: Haitong Bank

RESPOSTA DO HAITONG BANK À COVID-19

Em março de 2020, em plena fase de propagação global da pandemia de COVID-19, o Haitong Bank atuou proactivamente, implementando com sucesso o seu plano de contingência.

Tal como muitas outras empresas, nomeadamente o nosso Acionista, fomos forçados a agir rapidamente e a fazer alterações sem precedentes na nossa forma de trabalhar. Os nossos dois principais objetivos eram salvaguardar a saúde e a segurança dos nossos colaboradores e continuar a servir os nossos clientes. Durante o mês de março e em tempo

recorde, 90% do nosso quadro de pessoal passou a trabalhar a partir de casa, num ambiente plenamente funcional e tão próximo quanto possível da normalidade. Em abril, em algumas das regiões onde o Banco opera, a totalidade dos colaboradores estava a trabalhar remotamente. Atualmente, mantemos um número mínimo de colaboradores a trabalhar nas instalações do Banco, isto é, os necessários para assegurar o bom funcionamento dos processos críticos do dia-a-dia.

A resposta do Banco também implicou disponibilizar rapidamente novos recursos informáticos, como computadores portáteis, ecrans e acessos à Rede Privada Virtual (VPN), tendo este processo sido executado de forma exemplar. Com a maioria dos colaboradores a trabalhar em casa, as equipas informáticas foram também obrigadas a adaptar-se rapidamente a lidar com os novos riscos emergentes resultantes de um aumento de ciber-ataques.

Neste novo ambiente, o Haitong Bank tem vindo a fazer todos os possíveis para garantir a segurança e o bem-estar dos seus colaboradores, e em particular daqueles que permanecem nas instalações para assegurar a continuidade das operações. Entre as medidas tomadas, destacamos as seguintes:

- ⊕ Aumento da frequência da limpeza e desinfecção dos locais de trabalho;
- ⊕ Implementação de controlos adicionais, como controlo da temperatura de todos os colaboradores à entrada nas instalações do Banco, e instalação de divisórias em acrílico entre postos de trabalho, para os trabalhadores que permaneceram *onsite*;
- ⊕ Disponibilização permanente de equipamento de proteção, como máscaras faciais e álcool gel;
- ⊕ Disponibilização permanente de orientações aos colaboradores sobre as medidas a tomar à entrada e saída das instalações do Banco.

Através da prossecução dos seus principais objetivos, os Recursos Humanos continuarão a assegurar o bem-estar e segurança dos nossos colaboradores. Neste contexto de pandemia, o Banco está também focado em fomentar o alinhamento das equipas com a sua estratégia de negócio e em apoiar a sua preparação para o cenário da recuperação.

OUTROS DESTAQUES DA ATIVIDADE

O Departamento de Recursos Humanos continuou a apoiar a gestão de topo e os órgãos de supervisão do Banco e respetivas comissões e comités. Os principais marcos que caracterizaram a atividade dos Recursos Humanos no período foram os seguintes:

- ⊕ Aumento contínuo da eficiência e da capacidade de resposta dos Recursos Humanos a questões colocadas - “*Same day rule*”;
- ⊕ Aquisição de talento, incluindo a previsão das necessidades de contratação, a seleção de candidatos (internos e externos) e os processos gerais de seleção e recrutamento;
- ⊕ Melhoria dos serviços diários de Recursos Humanos, com enfoque permanente na administração eficiente de dados e reportes e na gestão de salários e benefícios complementares;
- ⊕ Apoio às Comissões de Governo Societário e de Remuneração na implementação de políticas, novas e atualizadas;
- ⊕ Representação do Haitong Bank nas negociações anuais com os sindicatos do Sector Bancário (em curso);
- ⊕ Contribuição para a aceleração da transformação digital, tornada prioritária devido à transição para o trabalho remoto;
- ⊕ Reforço da comunicação eficaz num contexto de incerteza global, proporcionando orientação, e enfatizando a proximidade,

compreensão e empatia das políticas e da informação disponibilizada, ajudando assim as equipas a sentirem-se informadas e apoiadas.

PERSPETIVAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2020

A função de suporte Recursos Humanos do Haitong Bank sofreu uma profunda transformação nos últimos anos, tendo evoluído de um mero “departamento de pessoal” para uma função de Parceiro de Negócio em Recursos Humanos, mais moderna e eficiente, e com uma melhor integração transversal a toda a organização. As funções dos Recursos Humanos incluem o recrutamento e contratação de colaboradores, a formação e a valorização profissional, a análise e avaliação do desempenho, o bem-estar no local de trabalho e a motivação dos colaboradores, assim como a definição e disseminação da cultura corporativa do Banco.

A curto prazo, são estes alguns dos nossos objetivos:

- ⊕ Manter o enfoque na atração e contratação do melhor talento disponível no mercado, de forma a assegurar que o Banco tem as pessoas certas com as competências certas;
- ⊕ Tirar partido do conhecimento, competências e aptidões dos colaboradores e apoiá-los no desenvolvimento e realização do seu potencial;
- ⊕ Oferecer as opções e os serviços necessários para satisfazer as necessidades profissionais dos colaboradores;
- ⊕ Simplificar os processos de gestão de talento, adotando progressivamente soluções mais digitais e eficientes;
- ⊕ Conceber e implementar uma cultura de conectividade, utilizando plataformas digitais

inovadoras para instituir e consolidar novos modelos de colaboração e de produtividade;

- ⌘ Manter o enfoque em tarefas chave, tais como a gestão organizacional e do quadro de colaboradores, e a mobilidade global;
- ⌘ Manter o enfoque nos processos de angariação de talento e no reforço contínuo da visibilidade do Banco nas plataformas de recrutamento das Redes Sociais;
- ⌘ Continuar a otimizar os processos administrativos existentes de forma a aumentar a eficiência e a automatização, assegurar a consistência da informação e atingir a excelência em termos de tempos de resposta.

O Haitong Bank continuará a perseguir estes objetivos, construindo uma função de Recursos Humanos mais ágil e inovadora, e focada no desenvolvimento e promoção de programas de apoio às necessidades de mudança do negócio e dos colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

No atual contexto de crise causada pela pandemia de COVID-19, o Haitong Bank em Lisboa adquiriu 1.000 viseiras de proteção facial integral à Apametal, uma empresa portuguesa que reconverteu a sua linha de produção para fabricar viseiras de acrílico de proteção contra a contaminação pelo vírus da COVID-19. Estas

viseiras foram doadas à Maternidade Alfredo da Costa em abril.

Em maio, a Câmara de Lisboa recebeu o material e equipamento médico doado pelas autoridades municipais de Xangai, o Grupo Fosun e a Haitong Securities no final de março. Na receção da doação estiveram presentes alguns colaboradores do Grupo Fosun e do Haitong Bank.

Em parceria com a Fundação Fosun, Rio Bravo e Guide Investimento, o Haitong no Brasil realizou em maio uma doação à Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal dos seguintes bens:

- ⌘ 9.600 testes PCR para COVID-19;
- ⌘ Equipamentos para diagnóstico dos testes; e
- ⌘ 2.000 máscaras para equipas de atuação nos hospitais.

Além disso, entre maio e junho, o Banco doou mais de 2.000 cabazes de bens essenciais e kits de higiene e limpeza a famílias carenciadas da região de S. Paulo, diretamente ou através da colaboração com 5 instituições sociais da cidade de S. Paulo: “Obra do Berço”, “Liga Solidária”, “Casa do Zezinho”, “Instituto Reciclar” e “Vocação”.

Na Polónia, o Haitong Bank doou um prémio ao laureado da 4ª edição do "Concurso para a melhor tese de diploma no domínio da cooperação económica contemporânea da República da Polónia com a República Popular da China" organizado pelo Polish Chinese Business Council.

PERFORMANCE FINANCEIRA

Ambiente Macroeconómico

2020 é o Ano do Rato no calendário astrológico chinês. No entanto, foi um cisne preto chamado Covid-19 que emergiu como o fator imprevisível que veio pôr fim ao ciclo de crescimento económico global desequilibrado que se seguiu à Grande Recessão de 2008-2009.

Mesmo antes de a OMS ter declarado a pandemia, em março, as nossas previsões para a economia global em 2020 já apontavam para um desempenho menos favorável. O Relatório e Contas de 2019 do Banco elenca como principais riscos para o *outlook* global a estagnação económica na Europa (sobretudo influenciada pela Alemanha e pelo Brexit), a persistência de dificuldades ao comércio global decorrentes das políticas nacionalistas do Governo dos EUA e o risco de uma desaceleração do crescimento nas economias emergentes, sobretudo na China. A taxa de crescimento do PIB em 2019, de 2.9%, já tinha sido a mais baixa desde 2009, e para 2020 o FMI apenas previa uma ligeira aceleração, para 3.3% (na sua revisão de janeiro de 2020 do World Economic Outlook).

No primeiro semestre de 2020, e pela primeira vez na história moderna do pós-guerra, a atividade económica viu-se fortemente limitada pela necessidade de conter os efeitos devastadores de uma pandemia. De acordo com indicadores económicos preliminares, o PIB terá caído na maioria dos países desenvolvidos a partir do 1º trimestre de 2020. Tendo sido o primeiro país onde a doença se manifestou, em finais de dezembro de 2019, pela primeira vez em 40 anos a China registou uma quebra do PIB, que caiu 6,8% no 1º trimestre de 2020 face ao mesmo

período do ano anterior. A propagação do vírus para a Europa e para os EUA, em fevereiro de 2020, levou a uma contração homóloga do PIB de 3,1% na Zona Euro e de 0,3% (5.0% em termos anualizados face ao trimestre anterior) nos Estados Unidos.

A sua experiência anterior no combate a doenças contagiosas como o SARS, a H1N1 e fortes epidemias de gripe nas últimas décadas, terão permitido aos países da Ásia de Leste conter a propagação da Covid-19 mais rapidamente do que as nações ocidentais. De acordo com a análise global da Universidade John Hopkins, em julho de 2020 a China, o Japão e a Coreia do Sul representavam menos de 1% do total de casos confirmados em todo o mundo.

Na sequência da reabertura da economia em abril de 2020, o PIB da China registou uma subida abrupta de 11,5% face ao trimestre anterior (+3,2% face ao mesmo período do ano anterior e -1,6% desde o final de 2019). Na nossa opinião, as medidas de incentivo fiscal implementadas pelo Governo e as políticas de crédito destinadas a acelerar a reconstrução económica foram os principais fatores que contribuíram para a forte retoma verificada no segundo trimestre.

A pior fase da primeira vaga da pandemia na Europa teve lugar entre março e abril, com as expectativas de consenso para a Zona Euro a apontar para uma contração homóloga do PIB de -12,2% no 2º trimestre de 2020 e de -8,1% em 2020 (Bloomberg Jul20). Os indicadores de expectativas disponíveis em junho de 2020, tais como os índices de confiança dos consumidores e

dos empresários, sugerem uma recuperação da atividade económica no 3º trimestre. No entanto, é nossa convicção que a atividade económica deverá permanecer fraca durante a segunda metade de 2020 devido à persistência de focos de infeção e aos efeitos cumulativos do *lockdown* no segundo trimestre.

Com base na correlação entre a propagação da Covid-19 e os riscos de desaceleração da atividade económica, os EUA e o Reino Unido terão sido os países com o pior desempenho no segundo trimestre, entre todas os países desenvolvidos. De acordo com projeções de consenso, o PIB dos EUA poderá registar uma contração homóloga de 10,3% no segundo trimestre e de 5,5% em 2020. Depois de ter baixado 1,7% no 1º trimestre de 2020 face a igual período do ano anterior, o PIB do Reino Unido poderá registar uma descida homóloga de 20% no 2º trimestre e de 9,0% em 2020, de acordo com as previsões do consensos (Bloomberg Jul20).

No segundo trimestre de 2020 assistiu-se ao avanço da Covid-19 para muitos mercados emergentes na América Latina, África, Médio Oriente e Ásia-Pacífico. No entanto, a atividade económica nos países emergentes estava já numa trajetória descendente desde os finais do 1º trimestre devido a várias perturbações nas cadeias de fornecimento, tendo o volume do comércio mundial de mercadorias registado uma quebra homóloga de 3,9% em março, seguida de uma descida de -16.1% em abril (de acordo com a CPB Netherlands).

Com base na experiência adquirida nas últimas recessões (Grande Recessão de 2008-2009 e Crise da Dívida Pública na Europa em 2010-2012), os bancos centrais da Europa, Estados Unidos e Ásia retomaram um ciclo agressivo de estímulos monetários no 2º trimestre de 2020. Este novo ciclo da política dos bancos centrais inclui a adoção alargada de políticas de crédito, com programas de compra de ativos, incluindo títulos de crédito de emitentes corporativos do setor privado, em mercados secundários.

Pela primeira vez desde a Grande Recessão, a Reserva Federal dos Estados Unidos baixou a taxa de referência para muito perto de zero (-150 pontos base para o intervalo de 0%-0,25% em março de 2020). Com a taxa dos *Fed funds* em níveis historicamente baixos, as autoridades monetárias norte-americanas retomaram a expansão monetária através do *quantitative easing*, e adotaram uma nova política de expansão do crédito. À semelhança do programa de compra de ativos (PCA) do BCE, a Reserva Federal também adotou a estratégia de apoiar os mercados de crédito norte-americanos através de um novo programa, o chamado *Secondary Market Corporate Credit Facility* (SMCCF, um mecanismo de crédito empresarial no mercado secundário), no montante de 750 mil milhões de dólares em junho de 2020.

Entretanto, o BCE reforçou o PCA através do Programa de compras de emergência por pandemia (PEPP), que abarca um conjunto alargado de títulos elegíveis dos setores público e privado. De acordo com o BCE, a dotação do balanço para o PEPP durante o período da pandemia poderá ir até 750 mil milhões de euros, fazendo parte de um potencial aumento de 1,35 biliões de euros no balanço total.

Assim como a Reserva Federal, o Banco de Inglaterra também reduziu a taxa de referência para um mínimo histórico de 0,1% (-65 pontos base desde março de 2020), retomou o *quantitative easing*, e lançou um programa de compra de ativos de crédito, incluindo títulos dos setores público e privado.

Na China, o Banco Popular da China reforçou, a partir de janeiro de 2020, as operações no mercado doméstico, com o objetivo de apoiar a liquidez nos mercados de crédito e reduzir o risco de contraparte no sistema bancário. Os responsáveis pela política monetária do Banco Nacional da Polónia também reduziram a taxa de referência para um mínimo histórico de 0,1% (-140 pontos base desde março de 2020), juntamente com a adoção de medidas de

quantitative easing. No Brasil, as taxas de referência atingiram o nível mais baixo jamais registado no país, na sequência de um corte de 225 pontos base na taxa do Banco Central, para 2,25%. As autoridades monetárias brasileiras também adotaram um programa de compra de ativos destinado a apoiar os mercados de crédito.

Na nossa opinião, o apoio dos governos foi crucial para aliviar as dificuldades económicas sentidas em todos os países desde março de 2020. Os Governos da UE anunciaram o lançamento de incentivos fiscais correspondentes a 5%-7% do PIB, incluindo linhas de suporte a programas temporários de *layoff* implementados por empresas do setor privado (para reduzir o risco de um aumento maciço do desemprego), um programa de desagravamento fiscal para setores em dificuldades, apoio financeiro para setores económicos estratégicos, etc. De igual forma, o Governo dos EUA aprovou no Congresso, em maio de 2020, um plano de estímulo fiscal no montante de 3 biliões de dólares, que inclui apoio financeiro a empresas em dificuldades e a entrega de cheques a famílias de baixos e médios rendimentos.

A forte coordenação de políticas entre os ministros das finanças dos países do G20 e os bancos centrais foi também essencial para suportar as condições de liquidez nos mercados cambiais durante o 1º semestre de 2020. Adicionalmente, o Bank of International Settlements (BIS), as autoridades reguladoras regionais e as autoridades de supervisão anunciaram medidas destinadas a aliviar o impacto da pandemia no setor bancário. Estas medidas visam a concessão de empréstimos pelos bancos à economia real, assim como o reforço da capacidade de os bancos absorverem perdas de forma ordenada.

Devido aos fortes fluxos de liquidez durante o 1º semestre de 2020, os principais pares cambiais mantiveram-se estáveis, tendo o *Dollar Index* apreciado apenas 1,0%. Antes da aprovação, em julho de 2020, do plano de ajuda da EU no

contexto da pandemia, no montante de 750 mil milhões de euros, a taxa do EUR/USD manteve-se praticamente inalterada durante todo o 1º semestre de 2020 (+0,3% YTD). A libra esterlina teve o pior desempenho entre as moedas de liquidez internacional, desvalorizando 6,5% no primeiro semestre. Na nossa opinião, a conjugação desfavorável entre um grave surto de Covid-19 no Reino Unido e a persistência de incertezas relativamente ao Brexit, continuou a pressionar a cotação da libra face às principais divisas durante o 1º semestre de 2020.

Durante este período, o Yuan Renminbi chinês registou uma ligeira subida de 1,5%, para CNY/USD 7,07, suportada pelo fortalecimento da atividade económica, nomeadamente do setor exportador. O real brasileiro apresentou o pior desempenho entre as moedas com maior liquidez dos países emergentes, desvalorizando 36% face ao Euro no 1º semestre de 2020. Na nossa opinião, a deficiente resposta do Brasil ao surto de Covid-19, juntamente com a decisão dos responsáveis pela política monetária em cortar as taxas de juro domésticas para níveis historicamente baixos explicam a desmobilização de aplicações em BRL. A Polónia conseguiu conter o surto no 2º trimestre, mas a decisão do Banco Central em baixar as taxas de juro de referência para muito perto de zero (0,1%) levou o Zloty a desvalorizar 4,5% no 1º semestre de 2020.

Com o forte aumento da volatilidade nos mercados financeiros globais, assistiu-se a pesadas perdas nos mercados de ações, de crédito e de títulos dos mercados emergentes entre março e abril de 2020. Durante o pior período de incerteza, com a Europa e os Estados Unidos a entrarem em situação de confinamento em meados de março, os índices S&P 500 e Eurostoxx 50 caíram respetivamente 30,8% e 34,5% face a janeiro de 2020. O spread de crédito a empresas *high yield*, medido pelo iTraxx Xover (certificados de depósito a 5 anos em euros) alargou 510 pontos base, para 720 pontos base, em meados de março, o índice Haitong EM FX (15

moedas mais líquidas dos mercados emergentes) caiu 15,3% até abril, e o CRB *commodity index* desvalorizou 13,5% também até abril.

As estratégias de mitigação da pandemia começaram a dar resultados em maio, suportando uma gradual reabertura das economias na Europa. Nos Estados Unidos e no Brasil, apesar do número crescente de casos confirmados de Covid-19, muitas regiões decidiram reabrir em maio e junho. Impulsionada pela esperada reativação de diversas atividades económicas na Europa e nos Estados Unidos, a situação dos mercados financeiros começou a melhorar a partir de maio. Adicionalmente, a perspectiva de uma forte expansão fiscal na UE e nos EUA, fez aumentar o otimismo nos mercados financeiros globais durante o 2º trimestre de 2020. Até ao final de junho, a maioria dos mercados acionistas recuperou grande parte das perdas sofridas em março e abril, com o S&P 500 e o Eurostoxx 50 a registarem perdas no semestre de 4,0% e 11,6% desde o início do ano e o Shanghai Composite a valorizar 0,3% (que compara com o pico da descida em abril, de -15%).

Na nossa opinião, as condições económicas e financeiras a nível global mantêm-se muito vulneráveis à forma desequilibrada como a pandemia tem sido gerida nas várias regiões, embora na Europa e no Leste da Ásia a situação tenha vindo a melhorar, tanto a nível económico e financeiro, como relativamente à pandemia. À data de fecho deste relatório, a chamada primeira vaga da pandemia ainda estava a avançar, com 15,5 milhões de casos em todo o mundo. A taxa de mortalidade global atingiu 7% em abril, baixando depois para 4% em julho, com a

melhoria da capacidade de teste e dos tratamentos médicos.

De acordo com a OMS, em junho de 2020 existiam quatro potenciais vacinas a iniciar a 3ª das 3 fases exigidas para os testes clínicos. Os recentes desenvolvimentos conseguidos nesta área melhoraram as perspetivas de serem aprovadas uma ou mais vacinas para distribuição global no final do 1º semestre de 2021.

Por outro lado, a evolução da curva de aprendizagem da pandemia tem permitido melhorar as estratégias de mitigação (teste, rastreio e controlo de focos de infeção), devendo, na nossa opinião, reduzir a necessidade de um novo confinamento em larga escala como aquele a que assistimos no 1º semestre de 2020. No entanto, é provável que as condições nos mercados financeiros continuem a ser influenciadas pela persistência dos constrangimentos resultantes dos efeitos da primeira vaga, assim como do risco de uma segunda vaga no 4º trimestre. Adicionalmente, deverão persistir no 2º semestre os riscos decorrentes de tensões geopolíticas, com a atual administração norte-americana a reforçar o tom nacionalista do seu discurso, em antecipação às eleições gerais de novembro.

Na nossa perspetiva, a atividade económica global poderá ficar muito aquém do seu potencial, estando ainda sujeita à ameaça de uma segunda vaga da pandemia ocorrer antes de uma vacina viável ficar disponível, em 2021. Nas suas mais recentes estimativas, o FMI prevê uma descida do PIB de 4,9% em 2020 (vs. +2,9% em 2019), seguida de uma forte recuperação, com uma subida de 5,4% em 2021.

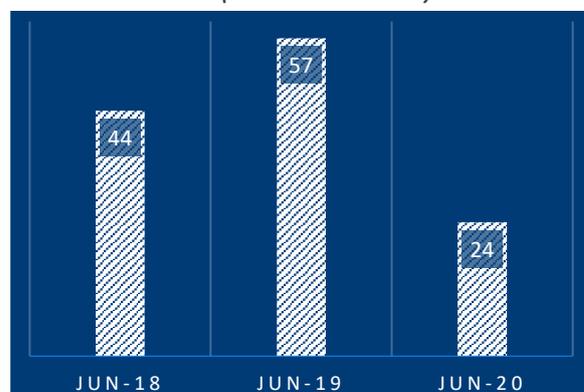
Análise Financeira

Depois de um ano de 2019 muito promissor, a atividade do Haitong Bank foi significativamente afetada pelos efeitos negativos resultantes da COVID-19.

Apesar das melhorias significativas conseguidas nos últimos três anos, que permitiram ao Banco reforçar o seu desempenho financeiro e reconstruir a organização sobre bases sólidas, a pandemia veio gerar um contexto económico e de negócio extremamente difícil, com um impacto negativo nos resultados do Haitong Bank no primeiro semestre de 2020. Logo desde o início de 2020, quando o primeiro surto de COVID-10 na Ásia levou à imposição de medidas de confinamento na China, sentiram-se imediatamente os impactos no negócio do Banco relacionados com a China, em particular na área de Mercados de Capitais, cujo contributo para o Produto Bancário do Banco tem sido um dos mais importantes nos últimos anos.

As equipas das direções de Clientes e de *Corporate Solutions* concentraram os seus esforços na manutenção de um relacionamento estreito com os clientes locais, mas o *lockdown* restringiu significativamente a atividade de negócio. O Produto Bancário cifrou-se em 24 milhões de euros, uma redução de 57% face ao 1º semestre de 2019 que reflete essencialmente a significativa quebra das comissões (-56% em termos homólogos). A margem financeira líquida (-21% em termos homólogos) e o aumento das perdas registadas em atividades de mercados contribuíram igualmente para este desempenho.

Produto Bancário (milhões de euros)



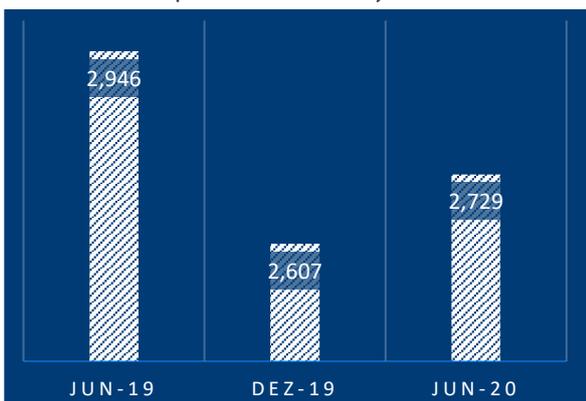
Fonte: Haitong Bank

Os custos operacionais, no montante de 31 milhões de euros no 1º semestre de 2020, traduzem uma significativa melhoria (-20%) face aos 39 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior. No entanto, devido à descida das receitas, os Resultados Operacionais foram negativos em 7 milhões de euros, o que representa uma queda significativa face aos resultados operacionais positivos de 18 milhões de euros alcançados no 1º semestre de 2019. As imparidades e provisões mantiveram-se a um nível reduzido, beneficiando do importante trabalho desenvolvido em anos anteriores para baixar o rácio de crédito não produtivo do Banco.

No contexto difícil vivido durante o período em análise, o Banco interrompeu a sequência de resultados trimestrais positivos para registar um prejuízo de 12 milhões de euros, que compara com o lucro líquido de 10 milhões de euros registado no 1º semestre de 2019.

A expansão do balanço é fundamental para o futuro desenvolvimento do Haitong Bank. Durante o 1º semestre de 2020, o Haitong Bank manteve o seu compromisso para com este objetivo, tendo o Total do Ativo aumentado 5% face ao final de 2019, atingindo 2,7 mil milhões de euros, em resultado do aumento do investimento em ativos de negociação.

Total do Ativo (milhões de euros)



Fonte: Haitong Bank

Após os primeiros impactos da pandemia, o Banco entra agora numa nova fase como um dos Bancos portugueses mais capitalizados em Portugal com um rácio de capitais próprios principais de nível 1 (CET1) de 26,6% e um rácio de capitais próprios totais de 33,8%, bem como uma sólida posição de liquidez e um nível de qualidade dos ativos nunca anteriormente atingido, traduzido num rácio de crédito não produtivo de 2,3%.

Eventos Corporativos

- ⊕ A 28 de **JANEIRO** de 2020 foi aprovada a incorporação da Haitong do Brasil Participações Ltda na Haitong Negócios, S.A..
- ⊕ A 17 de **JULHO** de 2020, o Acionista Único votante do Haitong Bank deliberou eleger os seguintes Titulares dos Órgãos Sociais para o triénio 2020/2022, no seguimento da decisão do Banco de Portugal divulgada ao mercado a 7 de julho de 2020:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Maria João de Oliveira Ricou Mora do Vale.

Secretário: David Luís Marques Ramalhete.

Conselho de Administração

Presidente: Lin Yong.

Vogais: Wu Min; Alan Fernandes; Miguel Guiomar; Nuno Carvalho; Vasco Câmara Martins; António Domingues; Martina García; Pan Guangtao; Paulo Martins; Vincent Camerlynck; Xinjun Zhang.

Comissão Executiva

Presidente: Wu Min.

Vogais: Alan Fernandes; Miguel Guiomar; Nuno Carvalho; Vasco Câmara Martins.

Conselho Fiscal

Presidente: Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura.

Vogais: Mário Paulo Bettencourt de Oliveira; Cristina Maria da Costa Pinto.

Suplente: Paulo Ribeiro da Silva.

Revisor Oficial de Contas

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., representada pelo Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira.

Tesouraria

O MERCADO NO 1º SEMESTRE DE 2020

Em resposta à pandemia de Covid-19, os bancos centrais, nomeadamente o Banco Central Europeu, a Reserva Federal norte-americana, o Banco de Inglaterra, o Banco Popular da China, o Banco do Japão, o Banco Central do Brasil e o Banco Nacional da Polónia, tomaram medidas extraordinárias destinadas a limitar os impactos de uma potencial depressão económica em 2020. Estas medidas incluíram políticas monetárias muito expansionistas, operações de liquidez de mercado aberto, acordos de *swap* cambial entre os principais bancos centrais, e políticas de crédito (compra de títulos públicos e privados).

No dia 18 de março, o BCE expandiu o seu programa de compra de ativos (PCA) através de um novo programa temporário, denominado Programa de Compras de Emergência por Pandemia (PEPP), no montante de EUR 750 mil milhões de euros. As regras do PEPP relativamente à elegibilidade dos títulos do setor público e privado preveem um *waiver* para as obrigações do Estado grego sem rating de grau de investimento (S&P BB-). Este *waiver* poderá igualmente assegurar a elegibilidade da Itália, de Portugal e de Espanha ao acesso às linhas do BCE em caso de cortes múltiplos dos seus *ratings*. As indicações sobre a orientação futura da política monetária foram reforçadas com a perspetiva de manutenção das taxas de juro em -0,50% por um período de tempo prolongado. Depois de atingir

um mínimo de -0,856% no dia 9 de março, na sequência da declaração de pandemia pela OMS, a *yield* das obrigações do Tesouro Alemão a 10 anos recuperou para uma média de -0,44% entre abril e junho.

Na sequência do novo plano de estímulos do BCE, os estados-membros da UE iniciaram um debate sobre um plano conjunto para a recuperação da economia no montante de 750 mil milhões de euros (o qual foi aprovado em julho). Os *spreads* da dívida soberana dos países da periferia da Europa relativamente aos títulos da dívida pública alemã atingiram o ponto mais elevado dos últimos 12 meses em março, baixando depois, no final do 1º semestre de 2020, para os níveis observados em janeiro.

A partir de fevereiro, a Reserva Federal baixou as taxas de referência de 1,25%-1,50% para 0,0%-0,25%, retomou o programa de *quantitative easing* (compra de títulos do tesouro) e anunciou em junho um novo programa denominado *Secondary Market Corporate Credit Facility* (SMCCF, um mecanismo de crédito empresarial no mercado secundário), no montante de 750 mil milhões de dólares. Em períodos de incerteza, a aversão ao risco nos mercados financeiros globais beneficia os títulos do tesouro norte-americano, tendo a taxa dos títulos do tesouro a 10 anos baixado de 1,92% no final de 2019 para 0,66% no final do 1º semestre de 2020.

Obrigações do Tesouro: Yields a 10 anos

País	Jan-2020	Máximo de 2020	Mínimo de 2020	Jun-2020
Alemanha	-0,19%	-0,16% (Jan)	-0,86% (Mar)	-0,46%
Itália	1,41%	2,42% (Mar)	0,90% (Fev)	1,25%
Espanha	0,46%	1,21% (Mar)	0,17% (Mar)	0,46%
Portugal	0,43%	1,43% (Mar)	0,22% (Mar)	0,47%
Grécia	1,39%	3,67% (Mar)	0,91% (Mar)	1,19%

Fonte: Bloomberg.

Os mercados cambiais mostraram-se menos voláteis do que em 2008-2009, com o dólar americano a beneficiar dos fluxos globais de fundos para classes de ativos de maior liquidez. O Dollar Index (DXY) subiu 1,0%, enquanto a taxa de câmbio do euro face ao dólar se manteve praticamente inalterada (+0,2%) durante o 1º semestre de 2020. No entanto, a perspectiva de continuação das guerras comerciais promovidas pelos EUA em antecipação às eleições presidenciais de novembro, juntamente com o impacto prolongado da Covid-19 na economia norte-americana, poderão, na nossa opinião, conduzir a uma maior desvalorização do dólar no 2º semestre.

No 1º semestre de 2020, o Banco Central do Brasil baixou a taxa de juro de referência para um mínimo histórico de 2,25% (vs. 4,50% no final de 2019). À semelhança de outros bancos centrais, a autoridade monetária brasileira também lançou diversas operações de liquidez em mercado aberto, apoiando os mercados de crédito doméstico com um montante equivalente a 3,5% do PIB. A desvalorização do real (BRL) atingiu 33% no 1º semestre de 2020, na nossa opinião devido ao nível historicamente baixo das taxas de juro domésticas e à aversão global ao risco das *commodities* e dos mercados emergentes. No entanto, os mercados cambiais mantiveram um amplo nível de liquidez, de que é exemplo a linha de *swaps* cambiais no montante de 60 mil milhões de dólares acordada entre a Reserva Federal e o Banco Central do Brasil, assim como o elevado montante das reservas internacionais, que atingiram 350 mil milhões de dólares em junho.

Na nossa opinião, se o Brasil mantiver políticas económicas e financeiras orientadas para o mercado, será possível conter um aumento da aversão ao risco dos títulos em reais.

DESTAQUES DA ATIVIDADE

O perfil da estrutura de financiamento manteve-se alinhado com a evolução do balanço do Banco, para o qual a estratégia consiste em diversificar as fontes de financiamento tendo em vista otimizar a relação custo/estabilidade e melhorar a qualidade do *funding*.

No final de junho de 2020, o Banco tinha captado um total de 185 milhões de euros em depósitos a prazo de clientes de retalho através de plataformas online dirigidas aos mercados alemão, austríaco e espanhol, o que representa uma ligeira redução face aos 191 milhões de euros no final de 2019, explicada por uma conjugação de fatores, como a redução das taxas e um certo grau de incerteza causada pela COVID-19.

No futuro, continuaremos a encarar estas alternativas como fontes de financiamento de qualidade para o Banco, e continuamos a trabalhar no sentido de melhorar os volumes a um preço aceitável.

Depois da venda da Haitong Investment Ireland plc (HIIP), o Haitong Bank manteve uma linha de crédito concedida por esta entidade no montante de 625 milhões de euros, dos quais 570 milhões de euros foram recentemente negociados no sentido de alargar a sua maturidade para 5 anos, com um impacto positivo na estabilidade do *funding*.

No Brasil, o Banco tem acesso a um leque diversificado de investidores através de vários tipos de depósitos e instrumentos em valores mobiliários. O Banco mantém uma relação muito próxima com vários investidores institucionais, sendo este o canal mais relevante. Outras fontes importantes são as linhas bancárias, as plataformas de retalho e os depósitos de empresas.

Nos últimos dois anos, a emissão de dívida foi a principal fonte de financiamento e liquidez do Banco no Brasil. Os recentes acontecimentos relacionados com a Covid-19 afetaram severamente os Mercados de Capitais brasileiros, assim como o setor da gestão de investimentos.

Consequentemente, os Fundos de Crédito de Renda Fixa, os maiores investidores em

instrumentos de renda fixa, tiveram que se adaptar e reformular o seu negócio. Este processo deverá, no curto prazo, levar a uma redução da procura por títulos bancários.

Acreditamos que, com o amadurecimento deste processo, os títulos de dívida voltarão a destacar-se como a principal fonte de financiamento do Banco.

Rating

A 8 de abril de 2020, a Standard & Poor's ("S&P") anunciou a revisão do Outlook do *rating* do Banco de "Estável" para "Negativo". A S&P reafirmou a notação de *rating* de crédito de longo prazo em "BB" e a notação de curto prazo em "B".

De acordo com a S&P, esta revisão do Outlook resultou da situação originada pela pandemia de COVID-19, estando alinhada com a decisão tomada em relação a outros bancos portugueses.

A 7 de julho de 2020, a S&P reafirmou igualmente o *rating* de crédito do Haitong Banco de Investimento do Brasil em "BB-", com *outlook* estável (brAAA/Stable na escala local).

Esta ação reflete a significativa contribuição da unidade brasileira para as receitas do Haitong

Bank e a sua posição como o núcleo das operações do Grupo Haitong Bank na América Latina. Adicionalmente, o Haitong Brasil apresenta um nível de capitais consistente com o de outros bancos de investimento no Brasil, assim como um nível de liquidez que cobre confortavelmente as suas necessidades no curto prazo.

O *outlook* estável atribuído pela Agência de *rating* ao Haitong Brasil para os próximos 12 meses reflete o *outlook* da dívida soberana em moeda estrangeira do Brasil (BB-/Estável/B), assim como a sua importância como uma subsidiária core do Haitong Bank.

GESTÃO DE RISCO

GOVERNANCE

O Conselho de Administração é o responsável final pelo enquadramento da gestão de risco do Haitong Bank. O Conselho de Administração está devidamente ciente dos tipos de riscos a que o Banco está exposto e dos processos utilizados para identificar, avaliar, monitorizar e controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres a que a instituição está sujeita, sendo responsável pelo estabelecimento e manutenção de uma estrutura de gestão de risco apropriada e eficaz.

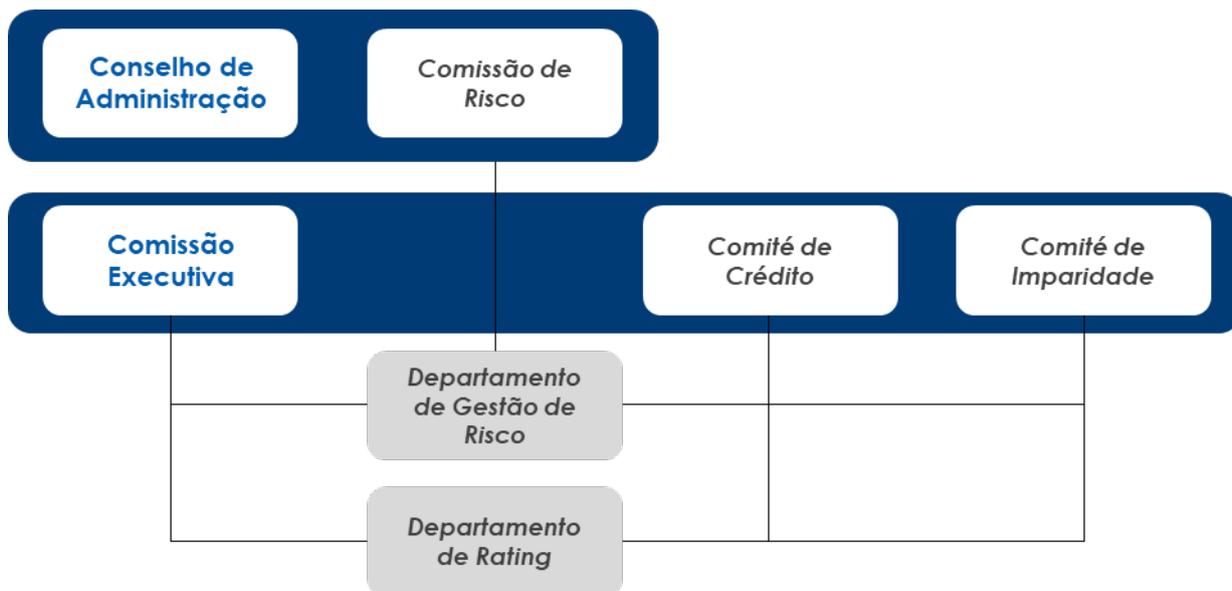
O esquema abaixo descreve a estrutura de Comités relevantes para a função de gestão de risco no Banco.

Comissão de Risco

A Comissão de Risco tem como missão monitorizar de forma contínua o desenvolvimento e implementação da estratégia de risco e do apetite de risco do Banco e certificar-se de que estes são compatíveis com uma estratégia sustentável a médio e longo prazo.

Departamento de Gestão de Risco

O Departamento de Gestão de Risco, enquanto função de controlo independente, ativamente envolvida em todas as decisões relevantes e alinhada com as orientações e práticas da casa-mãe, tem por objetivo permitir ao Banco tomar decisões informadas e assegurar que as políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração são devidamente implementadas e seguidas.



Departamento de *Rating*

Conjuntamente com o Departamento de Gestão de Risco, o Departamento de *Rating* faz parte da Função de Controlo de Risco do Haitong Bank. O Departamento de *Rating* desempenha um papel no apoio ao processo de tomada de decisão do Comité de Crédito e da Comissão Executiva, e na avaliação individual de imparidade em sede de Comité de Imparidade.

Comité de Crédito

O Comité de Crédito, estabelecido pela Comissão Executiva com a autorização do Conselho de Administração, é o Comité do Banco responsável por:

- ⊕ Avaliar e decidir sobre operações que envolvem a tomada de risco para o Banco, no âmbito do Quadro de Decisão do Comité de Crédito estabelecido pela Comissão Executiva;
- ⊕ Emitir pareceres não vinculativos sobre operações que não se enquadrem: (i) no Quadro de Decisão do Comité de Crédito estabelecido pela Comissão Executiva; ou (ii) no Risk Appetite Framework (“RAF”) aprovado pelo Conselho de Administração – nesses casos, as operações devem ser submetidas, respetivamente, à aprovação da Comissão Executiva e do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva estabelece e revê periodicamente a delegação de poderes do Comité de Crédito a fim de garantir o seu total alinhamento com a estratégia de crédito do Banco.

Comité de Imparidade

O Comité de Imparidade do Haitong Bank é responsável por analisar e decidir sobre os montantes de imparidade a serem atribuídos aos clientes de crédito sujeitos a análise individual.

Apetite de Risco

A estratégia do Haitong Bank consiste em alavancar as oportunidades resultantes da internacionalização da China, aliando os seus conhecimentos e experiência nos mercados ocidentais com a capacidade de originação e distribuição *cross-border* do Grupo. O Haitong Bank continuará a apoiar os seus clientes corporativos na Europa e na América Latina, a par da sua crescente base de clientes chineses.

Sendo um Banco com clientes maioritariamente corporativos e institucionais, as principais atividades de negócio desenvolvidas atualmente são FICC, DCM, Structured Finance e Fusões e Aquisições.

O Banco está ciente de que a sua função de gestão de risco é um fator chave para alcançar os objetivos estratégicos do Grupo, constituindo-se como uma linha de defesa adicional para proteger o valor da instituição. A visão global do risco do Haitong Bank é estabelecida em torno dos seguintes três princípios orientadores:

- ⊕ **Capital:** O Haitong Bank pretende manter reservas de capital prudentes e superiores aos requisitos de capital, tanto internos como regulamentares;
- ⊕ **Liquidez e Financiamento:** O Haitong Bank como um todo e cada uma das suas subsidiárias individualmente, visam manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento sustentável a médio-longo prazo; e
- ⊕ **Resultados:** O Grupo tem como objetivo gerar resultados recorrentes que garantam a sua sustentabilidade e um nível razoável de retorno para o Acionista.

RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do Cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco. Sendo a categoria de risco mais relevante a que se encontra exposta a atividade do Banco, a sua gestão e controlo são suportados pela utilização de um completo sistema de identificação, avaliação, quantificação e reporte do risco.

PRÁTICAS DE GESTÃO

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito.

Ratings Internos

Os ratings internos, que medem a probabilidade de *default* a um ano, são atribuídos através de ferramentas internas de rating desenvolvidas pela Standard and Poor's ('S&P'). Embora centralizada na sede do Banco, a atribuição de ratings internos é realizada por um grupo de analistas experientes integrados nas equipas de Lisboa, Varsóvia e São Paulo.

A atualização e manutenção anual do quadro metodológico de notação interna de risco são asseguradas através dos serviços contratados à S&P.

Monitorização

As atividades de acompanhamento e de controlo do risco de crédito têm por objetivo medir e controlar a evolução do risco de crédito e identificar situações que indiquem uma deterioração de risco, bem como elaborar estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação do apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, a função de Monitorização do Risco de Crédito e o seu respetivo desenvolvimento é objetivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco.

Processo de Recuperação de Crédito

O Departamento de Special Portfolio Management do Haitong Bank gere os ativos não produtivos (*non-performing exposures*) do Banco, propondo e implementando estratégias de reestruturação e/ou de recuperação de crédito com o objetivo de maximizar os valores de recuperação dos créditos.

ANÁLISE DO RISCO DE CRÉDITO

Carteira de Crédito

Estrutura da carteira de crédito

A junho de 2020, a carteira de crédito (bruta de provisões) ascendia a 335 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 8 milhões de euros face a dezembro de 2019.

Carteira de Crédito por Segmentos de Produto e Geografia (milhares de euros)

	junho 2020		
	Domestico	Internacional	Total
Carteira de Crédito¹	141.886	192.950	334.836
<i>Specialized Lending</i>	135.568	33.967	169.535
Crédito a empresas	2.127	151.223	153.350
Outros	4.191	7.760	11.951

	dezembro 2019		
	Domestico	Internacional	Total
Carteira de Crédito¹	160.071	166.657	326.728
<i>Specialized Lending</i>	149.627	46.210	195.837
Crédito a empresas	2.127	120.427	122.554
Outros	8.317	20	8.337

Fonte: Haitong Bank.

¹ Bruto de Provisões

A distribuição setorial da carteira de crédito espelha a atividade de concessão de crédito desenvolvida pelo Banco ao longo dos últimos anos nas diversas geografias onde o Banco está presente, salientando-se as operações da área de *Specialized Lending* nos setores das Infraestruturas de Transportes e Energia. A classificação sectorial é distribuída de acordo com o setor de risco interno.

Carteira de Crédito por Segmentos e Setor

	junho 2020			Total
	<i>Specialized Lending</i>	<i>Corporate</i>	Outros	
TOTAL	50,7%	45,8%	3,5%	100,0%
Infraestruturas e transportes	32,1%	0,7%	0,0%	32,8%
Energias	18,0%	0,0%	0,0%	18,0%
Metalurgia e Mineração	0,0%	20,2%	0,0%	20,2%
Telecomunicações	0,0%	8,4%	0,0%	8,4%
Papel e Produtos Florestais	0,0%	7,3%	0,0%	7,3%
Construção e Obras Públicas	0,0%	3,5%	0,0%	3,5%
Agricultura e Bens Alimentares	0,0%	1,6%	0,0%	1,6%
Comércio e Serviços	0,1%	0,4%	0,0%	0,5%
Transportes	0,5%	0,1%	0,0%	0,6%
Água e Saneamento	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,0%	3,6%	3,5%	7,1%

	dezembro 2019			Total
	<i>Specialized Lending</i>	<i>Corporate</i>	Outros	
TOTAL	59,8%	37,6%	2,6%	100,0%
Infraestruturas e transportes	34,8%	0,9%	0,0%	35,7%
Energias	24,2%	0,0%	0,0%	24,2%
Metalurgia e Mineração	0,0%	22,1%	0,0%	22,1%
Telecomunicações	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Papel e Produtos Florestais	0,0%	5,5%	0,0%	5,5%
Construção e Obras Públicas	0,0%	4,9%	0,0%	4,9%
Agricultura e Bens	0,0%	1,7%	0,0%	1,7%
Comércio e Serviços	0,2%	0,8%	0,0%	1,0%
Transportes	0,6%	0,3%	0,0%	0,9%
Água e Saneamento	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%
Outros	0,0%	1,2%	2,6%	3,8%

Fonte: Haitong Bank

Perfil de *Ratings* Internos

O Haitong Bank utiliza os sistemas de rating internos no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito. O quadro seguinte apresenta a distribuição da carteira de crédito por níveis de rating interno.

Perfil de rating da Carteira de Crédito

	junho 2020	dezembro 2019
[aaa+; a-]	0,7%	0,8%
[bbb+; bbb-]	19,6%	21,0%
[bb+; bb-]	26,1%	23,1%
[b+; b-]	50,5%	55,1%
[ccc+; lccc]	3,1%	0,0%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank.

Indicadores de Risco

Ao longo de 2020, o Banco continuou a prosseguir uma estratégia de redução do crédito não produtivo, assim como uma abordagem conservadora relativamente ao nível de imparidade da sua carteira de crédito.

Indicadores de Risco de Crédito (milhares de euros)

	junho 2020	dezembro 2019
Carteira de Crédito	334.836	326.728
Carteira de Crédito Não Produtivo (NPL)	7.711	11.882
Rácio de Crédito não Produtivo	2,3%	3,6%
Imparidade do Crédito Não Produtivo	4.032	4.830
Cobertura de Crédito não Produtivo	52,3%	40,6%
Exposição de risco de crédito bruta	1.638.434	1.804.836
Exposições não produtivas (NPE) ⁽¹⁾	81.453	91.657
Rácio NPE	5,0%	5,1%
Cobertura de Exposições não Produtivas por Imparidades	51,4%	49,4%
Crédito reestruturado ("forborne") ⁽¹⁾	118.405	64.859
das quais exposições produtivas (%)	87,2%	68,7%

⁽¹⁾ O Banco segue o critério definido para exposições não produtivas com base nas Orientações da EBA sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06) de 21 de Outubro de 2018, bem como a classificação definida de acordo com a Parte 2 "Instruções respeitantes aos modelos" do Anexo V do Regulamento de Execução (UE) 2018/1627 da Comissão Europeia, de 9 de Outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) n. 680/2014, respeitante à avaliação prudente no quadro do relato para fins de supervisão.
Fonte: Haitong Bank.

A melhoria do rácio de crédito não produtivo (NPL) para 2,3% em junho de 2020 resulta das medidas de redução do crédito não produtivo empreendidas pelo Banco.

Títulos de Rendimento Fixo

Estrutura da Carteira

A carteira de títulos de rendimento fixo terminou o primeiro semestre de 2020 com um total líquido de 936 milhões de euros, representando uma redução de 15,2 milhões de euros face a dezembro de 2019.

Carteira de Títulos de Rendimento Fixo por Setor (milhares de euros)

	junho 2020	dezembro 2019
Total	936.056	951.250
Administrações Centrais	744.138	696.029
Imobiliário	60.147	85.791
Construção e Obras Públicas	45.216	56.412
Energia	26.381	20.804
Tecnologia e equipamento informático	20.913	22.289
Materiais de construção	7.897	8.719
Bens de investimento	5.989	11.896
Comércio e Serviços	5.445	6.883
Papel e produtos florestais	5.203	6.253
Transportes	3.452	1.367
Metalúrgica & Mineração	3.240	3.737
Bancos	3.041	4.733
Indústria de petróleo e gás	1.710	22.628
Outros	3.284	3.709

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de Ratings Internos

Em junho de 2020, a carteira de renda fixa do Banco apresentava o seguinte perfil:

Perfil de Rating da Carteira de Títulos de Rendimento Fixo

	junho 2020	dezembro 2019
[aaa; a-]	0,1%	0,3%
[bbb+; bbb-]	27,0%	23,5%
[bb+; bb-]	72,7%	74,3%
[b+; b-]	0,1%	1,9%

Em percentagem da carteira não default com notações de risco
Fonte: Haitong Bank.

Carteira de Derivados

Estrutura da Carteira

O risco de contraparte subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro, câmbio, crédito e ações ascendeu a aproximadamente 221 milhões de euros, o que equivale a um aumento de 96 milhões de euros face a 2019, devido a um aumento de derivados no setor de Transportes.

No que respeita à distribuição setorial, 49% da exposição global resultou de transações com contrapartes do setor de transportes, seguido por 29% no setor de infraestruturas de transportes. A classificação sectorial é distribuída em função do setor de risco interno.

Carteira de Derivados por Setor (milhares de euros)

	junho 2020	dezembro 2019
Total	221.384	125.603
Transportes	109.545	4.750
Infraestruturas de transportes	63.977	63.857
Bancos	16.868	32.683
Alimentação, bebidas e tabaco	8.465	4.735
Agricultura e Bens alimentares	5.971	2.869
Energia	5.969	6.142
Corretagem	3.450	5.073
Instituições financeiras não bancárias	3.033	3.670
Indústria de petróleo e gás	2.872	1.061
Papel e produtos florestais	636	754
Outros	598	9

Fonte: Haitong Bank.

Perfil de Ratings Internos

A exposição do Banco a instrumentos derivados está essencialmente concentrada em operações de *swap* de mercadorias na atividade de Corporate, bem como em operações de *swap* de taxa de juro na atividade de *Specialized Lending*.

Perfil de Rating da Carteira de Derivados

	junho 2020	dezembro 2019
[aaa+; a-]	6,1%	17,0%
[bbb+; bbb-]	29,3%	52,7%
[bb+; bb-]	9,1%	11,2%
[b+; b-]	55,5%	19,0%

As a percentage of non-default rated portfolio
Fonte: Haitong Bank.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas em posições patrimoniais ou extrapatrimoniais resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de ações, taxas de juro, taxas de câmbio e spreads de crédito. No desenvolvimento das suas atividades, o Haitong Bank está exposto ao risco de mercado na sua carteira de negociação e carteira bancária.

O Haitong Bank tem implementadas políticas, procedimentos e sistemas de gestão do risco de mercado que permitem avaliar e controlar todos os fatores de risco de mercado a que o Banco está exposto.

As tarefas de identificação, monitorização, controlo e reporte do risco de mercado são desenvolvidas por uma área específica dentro do Departamento de Gestão de Risco - a unidade de Controlo do Risco de Mercado - que as exerce de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas entidades do Grupo, as quais detêm as competências adequadas para avaliar as atividades desenvolvidas e os riscos incorridos por cada uma.

A unidade de Controlo do Risco de Mercado é responsável por analisar os fatores relevantes para cada tipo de risco recorrendo a técnicas de tratamento estatístico, à medição da volatilidade do mercado, à análise de indicadores de profundidade e liquidez e à simulação do valor das transações sob diversas condições de mercado de modo a fundamentar convenientemente os limites para cada área de negócio nas propostas apresentadas ao Comité de Crédito e Comissão Executiva.

Para que a organização tenha uma imagem clara dos riscos incorridos e do apetite de risco desejado, é utilizado um vasto conjunto de medidas de risco, e respetivos limites, complementado com limites de *stop loss* e de concentração. Estas medidas de risco incluem o *Value at Risk (VaR)* e medidas de sensibilidade a variações em taxas de juro, spreads de crédito, taxas de câmbio, preços de ações e volatilidade.

RISCO DE CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Práticas de Gestão

O Banco estima as potenciais alterações no valor de mercado das posições na carteira de negociação, considerando um VaR por simulação histórica, um período de investimento de 10 dias úteis com observação histórica de 1 ano e um intervalo de confiança de 99%.

Em junho de 2020, o VaR do Haitong Bank, totalizava EUR 6,3 milhões, o que representa um aumento de EUR 2,5 milhões quando comparado com dezembro de 2019.

Value at Risk por fator de risco (milhões de euros)

	junho 2020	dezembro 2019
Risco Cambial	4,0	1,7
Risco de taxa de juro	0,8	1,0
Ações e Mercadorias	0,0	0,5
Spread de Crédito	1,6	1,2
Covariância	-0,1	-0,6
Total	6,3	3,8

Fonte: Haitong Bank.

RISCOS DA CARTEIRA BANCÁRIA

Os outros riscos da carteira bancária resultam de movimentos adversos nas taxas de juro, nos spreads de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis em exposições *non-trading* que o Banco detém no seu balanço.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco atual ou prospetivo de capital e margem do banco, decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro que afetam as posições da carteira bancária.

O Haitong Bank visa capturar todas as fontes materiais de IRRBB e avaliar os efeitos das mudanças de mercado no âmbito da sua atividade, e gere o IRRBB medindo a sensibilidade do valor económico da carteira bancária e a sensibilidade da margem financeira esperada num horizonte temporal de 1 ano.

Alterações nas taxas de juros podem afetar o valor económico subjacente dos ativos, passivos e instrumentos extrapatrimoniais do banco, dado que o valor presente dos fluxos de caixa futuros varia aquando da variação das taxas de juro. A alteração nas taxas de juros também afeta as receitas do banco, aumentando ou diminuindo a sua margem financeira (NII).

Em junho de 2020, o impacto no valor económico da carteira bancária, sob um choque paralelo na curva de rendimentos de +/- 200 pontos base foi estimado em 4,87 milhões de euros. Um *floor* de -100 pontos base foi aplicado na curva de rendimentos para desconsiderar cenários irrealistas de taxas de juro extremamente negativas.

Risco de *Spread* de Crédito

O spread de crédito, um dos fatores a considerar na avaliação de ativos, representa a capacidade de o emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade e visa refletir a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro e a taxa de juro sem risco referente a um ativo na mesma moeda e com a mesma maturidade.

O Banco encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras e o risco dos Fundos

de Investimento. Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

RISCO DO FUNDO DE PENSÕES

O risco de Fundo de Pensões resulta da possibilidade de o valor dos passivos (as responsabilidades do Fundo) exceder o valor dos ativos na carteira do Fundo, exigindo ao Haitong Bank uma contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões. Caso contrário, se o rendimento dos ativos da carteira do Fundo de Pensões estiver alinhado com a evolução das responsabilidades do Fundo, o Haitong Bank só terá de fazer as contribuições regulares para o Fundo (o custo normal do plano de pensões). A fim de mitigar o risco de um desajuste entre as responsabilidades e os ativos da carteira do Fundo, o Banco implementou uma estratégia de alocação de ativos ao Fundo baseada num exercício de *Asset Liability Modelling*, tendo igualmente estabelecido uma estrutura de governo que monitoriza regularmente a solvência do Fundo (crescimento das responsabilidades versus carteira de ativos).

RISCO OPERACIONAL

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes de procedimentos internos desadequados ou da sua implementação negligente, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. O risco jurídico e de IT incluem-se nesta definição. Desta forma, o risco operacional é visto como o somatório dos seguintes riscos: operacional, de sistemas de informação e de *compliance*.

Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visam assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. A prioridade na gestão do risco operacional é a identificação e mitigação ou eliminação das fontes de risco.

As metodologias de gestão em vigor foram definidas com base nos princípios e abordagens à gestão do risco operacional emitidas pelo Comité de Basileia e a abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal, reconhecidos como sendo os que refletem as melhores práticas nesta área.

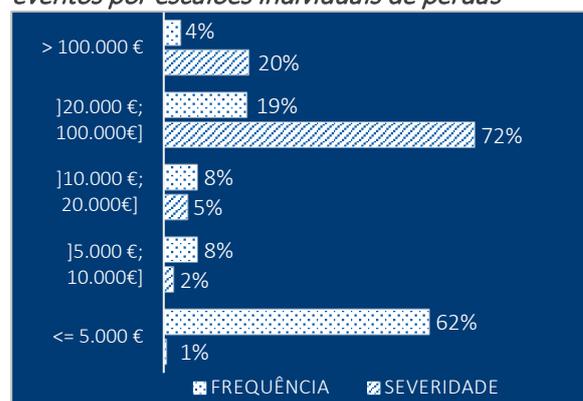
A função de gestão do risco operacional, suportada por uma estrutura exclusivamente dedicada ao acompanhamento deste risco, compreende os seguintes processos:

- ⊕ Identificação e avaliação dos riscos e controlos através de exercícios de autoavaliação dos processos, riscos e controlos;
- ⊕ Identificação e avaliação dos riscos operacionais em novos produtos e serviços, nomeadamente de IT, incluindo a necessidade de implementar novos controlos para mitigar os riscos identificados;
- ⊕ Identificação, análise e reporte de eventos de risco operacional;
- ⊕ Monitorização do risco através de um conjunto de indicadores de risco selecionados;
- ⊕ Cálculo dos requisitos de capital de acordo com o Método Padrão.

ANÁLISE DO RISCO OPERACIONAL

Como mostrado abaixo, nos primeiros seis meses de 2020, 62% de todos os eventos reportados acarretaram perdas inferiores a 5.000 euros.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por escalões individuais de perdas

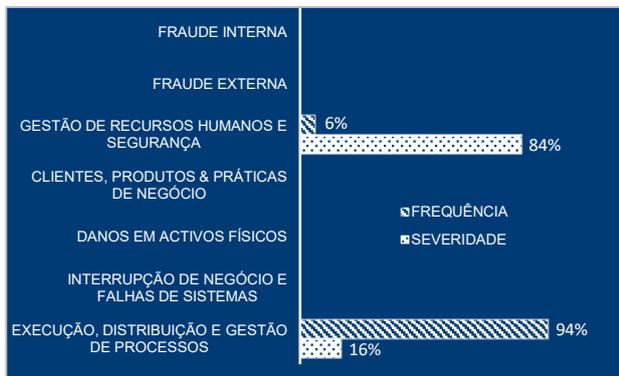


Fonte: Haitong Bank.

Os eventos de risco operacional identificados são reportados de forma a permitir a sua caracterização completa e sistematizada e o controlo das ações de mitigação identificadas. Todos os eventos são classificados de acordo com as Categorias de Risco do Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal, por Linhas de Negócio e Tipologias de Eventos de Basileia.

Em 2020, a tipologia dos eventos de Execução, Distribuição e Gestão de Processos representou 94% do total de eventos reportados, mas apenas por 16% das perdas reportadas no ano. A tipologia Gestão de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho foi a que apresentou perdas mais significativas no exercício, representando 84% do total de perdas de eventos de risco operacional, tendo esta perdas sido geradas na subsidiária do Banco no Brasil.

Distribuição da frequência e severidade dos eventos por tipo de evento



Fonte: Haitong Bank.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco que resulta da incapacidade, atual ou futura, de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em custos excessivos.

Práticas de Gestão

A gestão da liquidez e do financiamento é um elemento crítico para persecução dos objetivos estratégicos do Haitong Bank, e constitui, em conjunto com a gestão do capital, um pilar fundamental para a robustez e resiliência da instituição.

A gestão de liquidez e a estratégia de financiamento do Haitong Bank são da responsabilidade da Comissão Executiva, que assegura a gestão da liquidez do Banco de forma integrada, incluindo a tesouraria de todas as entidades do Haitong Bank.

Assente num modelo de organização sólido e, no sentido de dotar o Banco de proteção face a cenários adversos, a gestão do risco de liquidez do Haitong Bank tem como objetivo alcançar uma estrutura adequada de financiamento, tanto ao nível da sua composição, como ao nível do seu perfil de maturidades, através dos seguintes princípios:

- ⌘ Assegurar a capacidade de cumprir as obrigações atempadamente e a um custo razoável;
- ⌘ Cumprir os requisitos regulamentares de liquidez em todas as geografias em que o Banco opera;
- ⌘ Garantir o total alinhamento com o apetite de risco de liquidez;
- ⌘ Disponibilizar um buffer de liquidez imediata suficiente para garantir a capacidade de reagir a qualquer evento de stress que possa restringir a capacidade de acesso ao mercado quer em condições normais quer em condições de stress;
- ⌘ Desenvolver uma base diversificada de investidores e manter o acesso a múltiplas fontes de financiamento, procurando minimizar o custo de financiamento; e
- ⌘ Desenvolver de forma contínua um quadro interno adequado à identificação, medição, contenção, monitorização e mitigação do risco de liquidez.

POSIÇÃO DE LIQUIDEZ

Rácio de Cobertura de Liquidez

O Rácio de Cobertura de Liquidez previsto na CRD IV (Diretiva 2013/36/UE) foi estabelecido para promover robustez da liquidez de curto-prazo das instituições, medindo a adequabilidade das reservas de ativos líquidos de elevada qualidade (que podem ser facilmente monetizáveis) face às necessidades de liquidez por um período de 30 dias resultantes de um cenário de stress.

Em junho de 2020, o Haitong Bank alcançou um rácio de cobertura de liquidez de 299%, o que representa uma posição de liquidez de curto prazo resiliente, cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos regulamentares.

Rácio de Cobertura de Liquidez (milhares de euros)

	junho 2020	dezembro 2019
Ativos de Elevada Qualidade	725.975	885.719
Saídas Líquidas a 30 dias	242.555	164.981
Rácio de Cobertura de Liquidez	299%	537%

Fonte: Haitong Bank.

Net Stable Funding Ratio

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia aprovou o Net Stable Funding Ratio (NSFR) em outubro de 2014, no âmbito da reforma regulamentar de Basileia III. O NSFR é uma medida estrutural que procura promover a estabilidade a mais longo prazo, incentivando os bancos a gerir de forma adequada os desfasamentos de maturidades através do financiamento de ativos de longo prazo com passivos de longo prazo.

Em junho de 2020 o Haitong Bank alcançou um NSFR de 176% assegurando assim um perfil de financiamento de médio longo prazo adequado.

NSFR

	junho 2020	dezembro 2019
Net Stable Funding Ratio	176%	181%

Fonte: Haitong Bank.

O rácio NSFR acima apresentado baseia-se na atual interpretação das regras regulamentares feita pelo Haitong Bank.

Em maio de 2019, foi publicado o Regulamento (UE) 2019/876 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), com um capítulo específico dedicado ao NSFR, que será aplicado a partir de junho de 2021.

GESTÃO DE CAPITAL

Ao nível da gestão do capital, o Haitong Bank procura assegurar um nível adequado de solvabilidade e rentabilidade de acordo com os objetivos e políticas de apetite de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo por isso um elemento crítico na abordagem da instituição para a sua gestão estável e sustentada.

Práticas de Gestão

As políticas e práticas de gestão do capital são delineadas com vista a cumprir os objetivos estratégicos de negócio e o nível de apetite de risco definido pelo Conselho de Administração. Desta forma, para efeitos da determinação do nível de capital adequado, quer em quantidade, quer em qualidade, o Haitong Bank tem implementado um modelo de gestão de capital que assenta nos seguintes objetivos:

- ⌘ Permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos;
- ⌘ Cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital; e
- ⌘ Assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital e apetite de risco.

Em complemento aos requisitos regulamentares, o Haitong Bank executa periodicamente uma avaliação interna e prospetiva de todos os riscos materiais (incluindo os riscos não cobertos pelo Pilar 1) a que a instituição está exposta, no âmbito da elaboração do exercício ICAAP.

Adicionalmente, como parte integrante do seu processo de gestão de capital, o Haitong Bank desenvolve um Plano de Recuperação que estabelece o protocolo de decisão inerente ao processo de gestão de crises e identifica a lista de ações e estratégias pré-definidas para responder a um evento adverso em termos de capital.

RÁCIOS REGULAMENTARES DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

Solvabilidade

Os requisitos regulamentares de capital são determinados pelo Banco de Portugal de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD IV (Diretiva 2013/36/EU). De acordo com estes regulamentos, os requisitos de capital são apurados de forma a atender o nível de risco a que a instituição está exposta, que por sua vez é medido através dos ativos ponderados pelo risco (RWAs – Risk Weighted Assets) e pelo grau de alavancagem.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phased-out*) quer a inclusão/dedução de novos elementos (*phased-in*). O período transitório terminou no final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados antes do dia 1 de janeiro de 2014, o ajustamento de transição resultante da implementação da IFRS9 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis como fundos próprios de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estende até ao final de 2021.

De acordo com esta estrutura regulatória, os rácios mínimos de capital são 4,5%, 6% e 8% para os fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e fundos próprios totais, respetivamente. Adicionalmente, acresce a estes rácios mínimos a reserva de conservação de capital. A CRD IV permite que a inclusão desta reserva de fundos próprios seja faseada com incrementos de 0,625% por ano até ao valor de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco em 1 de janeiro de 2019.

Ainda no contexto das reservas de fundos próprios prevista na CRD IV, o Banco de Portugal decidiu, em novembro de 2016, aplicar uma reserva adicional a seis Bancos portugueses considerados como “Outras Instituições de Importância Sistémica” (O-SII), no âmbito da sua revisão anual da imposição de reservas de fundos próprios, nos termos do n.º 2 do artigo 138.º-R do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o Haitong Bank encontra-se fora do âmbito de aplicação desta reserva macro prudencial.

A regulamentação prevê ainda uma nova reserva contra cíclica de fundos próprios que poderá atingir 2,5% (dos fundos próprios principais de nível 1), que pode ser imposta pelo supervisor nacional caso este considere que tal se justifica devido a um crescimento excessivo da atividade creditícia em Portugal. No dia 30 de junho de 2020, o Banco de Portugal decidiu pela não aplicação desta reserva contra cíclica de fundos próprios, estabelecendo uma percentagem de 0% do valor total da posição total em risco. Esta decisão está sujeita a reapreciação por parte do supervisor numa base trimestral.

Além das já mencionadas reservas de capital, a partir de 1 de julho de 2018, o Haitong Bank passou a estar sujeito a um requisito complementar específico, determinado e revisto anualmente no âmbito do Processo Anual de Supervisão conduzido pelo Banco de Portugal.

A 30 de junho 2020, os rácios de capital do Haitong Bank são calculados de acordo com as regras estabelecidas na CRR (Regulamento (EU) nº 575/2013) e na CRD IV (Diretiva 2013/36/EU) tanto para período transitório como para o período de Implementação Plena, encontram-se na tabela que se segue.

Rácios de Solvabilidade

	junho 2020	
	Período Transitório	Implementação Plena
Rácios Fundos Próprios Principais de Nível 1	26,6%	26,5%
Rácios Fundos Próprios de Nível 1	33,7%	33,5%
Rácios Fundos Próprios Totais	33,8%	33,6%

	dezembro 2019	
	Período Transitório	Implementação Plena
Rácios Fundos Próprios Principais de Nível 1	28,4%	28,2%
Rácios Fundos Próprios de Nível 1	35,7%	35,4%
Rácios Fundos Próprios Totais	35,9%	35,5%

Fonte: Haitong Bank.

A gestão prudente de capital implementada pelo Haitong Bank permitiu o reforço dos níveis de solvabilidade garantindo-lhe uma posição de capital altamente sólida.

Alavancagem

A regulamentação CRR/CRDIV introduziu o rácio de alavancagem não baseado no risco como medida complementar. Este rácio de alavancagem, que compara os fundos próprios de nível 1 com uma medida de exposição, tem como objetivo evitar o acumular de alavancagem excessiva no setor bancário. Assim, o Regulador definiu um limite prévio aos existentes requisitos de capital decorrentes dos ativos ponderados pelo risco, através de uma medida simples e não sensível ao risco.

A junho de 2020 e a dezembro de 2019, os rácios de alavancagem determinados à luz dos métodos Padrão previstos no regime de Basileia III, em período transitório e em implementação plena, encontram-se na tabela que se segue.

Rácios de Alavancagem

	junho 2020	dezembro 2019
Período Transitório	18,4%	19,8%
Implementação Plena	18,3%	19,7%

Fonte: Haitong Bank

O rácio de alavancagem acima apresentado baseia-se na atual interpretação das regras regulamentares feita pelo Haitong Bank.



RELATÓRIO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
E NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos Resultados Consolidados dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

		(milhares de euros)	
	Notas	30.06.2020	30.06.2019
Juros e proveitos similares	5	31 240	39 946
Juros e custos similares	5	19 158	24 700
Margem financeira		12 082	15 246
Rendimentos de serviços e comissões	6	22 605	45 464
Encargos com serviços e comissões	6	(3 562)	(2 377)
Resultados de instrumentos de negociação	7	(13 510)	2 304
Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	8	106	3 679
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	9	(60)	1 756
Resultados de derivados de cobertura	19	1	(6)
Resultados de reavaliação cambial	10	9 889	(4 674)
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros mensurados ao custo amortizado	11	864	62
Outros resultados operacionais	12	(4 062)	(4 368)
Proveitos operacionais		24 353	57 086
Custos com pessoal	13	19 045	23 704
Gastos gerais administrativos	15	8 470	10 762
Depreciações e amortizações	24 e 25	3 480	4 181
Provisões líquidas de anulações	31	1 232	860
Imparidade em activos financeiros	31	2 876	461
Custos operacionais		35 103	39 968
Resultados de associadas	26	51	(52)
Resultado antes de impostos		(10 699)	17 066
Impostos			
Correntes	32	(6 806)	1 971
Diferidos	32	7 632	6 499
		826	8 470
Resultado de actividades em continuação		(11 525)	8 596
Resultado de actividades descontinuadas	34	-	2 573
Resultado líquido do período		(11 525)	11 169
Atribuível aos accionistas do Banco		(11 738)	10 649
Atribuível aos interesses que não controlam	36	213	520
		(11 525)	11 169
Resultados por acção básicos (em euros)	16	-0.07	0.06
Resultados por acção diluídos (em euros)	16	-0.07	0.06

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

(milhares de euros)

	30.06.2020	30.06.2019
Resultado líquido do período		
Atribuível aos accionistas do Banco	(11 738)	10 649
Atribuível aos interesses que não controlam	213	520
	<u>(11 525)</u>	<u>11 169</u>
Outro rendimento integral do período		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Desvios actuariais líquidos de impostos	1 341	(8 123)
	<u>1 341</u>	<u>(8 123)</u>
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Diferenças de câmbio líquidas de impostos		
Diferenças de câmbio resultantes de subsidiárias em moeda estrangeira	(33 461)	2 763
Ganhos/(Perdas) com cobertura de net investment (ver Nota 40)	18 966	(5 569)
Impostos sobre cobertura de net investment	-	1 392
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	356
Outro rendimento integral apropriado de associadas	(37)	-
Rendimento integral das actividades descontinuadas líquido de impostos	-	(42)
Alterações no justo valor de instrumentos de dívida ao justo valor através outro rendimento integral	(2 651)	1 887
	<u>(17 183)</u>	<u>787</u>
Total do rendimento integral do período	<u>(27 367)</u>	<u>3 833</u>
Atribuível aos accionistas do Banco	(20 553)	2 495
Atribuível aos interesses que não controlam	(6 814)	1 338
	<u>(27 367)</u>	<u>3 833</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2020	31.12.2019
Activo			
Caixa e equivalentes de caixa	17	550 199	637 829
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		793 546	623 801
Activos financeiros detidos para negociação		757 550	586 295
Títulos	18	526 349	437 572
Instrumentos financeiros derivados	19	231 201	148 723
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		35 996	37 506
Títulos	20	35 988	37 399
Crédito a clientes	22	8	107
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	20	99 734	177 187
Ativos financeiros pelo custo amortizado		782 599	795 839
Títulos	20	309 358	335 755
Aplicações em instituições de crédito	21	150 618	145 470
Crédito a clientes	22	322 623	314 614
Ativos não correntes detidos para venda	23	2 187	2 244
Outros activos tangíveis	24	10 294	12 777
Activos intangíveis	25	5 819	6 967
Investimentos em associadas	26	29	15
Activos por impostos		144 307	156 702
Activos por impostos correntes	32	40 574	40 364
Activos por impostos diferidos	32	103 733	116 337
Outros activos	27	340 364	193 549
Total de Activo		2 729 078	2 606 910
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação		410 489	281 660
Títulos	18	126 398	132 758
Instrumentos financeiros derivados	19	284 091	148 902
Passivos financeiros ao custo amortizado		1 607 220	1 540 734
Recursos de instituições de crédito	28	476 677	302 248
Recursos de clientes	29	1 030 729	1 041 374
Responsabilidades representadas por títulos	30	99 814	197 112
Derivados de cobertura	19	209	300
Provisões	31	18 171	21 309
Passivos por impostos		7 827	7 988
Passivos por impostos correntes	32	6 666	7 044
Passivos por impostos diferidos	32	1 161	944
Outros passivos	33	96 987	139 377
Total de Passivo		2 140 903	1 991 368
Capital Próprio			
Capital	35	844 769	844 769
Prémios de emissão	35	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	35	108 773	108 773
Reservas de reavaliação	36	(1 889)	468
Outras reservas e resultados transitados	36	(379 864)	(380 914)
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco		(11 738)	7 508
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		568 847	589 400
Interesses que não controlam	36	19 328	26 142
Total de Capital Próprio		588 175	615 542
Total de Passivo e Capital Próprio		2 729 078	2 606 910

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

O Director do Departamento Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos períodos findos em 30 de Junho de 2020, 31 de Dezembro de 2019 e 30 de Junho de 2019

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de justo valor	Outras Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral	Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	844 769	8 796	108 773	(173)	(373 847)	1 159	589 477	26 029	615 506
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 36 e 40):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	1 611	-	-	1 611	276	1 887
Outro rendimento integral apropriado de descontinuadas	-	-	-	-	(42)	-	(42)	-	(42)
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	(1 956)	-	(1 956)	542	(1 414)
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	-	-	-	356	-	356	-	356
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(8 123)	-	(8 123)	-	(8 123)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	10 649	10 649	520	11 169
Total do rendimento integral do período	-	-	-	1 611	(9 765)	10 649	2 495	1 338	3 833
Constituição de reservas	-	-	-	-	1 159	(1 159)	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2019	844 769	8 796	108 773	1 438	(382 453)	10 649	591 972	27 367	619 339
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 36 e 40):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(970)	-	-	(970)	85	(885)
Outro rendimento integral apropriado de descontinuadas	-	-	-	-	(45)	-	(45)	-	(45)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	(272)	-	(272)	-	(272)
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	(2 513)	-	(2 513)	(955)	(3 468)
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	-	-	-	(298)	-	(298)	-	(298)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	4 667	-	4 667	-	4 667
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(3 141)	(3 141)	(149)	(3 290)
Total do rendimento integral do período	-	-	-	(970)	1 539	(3 141)	(2 572)	(1 019)	(3 591)
Juros de Capital Próprio (Nota 36)	-	-	-	-	-	-	-	(206)	(206)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	844 769	8 796	108 773	468	(380 914)	7 508	589 400	26 142	615 542
Outros movimentos registados directamente no capital próprio (ver Notas 36 e 40):									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(2 357)	-	-	(2 357)	(294)	(2 651)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	(37)	-	(37)	-	(37)
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	(7 762)	-	(7 762)	(6 733)	(14 495)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	1 341	-	1 341	-	1 341
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(11 738)	(11 738)	213	(11 525)
Total do rendimento integral do período	-	-	-	(2 357)	(6 458)	(11 738)	(20 553)	(6 814)	(27 367)
Constituição de reservas	-	-	-	-	7 508	(7 508)	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2020	844 769	8 796	108 773	(1 889)	(379 864)	(11 738)	568 847	19 328	588 175

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos períodos findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

		(milhares de euros)	
	Notas	30.06.2020	30.06.2019
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		51 233	63 375
Juros e custos pagos		(27 023)	(19 528)
Serviços e comissões recebidas		23 916	45 892
Serviços e comissões pagas		(3 562)	(2 377)
Recuperações de créditos		864	62
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(29 778)	(38 410)
		15 650	49 014
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais		3 865	(1 298)
Activos e passivos financeiros de negociação		(38 302)	(64 888)
Aplicações em instituições de crédito		(6 190)	(162 413)
Recursos de instituições de crédito		173 139	210 631
Crédito a clientes		(12 165)	32 501
Recursos de clientes e outros empréstimos		(12 619)	31 867
Derivados de cobertura		(91)	-
Outros activos e passivos operacionais		(196 260)	(57 813)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(72 973)	37 601
Impostos sobre os lucros pagos		(1 590)	(2 379)
		(74 563)	35 222
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Compra de investimentos em títulos		(80 324)	(395 428)
Venda e reembolsos de investimentos em títulos		163 097	284 722
Compra de imobilizações		(1 279)	(990)
Venda de imobilizações		-	(85)
		81 494	(111 781)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações e outros passivos titulados	30	11 299	11 550
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados	30	(101 464)	(353)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(90 165)	11 197
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(83 234)	(65 362)
Caixa e equivalentes no início do período		631 876	335 945
Caixa e equivalentes no fim do período		548 642	270 583
		(83 234)	(65 362)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	527 802	247 914
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	22 928	29 278
(-) Reservas Mínimas	17	(2 088)	(6 609)
Total		548 642	270 583

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Haitong Bank, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O **Haitong Bank, S.A. (Banco ou Haitong Bank)** é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L.. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A..

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o Banco Espírito Santo, S.A. adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Em 3 de Agosto de 2014, na sequência da aplicação pelo Banco de Portugal ao Banco Espírito Santo, S.A. de uma medida de resolução, o Banco passou a ser detido pelo Novo Banco, S.A..

Em Setembro de 2015, a Haitong Internacional Holdings Limited adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento, tendo a denominação social do Banco sido alterada para Haitong Bank, S.A..

Presentemente o Haitong Bank opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil.

As demonstrações financeiras do Haitong Bank são consolidadas pelo Haitong International Holdings Limited, com sede no Li Po Chun Chambers, n.º 189, Des Voeux Road Central, em Hong Kong.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Haitong Bank SA	1983	-	Portugal	Banca	100%	Integral
Haitong Capital - SCR, S.A.	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Private Equity	46%	Eq. Patrimonial
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
Haitong Negócios S.A.	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong do Brasil DTVM, SA	2009	2010	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
Haitong Securities do Brasil S.A.	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral

O Haitong Bank iniciou em 2013 um plano de simplificação do seu grupo. No âmbito desse processo foram tomadas diversas medidas, incluindo a alienação e a fusão de diversas participações. O processo de simplificação manteve-se ao longo do primeiro semestre de 2020, sendo as principais alterações à estrutura do grupo apresentadas abaixo.

Subsidiárias

☎ A 28 de Janeiro de 2020 foi aprovada a incorporação da Haitong do Brasil Participações Ltda na Haitong Negócios, SA.

Durante o período de seis meses de 2020, não houve movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas. Durante o exercício de 2019, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2019	
	Vendas	
	Valor de venda	Mais/(menos valias) em vendas/liquidações
Empresas subsidiárias		
Haitong Investment Ireland PLC (Nota 34)	12 000	1 967
SES Iberia	3	-
	12 003	1 967

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (revogado pelo Aviso do Banco de Portugal, n.º 5/2015), as demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A., (Banco, Haitong Bank ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank agora apresentadas reportam-se ao período findo em 30 de Junho de 2020 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 30 de Junho de 2020. Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são apresentadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais.

O Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2020. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os outros activos financeiros, passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. Os activos não correntes detidos para venda e activos de unidades em descontinuação são registados ao menor valor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 15 de Setembro de 2020.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Haitong Bank e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo Haitong Bank), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando tem o poder de dirigir as actividades relevantes da entidade, e está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- ⊕ Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- ⊕ Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- ⊕ Transacções materiais entre o Grupo e a participada;

- ⊕ Intercâmbio de pessoal de gestão;
- ⊕ Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combinations*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transacções com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do Haitong Bank.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- ⌘ Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- ⌘ Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio médias do exercício;
- ⌘ As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

2.3. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados.

2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 CLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes carteiras:

- a) Activos financeiros pelo custo amortizado
- b) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Activos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Activos financeiros detidos para negociação
 - ii. Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados
 - iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e ao modelo de negócio.

- a) Activos financeiros pelo custo amortizado

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerido com um modelo de negócio cujo objectivo é manter activos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, Crédito a clientes e títulos de dívida.

b) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. é gerida com um modelo de negócio cujo objectivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos activos financeiros e a sua venda, e
- ii. as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente por um adquirente numa concentração de actividades à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”. Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e apenas está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram com a definição de instrumentos de capital disposta na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efectuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32. O Banco não adoptou esta opção irrevogável prevista na IAS 32, tendo classificado nesta categoria apenas títulos de dívida.

c) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais não sejam apropriados para que sejam classificados nas categorias anteriores.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser classificado na categoria de “Activos financeiros pelo custo amortizado” ou de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases. O Banco não adoptou esta opção irrevogável, tendo classificado nesta categoria:

⊕ activos financeiros na sub-categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados - Activos financeiros detidos para negociação”, quando:

- i. sejam originados ou adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo;

- ii. sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existe evidência de acções recentes com o objectivo de obter ganhos no curto prazo;
 - iii. sejam instrumentos derivados que não cumpram com a definição de contracto de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.
- ⊕ activos financeiros na sub-categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados- activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados”, quando:
- i. instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa não dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que sejam apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).
 - ii. instrumentos de capital, que não se classifiquem como detidos para negociação.

Os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras, são reconhecidos na rubrica de “Resultados de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados” da demonstração de resultados.

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de activos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, esta não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do activo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos activos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter activos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos activos financeiros (SPPI)

Se um activo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Grupo determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos activos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição

ou emissão. No caso dos instrumentos ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Grupo não tivesse efectuado a transacção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, o Grupo valoriza os activos financeiros ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral, ao justo valor através de resultados ou ao custo.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção (excepto no caso de activos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- b) As restantes alterações de valor serão reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado, e no caso de activos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos de recuperação.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) As variações no justo valor são registadas directamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados na rubrica correspondente.
- b) Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros têm procedimento igual ao dos activos ao custo amortizado.
- b) As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.
- c) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados.
- d) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um activo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do Activo financeiro em conformidade com a política adoptada pelo Banco, o Banco recalcula o valor bruto do activo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do activo financeiro é recalculado como o valor actual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

Somente se o Grupo decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de uma carteira de activos financeiros, reclassificaria todos os activos financeiros afectados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospectiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem da IFRS 9, geralmente as mudanças no modelo de negócio ocorrem com muito pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

Política de desreconhecimento

O Banco desreconhece um activo financeiro nas seguintes situações:

- a) quando transfere esse activo e, na sequência dessa transferência, todos os riscos e benefícios desse activo são transferidos para outra entidade quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo;
- b) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo, ou uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento;
- c) quando se verifica uma modificação considerada significativa nos termos e condições desse activo.

Crédito abatido ao activo (Write-off)

O Grupo reconhece um crédito abatido ao activo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um activo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as acções de recuperação desenvolvidas pelo Grupo se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao activo são reconhecidos em contas extrapatrimoniais.

Activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade (POCI) são activos que apresentam evidências objectivas de imparidade no momento do seu reconhecimento inicial. Um activo financeiro está em imparidade se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- ⊕ activos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação, em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contracto original, o qual apresentava evidências objectivas de imparidade, que tenham resultado no seu desreconhecimento e no reconhecimento de um novo contracto que reflecte as perdas de imparidade incorridas;
- ⊕ activos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflecte as perdas de imparidade incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de imparidade esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efectiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de cash flows descontados).

Imparidade de activos financeiros

O Grupo determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida que são mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Os requisitos da norma IFRS 9 têm como objectivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual e colectiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis em cada data de reporte, incluindo ainda informação numa perspectiva prospectiva (*forward looking*).

As perdas por imparidade do período dos instrumentos de dívida são reconhecidas como um custo na rubrica Imparidade em activos financeiros na demonstração de resultados. As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida que estão mensurados ao custo amortizado e mensurados ao justo valor por outro rendimento integral são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidades acumuladas de balanço, que reduz o valor contabilístico do activo.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não sejam instrumentos de dívida são registadas como uma provisão na rubrica de Provisões no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica de Provisões líquidas de anulações da demonstração de resultados.

Modelo de Imparidade

Nos termos da norma IFRS 9, o Grupo determina as perdas de crédito esperadas (ECL) através de um modelo prospectivo, que considera as perdas de crédito ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Assim, na determinação da ECL são levados em conta factores macroeconómicos, assim como outras informações prospectivas, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três estágios tendo em consideração a evolução do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, conforme segue:

- ⊕ **Estágio 1 – *Performing***: activos financeiros para os quais não se verificou um aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflectirá perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte;
- ⊕ **Estágio 2 – *Under Performing***: activos financeiros para os quais ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade. Neste caso, a imparidade reflectirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- ⊕ **Estágio 3 – *Non Performing***: activos financeiros para os quais existe evidência objectiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas de crédito. Neste caso, o montante de imparidade reflectirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O modelo colectivo de imparidade implementado pelo Grupo é aplicável a todos os instrumentos financeiros que não apresentem quaisquer sinais de alerta (classificados em Estágio 1), e para determinar as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil dos contractos no caso de exposições com aumento significativo de risco (Estágio 2). Adicionalmente, os vinte maiores devedores corporate do Banco são sujeitos anualmente à análise individual, com vista à confirmação de que não apresentam sinais de alerta prévios que possam suscitar a transferência para Estágio 2. As exposições em Estágio 2 são analisadas individualmente, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR (“Capital Requirements Regulation”) na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Estágio 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento financeiro, através da utilização de um modelo de imparidade colectiva “lifetime”. Todos os clientes em Estágio 3 são sujeitos a análise individual de imparidade.

No momento do seu reconhecimento inicial, os instrumentos são alocados em Estágio 1 (excepto para instrumentos originados ou adquiridos com evidência objectiva de imparidade (Purchased or originated credit impaired - “POCI”), que são alocados no Estágio 3). Nas datas de reporte subsequentes, é realizada uma avaliação da alteração do risco de crédito durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Uma mudança no risco de crédito pode resultar numa transferência de Estágio 1 para o Estágio 2 ou Estágio 3. Enquanto o risco de crédito de um instrumento financeiro for baixo, ou não tiver sofrido um aumento significativo desde o momento de reconhecimento inicial, mantém-se em Estágio 1 com uma perda de crédito esperada a 12 meses. Caso contrário, se se verificar um incremento significativo do risco de crédito

face ao momento de reconhecimento inicial, procede-se a uma transferência para Estágio 2 e, conseqüentemente, ao reconhecimento da perda de crédito esperada durante o período de vida residual do instrumento. A transferência para Estágio 3 ocorre mediante uma evidência objectiva de imparidade.

No momento em que um instrumento financeiro deixa de ser considerado como tendo evidência objectiva de imparidade (Estágio 3), é reclassificado para Estágio 2. É assumido que, quando um activo financeiro recupera de Estágio 3, continua a evidenciar um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial e, portanto, deve ser reconhecido em Estágio 2. A partir dessa data, a imparidade continuará a ser reconhecida com base em perdas de crédito esperadas durante o período de vida residual do instrumento.

Foi estabelecido um período de quarentena para os instrumentos financeiros que deixem de estar classificados em Estágio 3, o qual está definido como 3 meses desde que o devedor deixa de apresentar incumprimento de crédito material superior a 90 dias, se aplicável, e sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento. No entanto, o período de quarentena para exposições reestruturadas por dificuldades financeiras é mais longo (12 meses). Refira-se ainda que as exposições reestruturadas por dificuldades financeiras devem cumprir um período mínimo de 24 meses para serem reclassificadas para Estágio 1.

Cálculo das Perdas de Crédito Esperadas

De acordo com a norma IFRS 9, a perda de crédito esperada para activos financeiros é o valor presente da diferença entre (1) os fluxos de caixa contratuais que são devidos a uma entidade ao abrigo do contracto, e (2) os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

É necessário reconhecer imparidade para activos financeiros mensurados com base no custo amortizado (AC) ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). Assim sendo, os tipos de activos financeiros para os quais deve ser constituída imparidade serão os seguintes:

- ⊕ Empréstimos e adiantamentos a clientes;
- ⊕ Aplicações em instituições de crédito;
- ⊕ Instrumentos de dívida;
- ⊕ Devedores e outras contas a receber;
- ⊕ Caixa e equivalentes de caixa.

Adicionalmente, de acordo com a norma IFRS 9, o Banco inclui no cálculo das perdas de crédito esperadas as garantias prestadas e compromissos assumidos, bem como outros activos.

As perdas de crédito esperadas são estimativas de perdas de crédito determinadas da seguinte forma:

- ⊕ Activos financeiros sem sinais de imparidade na data de reporte (Estágio 1 – Performing): correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de default que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

- ⊕ Activos financeiros com um aumento significativo do risco de crédito ou com imparidade na data de reporte (Estágio 2 – Under Performing e Estágio 3 – Non Performing): correspondem às perdas de crédito esperadas “lifetime” apuradas mediante cálculo da diferença entre o valor contabilístico bruto e a perda dado o incumprimento ponderada, no caso dos activos classificados em Estágio 2, pela possibilidade do incumprimento.
- ⊕ Compromissos de crédito não utilizados: o montante dos compromissos de crédito não utilizados à data de referência multiplicado pelo factor de conversão de crédito, probabilidade de incumprimento e a perda dado o incumprimento;
- ⊕ Garantias financeiras: o valor actual dos reembolsos esperados menos os montantes que o Grupo espera recuperar.

Aumento significativo do risco de crédito

No âmbito da norma IFRS 9, de forma a determinar se ocorreu um aumento significativo de risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro, o Grupo considera toda a informação relevante e que se encontre disponível sem implicar custos ou esforços indevidos.

O Grupo identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito de uma exposição através de três abordagens: (i) comparação entre o rating actual e o rating no momento de reconhecimento inicial do contracto, (ii) identificação de sinais de alerta definidos internamente (warning signals) e (iii) avaliação de sinais de alerta prévios (“early warning signals”), a fim de detectar eventos e/ou circunstâncias que possam indicar um aumento significativo do risco de crédito (“SICR”).

Os sinais de alerta internos são os seguintes: (i) clientes com crédito vencido há mais de 30 dias; (ii) clientes em disputa na Central de Risco de Crédito (CRC) do Banco de Portugal; (iii) exposições reestruturadas por dificuldades financeiras do devedor (sem indícios de reduzida probabilidade de pagamento); (iv) dívidas à Administração Fiscal, Segurança Social e/ou a empregados, em situação de incumprimento; (v) clientes com sinais de alerta activados nos últimos três meses; e (vi) outras situações pontuais/excepcionais (ad-hoc). O Grupo identifica o aumento significativo de risco de crédito nas seguintes circunstâncias: (a) todos os devedores com um dos triggers (i), (iii), (v) e (vi) activados; e (b) devedores com triggers (ii) e (iv) activados simultaneamente.

A avaliação de sinais de alerta prévios inclui a revisão anual em sede de Comité de Imparidade das 20 maiores exposições produtivas, com o intuito de confirmar que os clientes mais significativos não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Estágio 2.

De acordo com os procedimentos internos definidos pelo Grupo, quando existe um aumento significativo no risco de crédito de um devedor, os instrumentos financeiros são sujeitos a análise individual de imparidade, confirmando-se que não se verificam os elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e os eventos considerados pela CRR na definição de incumprimento e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3. As exposições que se confirme a sua adequada classificação em Estágio 2 ficam sujeitas à aplicação de uma taxa de imparidade correspondente ao período de vida previsto do instrumento, através da utilização de um modelo de imparidade colectiva “lifetime”.

Definição de incumprimento

No âmbito da norma IFRS 9, o Grupo considera os seus activos financeiros como estando em incumprimento aplicando a mesma definição usada para efeitos prudenciais. Assim, o Haitong Bank define incumprimento quando se verifica pelo menos um dos seguintes critérios: 1) exposições materialmente relevantes vencidas há mais de 90 dias; 2) não ser provável o reembolso integral das obrigações de crédito do cliente, sem execução de garantias; e 3) quando 20% da exposição a um devedor está em incumprimento, a restante exposição é classificada em situação de incumprimento (“pulling effect”).

São considerados os seguintes critérios para identificar a existência de indícios de reduzida probabilidade de pagamento: i) reestruturações urgentes; ii) clientes com crédito abatido ao activo (capital e juros); iii) venda de obrigação de crédito com perda económica materialmente relevante (superior a 5%); iv) colocação do devedor em situação de falência e/ou processo de insolvência; v) quando os juros deixam de ser reconhecidos na demonstração de resultados do banco (em todo ou parte); e vi) outras condições (ad-hoc) que possam sugerir uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de incumprimento adoptada pelo Grupo cumpre com o artigo 178º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, quanto aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento, incluindo a definição da Autoridade Bancária Europeia (“EBA”) para exposições não produtivas (“NPE”), de acordo com o relatório final sobre a aplicação da definição de incumprimento (EBA/GL/2016/07).

Definição de exposições diferidas

A definição interna de reestruturação por dificuldades financeiras do devedor (“forbearance”) segue as orientações do Banco Central Europeu (BCE), que consiste na necessidade em estabelecer acordos com um devedor que esteja a enfrentar, ou prestes a enfrentar, dificuldades em cumprir com os seus compromissos financeiros (“dificuldades financeiras”). Uma exposição só pode ser tratada como diferida (“forborne”) se o devedor estiver a atravessar dificuldades financeiras que tenham levado o Banco a fazer algum tipo de concessão.

Uma concessão pode envolver uma perda para o Banco e deve referir-se a uma das seguintes acções:

- (i) uma alteração aos termos e condições anteriores de um contrato aos quais o devedor é considerado incapaz de cumprir devido a dificuldades financeiras que resultam em capacidade insuficiente de obedecer ao serviço da dívida e que não seria concedida se o devedor não estivesse a enfrentar tais dificuldades;
- (ii) um refinanciamento total ou parcial de um contrato de dívida problemático, que não teria sido concedido se o devedor não estivesse a enfrentar dificuldades financeiras.

Ao conceder medidas de reestruturação a exposições produtivas com aumento significativo do risco de crédito, o Banco avalia se essas medidas podem levar a uma reclassificação dessa exposição para não produtiva, estando essa avaliação sujeita ao cumprimento das seguintes condições:

- a) caso a diferença entre o valor actual líquido dos fluxos de caixa antes e depois do acordo de reestruturação exceda um determinado limite (1%), a exposição passa a ser considerada como não produtiva;
- b) caso se apliquem outros indicadores que possam suscitar uma reduzida probabilidade de pagamento do devedor.

A definição de exposições diferidas seguida pelo Grupo segue as orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito publicadas pelo Banco Central Europeu em março de 2017, as quais abordam o conceito de exposições diferidas, bem como a identificação oportuna e apropriada de exposições diferidas divulgada na Carta Circular CC/2018/00000062 do Banco de Portugal (de Novembro de 2018), a qual aborda os critérios de referência para mensuração de perdas de crédito esperadas no contexto da aplicação da norma IFRS 9.

2.4.2 CONTABILIDADE DE COBERTURA

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- ⊕ à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- ⊕ se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- ⊕ a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- ⊕ a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- ⊕ em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IFRS 9, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, demonstrando que as variações do justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por variações de justo valor do elemento coberto na parcela atribuída ao risco coberto. Qualquer imperfectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. A cobertura é efectuada através de um instrumento cambial forward. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do período no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

2.4.3 PASSIVOS FINANCEIROS

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- ⊕ Passivos financeiros ao custo amortizado;
- ⊕ Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Os passivos financeiros classificados na categoria de "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados" incluem:

a) Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado.

b) Passivos financeiro designados ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- ⊕ o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- ⊕ a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo na determinação do próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transacções efectuadas pelo Grupo no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial.

As variações subsequentes de justo valor destes passivos financeiros são reconhecidas da seguinte forma:

- ⊕ a variação do justo valor atribuível a alterações do risco de crédito do passivo é reconhecida em outro rendimento integral;
- ⊕ o valor remanescente da variação no justo valor é reconhecido em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida em na rubrica de "Juros e custos equiparados" com base na taxa de juro efectiva de cada transacção.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Os passivos que não foram classificados ao justo valor através de resultados são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui Recursos de instituições de crédito, Recursos de clientes e Responsabilidades representadas por títulos.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Juros e custos equiparados", com base no método da taxa de juro efectiva.

Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.4.4 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” ou “Juros e custos similares” (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contractos classificados no stage 1 ou stage 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contracto sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contracto é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os activos financeiros incluídos no stage 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospectiva, i.e. para activos financeiros que entrem em stage 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

2.4.5 GARANTIAS FINANCEIRAS

São considerados como garantias financeiras os contractos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contracto de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.5. ACTIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA E EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística aplicável. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.6. INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.7. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E ACTIVOS DE UNIDADES EM DESCONTINUAÇÃO

Activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de efectuar uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável, de acordo com o definido na IFRS 5. Para que a venda seja altamente provável, o Grupo deve dispor de um plano aprovado pelo órgão de administração adequado, bem como deve ser expectável que a venda se qualifique para desreconhecimento como venda concluída até um ano após a data da classificação.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

Em 2018, em resultado da decisão e das acções em curso com vista à alienação da Haitong Investment Ireland PLC, os activos e passivos desta entidade foram reclassificados para as rubricas de “Activos e passivos de unidades em descontinuação”. Ainda de acordo com os requisitos da Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas”, os resultados gerados por estas entidades são apresentados numa única linha das Demonstrações dos Resultados (“Resultados de actividades descontinuadas”).

2.9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens.

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em imóveis arrendados	5 a 10
Equipamento informático	3 a 8
Instalação de interiores	5 a 12
Mobiliário e material	3 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4 a 5
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 8 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.11. CONTRATOS DE LOCAÇÃO (IFRS 16)

Conforme descrito na nota 2.1, o Grupo adoptou a norma IFRS 16 – “Locações” a 1 de Janeiro de 2019, substituindo a IAS 17 – “Locações”, que vigorou até 31 de Dezembro de 2018. O Grupo não adoptou nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

No início de um contracto, as instituições avaliam se um contracto é ou contém uma locação. Um contracto é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlar o uso de um activo identificado por um período de tempo em troca de uma prestação. Para avaliar se um contracto transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado, o Grupo avalia se:

- ⊕ o contracto envolve o uso de um activo identificado – este activo poderá ser explicita ou implicitamente especificado, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente distinto. Se o locador detiver um direito de substituição relevante, então o activo não é identificado;
- ⊕ o Banco tem o direito de obter a maioria dos benefícios económicos do uso do activo durante o período contratado; e
- ⊕ o Banco tem o direito de direccionar o uso do activo. O Banco tem esse direito quando possui os direitos de decisão que são mais relevantes para alterar como e para que finalidade o activo é usado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é usado é predeterminada, o Banco tem o direito de direccionar o uso do activo se:
 - ⊕ o Banco tem o direito de operar o activo; ou
 - ⊕ o Banco desenhou o activo de uma maneira que predetermina como e com que finalidade o mesmo irá ser usado.

Esta política é aplicada aos contractos celebrados, ou alterados, em ou após 1 de Janeiro de 2019.

O Grupo optou por não aplicar esta norma aos contractos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, e aos contractos de locação em que o activo subjacente tenha baixo valor (até 5 000 €).

Como locatário

O Banco reconhece um activo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O activo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos feitos até a data de início, adicionado de quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar e remover o activo subjacente ou para restaurar o Activo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O activo de direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear desde a data de início até ao fim da vida útil do activo de direito de uso ou o término do prazo da locação. As vidas úteis estimadas dos activos de direito de uso são determinadas na mesma base das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o activo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado para remensurações efectuadas ao passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado, na data de início de um contrato, ao valor presente dos pagamentos da locação que não são efectuados nessa data. Os pagamentos da locação deverão ser descontados usando a taxa de juro implícita do contrato de locação ou, se essa taxa não puder ser imediatamente determinada, a taxa incremental de financiamento do Banco. Geralmente, o Banco usa a taxa incremental de financiamento do Banco como taxa de desconto.

Os pagamentos incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- ⌘ pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância;
- ⌘ pagamentos variáveis de renda que dependam de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- ⌘ valores esperados de serem pagos sob uma garantia de valor residual; e
- ⌘ o preço de exercício sob uma opção de compra de que o Banco está razoavelmente certo de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver razoável certeza de exercer uma opção de extensão e multas pela rescisão antecipada de um arrendamento a menos que o Banco esteja razoavelmente certo de não terminar mais cedo.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva. É reavaliado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de rendas de locação decorrentes de uma alteração em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Banco do montante esperado a ser pago sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco alterar sua avaliação da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado dessa forma, um ajuste correspondente é feito no valor contabilístico do activo de direito de uso, ou é registado no resultado se o valor contabilístico do activo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Locações de activos de curto prazo e baixo valor

O Banco optou por não reconhecer os activos de direito de uso e os passivos de locação de bens que tenham prazo de locação de 12 meses ou menos e locações de activos de baixo valor, incluindo equipamentos de informática. O Banco reconhece os pagamentos da locação associados a esses contratos como despesa de forma linear durante o período da locação.

Como locador

Quando o Banco actua como locador, determina, no início do contrato, se se trata de uma locação financeira ou uma locação operacional.

Para classificar cada locação, o Banco avalia globalmente se a locação transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do Activo subjacente. Se esse for o caso, a locação é uma locação financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera alguns indicadores, tais como se a locação compreende a maior parte da vida económica do activo.

Quando o Banco é um locador intermediário, contabiliza os seus interesses na locação principal e na sublocação separadamente. Ele avalia a classificação de locação de uma sublocação com referência ao activo de direito de uso proveniente da locação principal, e não com referência ao activo subjacente. Se uma locação principal for uma locação de curto prazo à qual o Banco aplica a isenção descrita acima, ele classificará a sublocação como uma locação operacional.

Se um acordo contiver componentes de locação e de não locação, o Banco aplicará a IFRS 15 para alocar os montantes contratuais.

O Banco reconhece os pagamentos de locação recebidos sob locações operacionais como receita numa base linear durante o período de locação, como parte de "outras receitas". As políticas contabilísticas aplicáveis ao Banco como locador no período comparativo não são diferentes da IFRS 16. No entanto, quando o Banco se trata de um locador intermediário, as sublocações são classificadas com referência ao activo subjacente.

2.12. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos, conforme referido na nota 14, foram constituídos fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para o Banco, através de fundos de pensões geridos pela GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O juro líquido com o plano de pensões foi calculado pelo Grupo multiplicando o Activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos Activos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o juro líquido foi apurado através do custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquidas do rendimento esperado dos Activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos Activos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o juro líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O juro líquido com o plano de pensões foi reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas corresponderão ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade (idade normal da reforma prevista no ACTV) e que serve de base ao cálculo actuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Sempre que for invocada a possibilidade de reformas antecipadas prevista no regulamento do fundo de pensões, as responsabilidades do mesmo têm de ser incrementadas pelo valor do cálculo actuarial das responsabilidades correspondentes ao período que ainda falta ao colaborador para perfazer os 65 anos.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no Activo.

O Grupo avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de Julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de Agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de Fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade / Prémio de Carreira

Nos termos do novo ACT, assinado em 5 de Julho de 2016, prevê o pagamento por parte do Grupo de um prémio de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Grupo, correspondente a 1,5 do seu salário no momento do pagamento.

O prémio de carreira é contabilizado pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e custos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício, à semelhança do modelo de contabilização dos prémios de antiguidade.

O valor das responsabilidades do Grupo com este prémio de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita para as pensões de reforma.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.13. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente decretadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.14. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

Caso não seja possível que o pagamento venha a ser exigido, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a probabilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente na data de referência das demonstrações financeiras.

Uma provisão para contractos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contracto formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contracto ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

Até 31 de Dezembro de 2018 as contingências com a Administração tributária eram contabilizadas de acordo com o normativo IAS 37, sendo os valores estimados decorrentes destas incertezas contabilizados em Provisões. A partir de 1 de Janeiro de 2019, por força da aplicação da IFRIC 23, as situações atrás referidas passaram a relevar em rubricas separadas.

2.15. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- ⊕ Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- ⊕ Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.16. REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve actividades de negócio de que pode obter rédito e pode incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisão sobre a imputação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

2.17. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidos nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO E DÍVIDA AO JUSTO VALOR POR OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O Grupo efectua uma revisão periódica dos activos financeiros ao custo amortizado e dívida ao justo valor por outro rendimento integral de forma a avaliar a existência de imparidade conforme referido na Nota 2.4.1.

Análise Individual

Atendendo às características específicas do portfolio de crédito, o Grupo decidiu que a abordagem principal para o cálculo de imparidade é a análise individual, tendo em conta factores relevantes e particulares que podem justificar um eventual ajustamento à taxa de imparidade.

O Departamento de Risco identifica todas as posições sujeitas à análise individual – as vinte maiores exposições corporate em Estágio 1, as exposições em que se verificou um aumento significativo do risco de crédito (Estágio 2) e as exposições em imparidade (Estágio 3) –, sendo estas objecto de discussão em sede de Comité de Imparidade. No caso das exposições em Estágio 1, a análise individual é realizada com o intuito de confirmar que os maiores devedores do Banco não demonstram qualquer sinal de alerta que provoque uma reclassificação para Estágio 2. As exposições em Estágio 2 são analisadas individualmente, tendo a vista a verificação da inexistência de elementos indicativos de reduzida probabilidade de pagamento do devedor e de eventos considerados pela CRR na definição de default e pela norma IFRS 9 na definição de instrumentos financeiros em situação de imparidade, o que poderia suscitar a transferência para Estágio 3.

A documentação de suporte à análise individual das operações que constam da lista de casos a discutir em Comité de Imparidade inclui: a) informação histórica (exposição por contracto e tipo, taxas de imparidade em vigor, colaterais e respectiva valorização); e b) cenários com cash flows esperados descontados à data actual, utilizando a taxa de custo de dívida aplicável em cada período, para obtenção das perdas esperadas para cada cenário desenvolvido. Para cada um dos cenários apresentados, são descritos os moldes em que os mesmos foram preparados, os respectivos pressupostos de evolução assumidos e a sua justificação, tendo por base a actividade da empresa (baseado em demonstrações financeiras histórica, eventos

subsequentes e projecções financeiras quando disponíveis), o valor de colaterais (apresentando as respectivas metodologias de avaliação), considerando a possibilidade de venda ou execução dos mesmos.

O processo de análise individual é assim sujeito a diversas estimativas e julgamentos, incluindo sobre as estimativas de recuperações e a valorização dos colaterais existentes.

A utilização de cenários ou metodologias alternativos e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

Análise Colectiva

A avaliação de imparidade no modelo colectivo baseia-se na avaliação do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperadas para cada crédito, utilizando parâmetros de risco predefinidos, suportados por informação externa.

Considerando as especificidades da carteira de crédito do Haitong Bank, o modelo colectivo é suportado em informação externa para todos os principais parâmetros de risco utilizados. Os principais parâmetros utilizados são: (i) a probabilidade de incumprimento (Probability of Default – PD) (ii) perda dado o incumprimento (Loss Given Default – LGD), (iii) “Haircut” de colaterais, e (iv) factor de conversão de crédito (Credit Conversion Factor – CCF) para exposições fora do balanço (“off-balance exposures”).

- ⊕ A probabilidade de incumprimento (PD) reflecte a probabilidade de incumprimento numa perspectiva temporal. O Grupo leva em consideração as PD's da Standard & Poor's (“S&P”'s) ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P, o que garante o alinhamento entre a gestão interna de riscos e o processo de cálculo de imparidade.
- ⊕ Perda dado o incumprimento (LGD) é a magnitude da perda no momento do incumprimento. O Banco aplica LGD com base nas referências (“benchmarks”) da Moody's (taxas de recuperação) cobrindo um amplo período histórico.
- ⊕ “Haircut” de colaterais (“collateral haircut”) é baseado nos critérios de elegibilidade e requisitos de capital regulatório (CRR).
- ⊕ Factor de conversão de crédito (CCF) é baseado na CRR e o CCF aplica-se a todas as garantias e linhas de crédito (exposições fora do balanço).

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Por outro lado, o Banco regista impostos diferidos de acordo com a política descrita na Nota 2.14, sendo os Activos por impostos diferidos registados apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver os prejuízos fiscais reportáveis e as diferenças temporárias dedutíveis.

O histórico apuramento de prejuízos nos últimos anos justifica o exercício de uma avaliação da recuperabilidade dos Activos por impostos diferidos, tendo presente, porém, que, tais resultados encontram-se significativamente afectados por situações extraordinárias (p.e. custos de reestruturação) que não se espera que venham a ocorrer em exercícios futuros.

A avaliação da recuperabilidade dos Activos por impostos diferidos (incluindo a taxa a que serão realizados) foi efectuada pelo Grupo com base em projecções dos seus lucros tributáveis futuros determinados a partir de um plano de negócios.

A estimativa dos lucros tributáveis futuros envolve um nível de julgamento significativo, no que respeita à evolução futura da actividade do Grupo e à perspectiva de realização das diferenças temporárias. Para este efeito, foram assumidos diversos pressupostos, nomeadamente, a análise de diversos cenários atendendo à incerteza sobre o tratamento fiscal de um conjunto de realidades do Grupo.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro anos, excepto no caso de ter sido efectuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o exercício desse direito. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal (ver Nota 32). No entanto é convicção do Conselho de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras, com impacto material no seu capital próprio e resultados.

3.3. IMPARIDADE DO *GOODWILL*

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

3.4. PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxa de desconto das responsabilidades e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O justo valor dos instrumentos cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa futuros descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias incorporam igualmente o risco de crédito próprio e da contraparte. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.6. CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

A classificação e mensuração de activos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Grupo determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm que ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é avaliada; os riscos que afectam o desempenho dos activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Grupo monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua do Grupo do modelo de negócios dos activos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

4.1. DESCRIÇÃO DOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Fusões e Aquisições

A Direção de Fusões e Aquisições (F&A) presta serviços de consultoria financeira na aquisição, venda ou fusão de empresas, bem como serviços de avaliações, processos de reestruturação e estudos de viabilidade.

Mercado de Capitais

A Direção de Mercado de Capitais abrange as actividades de organização, estruturação e colocação de produtos de dívida e *equity*, direcionados para mercado. O Banco providencia serviços a clientes corporativos, instituições financeiras, entidades estatais, empresas públicas e municípios.

A área de *Debt Capital Markets* (DCM) inclui a estruturação de instrumentos de dívida, sobretudo emissões domésticas e emissões *cross-border*, particularmente relacionadas com a China e mercados emergentes, bem como de produtos híbridos, *project bonds* e programas de papel comercial.

A vertente de *Equity Capital Markets* (ECM) inclui privatizações, *IPOs*, aumentos de capital, *OPAs*, colocações privadas, *block trades* e saídas de Bolsa, bem como produtos *equity-linked*, como as obrigações convertíveis e derivados sobre ações para clientes corporativos.

Renda fixa, moeda e Commodities (FICC)

A Direção de *Fixed Income, Currency and Commodities* (FICC) tem como objetivo fornecer produtos e serviços profissionais, diferenciados e de alta qualidade para clientes institucionais e corporativos, bem como prover o Haitong Bank de uma plataforma de distribuição internacional junto de clientes institucionais.

Composta por equipas especializadas em *Trading*, Distribuição, Sindicação e Derivados, a Direção de FICC oferece serviços de criação de mercado para títulos de dívida corporate e soberana, distribuição multiproduto com forte acompanhamento de investidores institucionais a nível internacional, capacidade de Sindicação de diversos tipos de produtos e instrumentos de cobertura de risco *taylor-made* (com diferentes tipos de Ativos e moedas), para clientes corporate e institucionais, oferecendo uma ampla gama de produtos com *payoffs* “*plain vanilla*” e estruturados.

Equities

A Direção de *Equities* disponibiliza um serviço de excelência, avançado e global de execução para investidores europeus disponibilizando um amplo leque de soluções *taylor made* de execução para os seus clientes institucionais. Com o acordo de colaboração assinado recentemente com a HTI – Haitong International, a distribuição do produto de *research* asiático e polaco ao nível do grupo foi reforçada significativamente.

Structured Finance Division

A Direção de *Structured Finance* tem como objetivo desenvolver soluções de financiamento para os seus clientes, nomeadamente nas áreas de *acquisition / leverage finance, asset based* e *project finance*, bem como a prestação de serviços de assessoria financeira na estruturação e *arranging* das operações, incluindo

processos de preparação de propostas para concursos públicos e/ou a prestação de serviços de agente de operações de financiamento.

Corporate Solutions

O objetivo da divisão de *Corporate Solutions* é estabelecer relacionamentos com clientes em vários setores, identificar oportunidades de negócios e atrair negócios para as áreas de produtos do banco.

Esta unidade também irá monitorizar oportunidades *cross border* com o objetivo de garantir uma ligação comercial entre as várias regiões geográficas do grupo.

Direção de Tesouraria

A Direção de Tesouraria tem como objetivo garantir o nível de financiamento adequado para fazer face às necessidades de *funding* atuais e futuras do Banco e do Grupo, bem como o nível de liquidez adequado para cumprir com as responsabilidades financeiras.

Adicionalmente, a Direção de Tesouraria tem também como objetivo gerir a carteira própria de tesouraria do Banco de forma eficaz e eficiente.

Private Equity

Este segmento tem por objeto apoiar a iniciativa empresarial privada, promovendo o investimento produtivo financiado privilegiadamente por capitais próprios.

Centro Corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, *CEO Office*, Departamento Financeiro, Clientes, entre outras.

Special Portfolio Management

O objetivo da área de *Special Portfolio Management Division* (“SPM”) é gerir todas as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido como provedor financeiro que, de acordo com os critérios do IFRS9, são classificados como não-produtivos.

No caso de operações que estejam em incumprimento ou que são classificadas como não executáveis, a área de SPM também administra todas as operações de crédito nas quais o Banco está envolvido como agente.

Global Markets

A Direção de Global Markets tem como missão a gestão de riscos de mercado a que o Banco esteja exposto.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não é obrigatório individualizar (Direção de *Research*, Direção de *Asset Management* e outros centros de proveitos).

4.2. CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO DA ACTIVIDADE E RESULTADOS AOS SEGMENTOS

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS 8.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do Haitong Bank dedicadas ao Segmento

A actividade do Haitong Bank abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em 7 parâmetros específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*).

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Resultados de serviços e comissões

De acordo com a política definida pelo Grupo, o resultado com a prestação de serviços e comissões é reconhecido no momento da entrega do serviço aos seus clientes.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do Haitong Bank. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis, os Activos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadráveis como Activos não correntes detidos para venda.

Activos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha e Varsóvia e as subsidiárias que constam no perímetro de consolidação, sendo a alocação efectuada pelo país da Sede (ver Nota 1).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em												
	30.06.2020												
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	FICC	Equities	Global Markets	Private Equity	Tesouraria	Corporate Solutions	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	3 091	(1 516)	(4)	2 267	261	(34)	8 740	-	(2 269)	(2)	120	1 428	12 082
Serviço a Clientes	4 236	277	5 496	4 952	1 467	2 743	(200)	806	(2 613)	802	(164)	1 331	19 133
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	7 327	(1 239)	5 492	7 219	1 728	2 709	8 540	806	(4 882)	800	(44)	2 759	31 215
Resultados Op Financeiras	(164)	550	(1)	(2)	(1 467)	(18)	(1 455)	895	(2 919)	(2)	2 189	(2)	(2 396)
Custos Deduzindo Produto Bancário	(133)	-	(48)	(8)	(120)	(22)	(373)	(6)	(152)	-	(3 487)	(66)	(4 415)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	(689)	689	-	-	(1 375)	-	255	-	2 375	-	(1 295)	40	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	6 341	-	5 443	7 209	(1 234)	2 669	6 967	1 695	(5 578)	798	(2 637)	2 731	24 404
Custos Operativos	1 020	635	2 730	1 499	2 874	966	656	388	861	917	17 505	944	30 995
Custos com Pessoal	848	385	1 770	1 143	1 510	424	169	288	431	760	10 650	667	19 045
Gastos Gerais Administrativos	112	230	810	286	1 107	470	472	76	386	85	4 240	196	8 470
Depreciações e Amortizações	60	20	150	70	257	72	15	24	44	72	2 615	81	3 480
RESULTADO BRUTO	5 321	(635)	2 713	5 710	(4 108)	1 703	6 311	1 307	(6 439)	(119)	(20 142)	1 787	(6 591)
Imparidade e Provisões	(3 391)	(592)	(360)	5	(7)	(22)	235	19	534	(8)	(415)	(106)	(4 108)
Imparidade de crédito	(1 998)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	(95)	(1 993)
Imparidade de títulos	(56)	-	-	48	12	-	235	-	6	-	-	-	245
Provisões líquidas e outras imparidades	(1 337)	(592)	(360)	(43)	(19)	(22)	-	19	528	(8)	(515)	(11)	(2 380)
Resultado antes de impostos	1 930	(1 227)	2 353	5 715	(4 115)	1 681	6 546	1 326	(5 905)	(127)	(20 557)	1 681	(10 699)

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em											
	30.06.2019											
	Structured Finance	Special Portfolio Management	Fusões e Aquisições	Mercado de Capitais	FICC	Equities	Global Markets	Private Equity	Tesouraria	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	3 803	(459)	-	2 620	375	(33)	6 500	-	(570)	11	2 999	15 246
Serviço a Clientes	4 841	445	5 637	30 179	3 360	487	(142)	468	(1 935)	(840)	676	43 176
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	8 644	(14)	5 637	32 799	3 735	454	6 358	468	(2 505)	(829)	3 675	58 422
Resultados Op Financeiras e diversos	(15)	41	54	-	782	(9)	582	2 217	(29)	(982)	514	3 155
Custos Deduzindo Produto Bancário	(168)	-	(69)	(2)	(151)	(13)	(365)	(10)	125	(3 735)	(155)	(4 543)
Proveitos Operacionais Intersegmentos	27	(27)	-	-	(499)	-	(4)	-	468	(18)	53	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	8 488	-	5 622	32 797	3 867	432	6 571	2 675	(1 941)	(5 564)	4 087	57 034
Custos Operativos	1 425	601	2 509	1 609	3 362	1 084	989	706	826	23 813	1 723	38 647
Custos com Pessoal	1 193	401	1 872	1 054	1 907	421	484	541	416	14 256	1 159	23 704
Gastos gerais administrativos	202	190	555	530	1 178	629	413	163	355	6 028	519	10 762
Depreciações e Amortizações	30	10	82	25	277	34	92	2	55	3 529	45	4 181
RESULTADO BRUTO	7 063	(601)	3 113	31 188	505	(652)	5 582	1 969	(2 767)	(29 377)	2 364	18 387
Imparidade e Provisões	809	132	(138)	(113)	(163)	(1)	142	(986)	(1)	(1 101)	99	(1 321)
Imparidade de crédito	484	-	-	-	8	-	(2)	(785)	-	35	99	(161)
Imparidade de títulos	17	-	-	(38)	(4)	-	144	-	-	-	-	119
Provisões líquidas e outras imparidades	308	132	(138)	(75)	(167)	(1)	-	(201)	(1)	(1 136)	-	(1 279)
Resultado antes de impostos	7 872	(469)	2 975	31 075	342	(653)	5 724	983	(2 768)	(30 478)	2 463	17 066

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	30.06.2020			
	Portugal	Resto Europa	América	Total
Resultado líquido	(15 560)	3 470	352	(11 738)
Activo líquido	1 702 210	87 642	939 226	2 729 078
Investimentos em associadas	29	-	-	29
Investimentos em activos				
tangíveis	693	29	83	805
intangíveis	280	6	188	474

(milhares de euros)

	31.12.2019			
	Portugal	Resto Europa	América	Total
Resultado líquido	(13 381)	20 317	572	7 508
Activo líquido	1 684 676	49 641	872 593	2 606 910
Investimentos em associadas	15	-	-	15
Investimentos em activos				
tangíveis	591	105	263	959
intangíveis	1 930	3	94	2 027

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em					
	30.06.2020			30.06.2019		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito a clientes	7 069	-	7 069	10 781	-	10 781
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 633	-	1 633	4 577	-	4 577
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	528	-	528	2 018	-	2 018
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	19 156	19 156	-	20 266	20 266
Juros de títulos de dívida ao custo amortizado	2 759	-	2 759	2 193	-	2 193
Outros juros e proveitos similares	95	-	95	111	-	111
	12 084	19 156	31 240	19 680	20 266	39 946
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	7 467	-	7 467	8 029	-	8 029
Juros de responsabilidades representadas por títulos	3 179	-	3 179	7 563	-	7 563
Juros de recursos de clientes	7 951	-	7 951	8 529	-	8 529
Juros de locações	105	-	105	163	-	163
Outros juros e custos similares	456	-	456	416	-	416
	19 158	-	19 158	24 700	-	24 700
	(7 074)	19 156	12 082	(5 020)	20 266	15 246

Em 30 de Junho de 2020, a rubrica de juros e proveitos similares inclui 7 010 milhares de euros e 781 milhares de euros relativos a contractos marcados como stage 2 e como stage 3, respectivamente (30 de Junho de 2019: 2 319 milhares de euros e 1 048 milhares de euros).

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2020	30.06.2019
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	16 317	14 257
Por garantias prestadas	804	1 719
Por operações realizadas com títulos	5 484	29 488
	22 605	45 464
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 273	655
Por operações realizadas com títulos	824	662
Por garantias recebidas	247	226
Outros custos com serviços e comissões	1 218	834
	3 562	2 377
	19 043	43 087

Em 30 de Junho de 2020, o rendimento de serviços e comissões inclui um montante de 11 105 milhares de euros (30 de Junho de 2019: 10 052 milhares de euros) com partes relacionadas com o Grupo Haitong (Nota 38).

A 30 de Junho de 2020, o montante de Rendimentos de serviços e comissões apresenta a seguinte distribuição por segmento geográfico:

	(milhares de euros)
	30.06.2020
Rendimentos de serviços e comissões	
Ilhas Virgem	5 734
Hong Kong	3 744
China	3 480
Espanha	3 192
Bermuda	2 318
Portugal	2 354
Luxemburgo	422
Polónia	382
Irlanda	230
Outros	749
	22 605

NOTA 7 - RESULTADOS DE INSTRUMENTOS DE TRADING

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em					
	30.06.2020			30.06.2019		
	Proveitos	Custos	30/06/2020	Proveitos	Custos	30/06/2019
Activos e passivos de negociação						
Titulos de negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	45 844	43 515	2 329	113 036	107 902	5 134
De outros emissores	5 107	3 193	1 914	1 370	884	486
Acções	1 242	16	1 226	862	160	702
	52 193	46 724	5 469	115 268	108 946	6 322
Instrumentos financeiros derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio	438 151	359 367	78 784	299 584	292 451	7 133
Contratos sobre taxas de juro	353 920	448 424	(94 504)	181 407	191 089	(9 682)
Contratos sobre acções/índices	176 783	177 299	(516)	165 985	168 145	(2 160)
Contratos sobre créditos	(28)	(294)	266	1 294	1 294	-
Outros	-	3 009	(3 009)	-	(691)	691
	968 826	987 805	(18 979)	648 270	652 288	(4 018)
	1 021 019	1 034 529	(13 510)	763 538	761 234	2 304

NOTA 8 - RESULTADOS DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM RECONHECIMENTO EM RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em					
	30.06.2020			30.06.2019		
	Proveitos	Custos	30.06.2020	Proveitos	Custos	30.06.2019
Instrumentos de dívida						
Crédito a clientes	-	5	(5)	-	-	-
Acções	(810)	26	(836)	728	22	706
Outros títulos de rendimento variável	947	-	947	2 553	(418)	2 971
	137	31	106	3 281	(396)	3 677
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	(233)	(235)	2
	-	-	-	(233)	(235)	2
	137	31	106	3 048	(631)	3 679

NOTA 9 - RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2020			30.06.2019		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	1 756	-	1 756
De outros emissores	15	71	(56)	-	-	-
Acções	(4)	-	(4)			
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-			
	11	71	(60)	1 756	-	1 756

NOTA 10 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2020	30.06.2019
Reavaliação Cambial	9 889	(4 674)
	9 889	(4 674)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 11 – RESULTADOS DE DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A 30 de Junho de 2020 e 2019, o valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2020	30.06.2019
Alienação de crédito a clientes	864	62
Recuperação de Crédito	864	62
	864	62

NOTA 12 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2020	30.06.2019
Outros serviços de clientes	90	89
Impostos directos e indirectos	(2 372)	(2 522)
Outros resultados de exploração	(1 939)	(1 723)
Activos não financeiros	(23)	(51)
Sub-leasing	182	(161)
	(4 062)	(4 368)

Os impostos directos e indirectos incluem 1 421 milhares de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Sector Bancário (30 de Junho de 2019: 1 750 milhares de euros), criado através da Lei Nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Em 30 de Junho de 2020 a rubrica de Outros resultados de exploração inclui, entre outros custos, os seguintes:

- i. 1 581 milhares de euros relativos às Contribuições para o Fundo de Resolução (1 596 milhares de euros a 30 de Junho de 2019); e
- ii. 93 milhares de euros relativos às Contribuições para o Fundo Garantidor de Crédito pela subsidiária Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (67 milhares de euros a 30 de Junho de 2019).

NOTA 13 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findos em	
	30.06.2020	30.06.2019
Vencimentos e salários		
Remunerações	14 149	17 645
Prémios de carreira (ver Nota 14)	6	65
Impacto Acordos Rescisão (ver Nota 14)	(514)	-
Custos com pensões de reforma (ver Nota 14)	387	359
Outros encargos sociais obrigatórios	4 004	3 745
Outros custos	1 013	1 890
	19 045	23 704

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Haitong Bank, são como segue:

	(milhares de euros)		
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
Junho de 2020			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	777	5 802	6 579
Remunerações variáveis	527	1 727	2 254
Total	1 304	7 529	8 833
Junho de 2019			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	924	5 155	6 079
Remunerações variáveis	372	1 453	1 825
Total	1 296	6 608	7 904

Considera-se na categoria de “*Outro Pessoal Chave*” da gestão os Directores Centrais, os Directores Executivos e outros colaboradores cujo âmbito das suas funções possa ter um impacto no perfil de risco do Banco (“*Identified Staff*”).

Em 30 de Junho de 2020 e 30 de Junho de 2019 o Grupo Haitong Bank não apresenta crédito concedido a Órgãos de Administração.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo Haitong Bank analisa-se como segue:

	30.06.2020	30.06.2019
Funções directivas	193	207
Funções de chefia	3	3
Funções específicas	141	134
Funções administrativas	20	23
Funções auxiliares	12	12
	369	379

Em 30 de Junho de 2020 e 2019, o Grupo apresentava nos seus quadros um total de 369 e 379 colaboradores, respectivamente.

NOTA 14 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no Activo.

Decorrente da assinatura do novo Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em 5 de Julho de 2016, com publicação no Boletim do Trabalho n.º 29 de 8 de Agosto de 2016, as contribuições para o SAMS, a cargo do Grupo, a partir de 1 de Fevereiro de 2017 passaram a corresponder a um montante fixo (conforme Anexo VI do novo ACT) por cada colaborador, 14 vezes num ano.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que integra todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Para os empregados admitidos até 31 de Dezembro de 2008, as prestações pecuniárias a título de reforma por invalidez e pensões de invalidez, sobrevivência e morte relativas às obrigações consagradas no âmbito do ACT, assim como as responsabilidades para com benefícios de saúde (SAMS), são cobertas por um fundo de pensões fechado, gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A protecção dos colaboradores na eventualidade de maternidade, paternidade e adopção, e ainda de velhice, é assegurada pelo regime geral da Segurança Social, pois com a publicação do Decreto-lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, foram integrados no regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Os colaboradores admitidos após 31 de Dezembro de 2008 beneficiam do regime geral da Segurança Social.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo, contudo, lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos Bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no Activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os Bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

No final do exercício de 2011 e na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão definitiva e irreversível para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011 a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares,

contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os Activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afectada à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas, fossem transmitidos para o Estado.

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	30/06/2020	30/06/2019
Custo do serviço corrente (ver Nota 13)	387	359
Custo / (Proveitos) de juros	9	9
Custos do período	396	368

Os custos / proveitos dos juros são reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) similares.

Prémios de carreira

Em 30 de Junho de 2020, 31 de Dezembro de 2019 e 30 de Junho de 2019, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos períodos com o prémio de carreira são como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2019
Responsabilidades iniciais	539	550	485
Custo do período (Ver Nota 13)	6	(11)	65
Responsabilidades finais (ver Nota 33)	545	539	550

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são idênticos aos apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de carreira encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 33).

NOTA 15 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2020	30.06.2019
Comunicações e expedição	2 320	2 413
Rendas e alugueres	413	48
Deslocações e representação	183	583
Conservação e reparação	323	423
Seguros	85	120
Publicidade e publicações	73	40
Judiciais e contencioso	20	130
Serviços especializados		
Informática	1 908	1 971
Mão de obra eventual	3	4
Trabalho independente	470	194
Outros serviços especializados	1 717	2 931
Outros custos	955	1 905
	8 470	10 762

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com consultores e auditores externos. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

NOTA 16 - RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2020	30.06.2019
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco ⁽¹⁾	(11 738)	10 649
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	168 954	168 954
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	-0.07	0.06

⁽¹⁾Corresponde ao resultado líquido do período ajustado das remunerações das obrigações perpétuas subordinadas atribuíveis ao período (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 30 de Junho de 2020 e 2019, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 17 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica, em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Caixa	22	8
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	527 675	611 915
Outros bancos centrais	105	93
	527 780	612 008
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	3 201	3 765
	3 201	3 765
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	19 727	22 048
	19 727	22 048
	550 730	637 829
Perdas por imparidade (Nota 31)	(531)	-
	550 199	637 829

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui um depósito de carácter obrigatório, que tem por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de Dezembro de 2011, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de Junho de 2020 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 0,00% (31 de Dezembro de 2019: 0,00%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal

durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 30 de Junho de 2020 foi incluído no período de manutenção de 10 de Junho de 2020 a 21 de Julho de 2020, ao qual correspondeu uma reserva mínima obrigatória de 2 088 milhares de euros (31 de Dezembro de 2019: 5 953 milhares de euros).

NOTA 18 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO - TÍTULOS

A 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, estas rubricas apresentam os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Activos de negociação		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	514 537	412 057
De outros emissores	11 673	25 495
Acções	139	20
	526 349	437 572
Passivos de negociação		
Vendas a descoberto	126 398	132 758
	126 398	132 758

A 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Até 3 meses	668	3 830
De 3 meses a um ano	20 250	2 378
De um a cinco anos	207 629	120 498
Mais de cinco anos	297 663	310 846
Duração indeterminada	139	20
	526 349	437 572

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.4.1, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica dos activos detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	30.06.2020			31.12.2019		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
(milhares de euros)						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	19 334	495 203	514 537	4 141	407 916	412 057
De outros emissores	5 918	5 755	11 673	14 144	11 351	25 495
Acções	139	-	139	20	-	20
Total valor de balanço	25 391	500 958	526 349	18 305	419 267	437 572

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

As vendas a descoberto representam títulos vendidos pelo Grupo, os quais tinham sido adquiridos no âmbito de uma operação de compra com acordo de revenda. De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, títulos comprados com acordo de revenda não são reconhecidos no balanço. Caso os mesmos sejam vendidos, o Grupo reconhece um passivo financeiro equivalente ao justo valor dos activos que deverão ser devolvidos no âmbito do acordo de revenda.

NOTA 19 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os instrumentos financeiros derivados em balanço analisam-se como segue:

	30.06.2020		31.12.2019	
(milhares de euros)				
Instrumentos financeiros derivados (activos)				
Derivados de negociação				
Contratos sobre taxas de câmbio		13 043		4 183
Contratos sobre taxas de juro		114 525		126 077
Outros contratos		103 633		18 463
		231 201		148 723
Instrumentos financeiros derivados (passivos)				
Derivados de negociação				
Contratos sobre taxas de câmbio		7 396		5 011
Contratos sobre taxas de juro		170 226		125 825
Outros contratos		106 469		18 066
		284 091		148 902
		(52 890)		(179)
Derivados de Cobertura				
Instrumentos financeiros derivados (passivos)				
Contratos sobre taxas de câmbio		209		300
		209		300

Os derivados de negociação a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 apresentam o seguinte detalhe:

	(milhares de euros)					
	30.06.2020			31.12.2019		
	Nacional	Justo valor		Nacional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward	-	7 341	1 545	-	287	1 290
- compras	306 631			89 193		
- vendas	306 623			89 194		
Currency Swaps		805	713		939	436
- compras	130 187			188 248		
- vendas	130 104			188 157		
Currency Futures		-	-		-	-
- compras	247 676			402 911		
- vendas	218 397			146 962		
Currency Interest Rate Swaps		4 503	4 650		2 616	2 944
- compras	58 021			66 250		
- vendas	58 021			66 250		
Currency Options		394	488		341	341
- compras	135 305			177 835		
- vendas	155 595			208 870		
	1 746 560	13 043	7 396	1 623 870	4 183	5 011
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps		112 984	168 680		124 628	124 368
- compras	2 434 490			2 556 051		
- vendas	2 434 490			2 556 051		
Interest Rate Caps & Floors		1 541	1 546		1 449	1 457
- compras	94 936			88 334		
- vendas	88 562			81 594		
Interest Rate Futures		-	-		-	-
- compras	1 047 104			1 290 223		
- vendas	878 588			1 188 496		
	6 978 170	114 525	170 226	7 760 749	126 077	125 825
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps		100 784	103 652		15 285	14 934
- compras	203 987			159 800		
- vendas	203 935			159 734		
Equity / Index Futures		-	-		-	-
- compras	-			7 061		
- vendas	2 836			3 095		
	410 758	100 784	103 652	329 690	15 285	14 934
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps		2 849	2 817		3 178	3 132
- compras	36 926			63 229		
- vendas	71 326			97 629		
	108 252	2 849	2 817	160 858	3 178	3 132
Total	9 243 740	231 201	284 091	9 875 167	148 723	148 902

A 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o escalonamento dos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)					
	30.06.2020			31.12.2019		
	Nocional		Justo Valor (líquido)	Nocional		Justo Valor (líquido)
Venda	Compra	Venda		Compra		
Até 3 meses	1 068 015	1 223 226	(40 241)	618 277	543 588	2 333
De 3 meses a um ano	750 025	849 932	(12 568)	1 306 987	1 930 294	(2 034)
De um a cinco anos	1 428 930	1 235 364	(2 727)	1 631 228	1 581 418	(1 672)
Mais de cinco anos	1 301 507	1 386 741	2 646	1 229 540	1 033 835	1 194
	4 548 477	4 695 263	(52 890)	4 786 032	5 089 135	(179)

a) Contabilidade de cobertura

As operações com contabilidade de cobertura em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)		
	30.06.2020		
	Nocional		Justo Valor
Venda	Compra		
Até 3 meses	77 517	77 132	(209)
	77 517	77 132	(209)

	(milhares de euros)		
	31.12.2019		
	Nocional		Justo Valor
Venda	Compra		
Até 3 meses	105 048	104 444	(300)
	105 048	104 444	(300)

A 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os instrumentos derivados activos e passivos incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura de justo valor das exposições activas e passivas contratadas entre o Grupo e diversas instituições financeiras. Os saldos relativos a estes colaterais encontram-se registados em “Outros activos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação” (Nota 27) e “Outros passivos – colaterais depositados ao abrigo de contractos de compensação” (Nota 33).

A 30 de Junho de 2020, a ineficácia da contabilidade de cobertura reconhecida na demonstração de resultados foi de 1 milhar de euros.

A 30 de Junho de 2020, a rubrica de contabilidade de cobertura pode ser analisada na Nota 40.

NOTA 20 – TÍTULOS

Esta rubrica, a 30 de Junho 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2020	31.12.2019
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	752	759
Acções	1 605	2 273
Outros títulos de rendimento variável	33 632	34 367
	35 989	37 399
Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	40 860	88 991
De outros emissores	58 874	88 196
	99 734	177 187
Activos financeiros pelo custo amortizado		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	188 740	194 981
De outros emissores	120 617	140 774
	309 357	335 755
	445 080	550 341

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nas suas carteiras de títulos, seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os saldos referentes a Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	39 737	1 409	(151)	(135)	40 860
De outros emissores	64 938	587	(3 822)	(2 829)	58 874
Saldo a 30 de Junho de 2020	104 675	1 996	(3 973)	(2 964)	99 734
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	86 695	2 663	-	(367)	88 991
De outros emissores	91 452	1 962	(2 328)	(2 890)	88 196
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	178 147	4 625	(2 328)	(3 257)	177 187

(1) Custo amortizado

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os saldos referentes a Activos financeiros pelo custo amortizado apresentam o seguinte detalhe:

(milhares de euros)			
	Custo (1)	Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	188 882	(142)	188 740
De outros emissores	129 174	(8 557)	120 617
Saldo a 30 de Junho de 2020	318 056	(8 699)	309 357
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	195 129	(148)	194 981
De outros emissores	149 325	(8 551)	140 774
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	344 454	(8 699)	335 755

(1) Custo amortizado

A 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, o escalonamento das carteiras de títulos por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)		
	30.06.2020	31.12.2019
Até 3 meses	41 374	23 634
De 3 meses a um ano	65 405	108 994
De um a cinco anos	284 091	361 140
Mais de cinco anos	18 973	19 936
Duração indeterminada	35 237	36 637
	445 080	550 341

A 30 de Junho de 2020, as carterias de investimento em títulos incluem 203 591 milhares de euros (31 de Dezembro de 2019: 209 853 milhares de euros) de títulos dados em garantia pelo Grupo (ver Nota 38).

A 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as carteiras de investimento em títulos, no que se refere a títulos cotados e não cotados, são repartidas da seguinte forma:

(milhares de euros)						
	30.06.2020			31.12.2019		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	207 404	22 196	229 600	210 214	73 758	283 972
De outros emissores	4 399	175 844	180 243	26 017	203 712	229 729
Acções	10	1 595	1 605	13	2 260	2 273
Outros títulos de rendimento variável	-	33 632	33 632	-	34 367	34 367
Total valor de balanço	211 813	233 267	445 080	236 244	314 097	550 341

Os títulos não cotados de emissores públicos dizem respeito essencialmente a instrumentos de dívida pública brasileira que, não obstante serem cotados, são valorizados de acordo com o modelo interno, sendo por esse motivo apresentados como títulos não cotados.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a exposição geográfica é apresentada na Nota 40.

NOTA 21 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	56	56
Aplicações de muito curto prazo	-	6 231
	56	6 287
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Operações com acordo de revenda	150 585	133 957
Aplicações de muito curto prazo	-	2 255
Outras aplicações	15 077	18 586
	165 662	154 798
	165 718	161 085
Perdas por imparidade (Nota 31)	(15 100)	(15 615)
	150 618	145 470

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Até 3 meses	99 444	146 009
De 3 meses a um ano	51 197	-
Indeterminado	15 077	15 076
	165 718	161 085

NOTA 22 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Ao justo valor através de resultados		
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	132	233
	132	233
	132	233
Reavaliação de créditos ao justo valor	(124)	(126)
	8	107
Ao custo amortizado		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	172 112	157 942
A particulares		
Habitação	440	469
	172 552	158 411
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	156 643	163 334
Operações com acordo de revenda	3 944	1 132
Outros créditos	-	1 613
A particulares		
Habitação	11	20
	160 598	166 099
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	1 554	1 985
	1 554	1 985
	334 704	326 495
Perdas por imparidade (Nota 31)	(12 081)	(11 881)
	322 623	314 614
	322 631	314 721

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Até 3 meses	450	1 621
De 3 meses a um ano	-	74 423
De um a cinco anos	122 648	54 455
Mais de cinco anos	210 051	194 013
Duração indeterminada	1 687	2 216
	334 836	326 728

NOTA 23 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Subsidiárias adquiridas para revenda	2 187	2 244
	2 187	2 244

Os activos não correntes detidos para venda incluem apenas a participação na Polish Hotel Company. O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata desta participada. No entanto, face às condições de mercado não foi possível concretizar a alienação no prazo inicialmente previsto.

O Grupo continua, activamente, a desenvolver esforços no sentido de alienar a totalidade do capital da empresa. As negociações com o potencial investidor polaco foram suspensas devido ao impacto da Covid-19 no sector.

NOTA 24 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Imóveis		
De serviço próprio	705	954
Beneficiações em edifícios arrendados	7 403	8 056
	8 108	9 010
Equipamento		
Equipamento informático	11 275	11 227
Instalações interiores	2 432	2 432
Mobiliário e material	2 463	2 520
Máquinas e ferramentas	1 007	1 032
Material de transporte	319	408
Equipamento de segurança	262	288
Outros	204	180
	17 962	18 087
	26 070	27 097
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	447	-
Equipamento	148	-
	595	-
Direito de uso		
Equipamento informático	85	97
Viaturas	813	1 139
Edifícios	9 580	10 110
	10 478	11 346
	37 143	38 443
Depreciação acumulada	(26 849)	(25 666)
	10 294	12 777

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)							
	Imóveis	Equipamento	Direito de Uso			Imobilizado em curso	Total
			Imóveis	Equipamento Informático	Viaturas		
Custo de aquisição							
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	10 023	18 290	-	-	-	23	28 336
Adições	352	548	-	-	-	59	959
Abates / vendas	(1 367)	(753)	-	-	-	-	(2 120)
Transferências	59	23	-	-	-	(82)	-
Transferências de actividades em descontinuação	-	-	10 219	94	1 080	-	11 393
Variação cambial e outros movimentos	(57)	(21)	(109)	3	59	-	(125)
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	9 010	18 087	10 110	97	1 139	-	38 443
Adições	-	210	-	-	-	595	805
Abates / vendas	-	(14)	-	-	-	-	(14)
Variação cambial e outros movimentos	(902)	(321)	(530)	(12)	(326)	-	(2 091)
Saldo a 30 de Junho de 2020	8 108	17 962	9 580	85	813	595	37 143
Depreciações							
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	6 748	16 224	-	-	-	-	22 972
Depreciações do período	472	912	2 916	46	524	-	4 870
Depreciações de actividades em descontinuação	(1 362)	(720)	-	-	-	-	(2 082)
Variação cambial e outros movimentos	(27)	(25)	(10)	-	(32)	-	(94)
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	5 831	16 391	2 906	46	492	-	25 666
Depreciações do período	276	399	1 377	19	121	-	2 192
Abates / vendas	-	(14)	-	-	-	-	(14)
Variação cambial e outros movimentos	(401)	(155)	(196)	(12)	(231)	-	(995)
Saldo a 30 de Junho de 2020	5 706	16 621	4 087	53	382	-	26 849
Saldo líquido a 30 de Junho de 2020	2 402	1 341	5 493	32	431	595	10 294
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2019	3 179	1 696	7 204	51	647	-	12 777

NOTA 25 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	30.06.2020	31.12.2019
Goodwill	9 859	9 859
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	34 160	34 594
Outras	1 002	916
	35 162	35 510
Imobilizações em curso	838	626
	45 859	45 995
Amortização acumulada	(30 181)	(29 169)
Perdas por imparidade	(9 859)	(9 859)
	(40 040)	(39 028)
	5 819	6 967

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	<i>Goodwill</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	9 859	32 932	916	572	44 279
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	1 879	-	148	2 027
Abates / vendas	-	(133)	-	(94)	(227)
Variação cambial	-	(84)	-	-	(84)
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	9 859	34 594	916	626	45 995
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	176	86	212	474
Variação cambial	-	(610)	-	-	(610)
Saldo a 30 de Junho de 2020	9 859	34 160	1 002	838	45 859
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	-	25 120	916	-	26 036
Amortizações do período	-	3 281	-	-	3 281
Abates / vendas	-	(105)	-	-	(105)
Variação cambial e outros movimentos	-	(43)	-	-	(43)
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	-	28 253	916	-	29 169
Amortizações do período	-	1 284	4	-	1 288
Variação cambial e outros movimentos	-	(276)	-	-	(276)
Saldo a 30 de Junho de 2020	-	29 261	920	-	30 181
Imparidade					
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	9 859	-	-	-	9 859
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Saldo a 30 de Junho de 2020	9 859	-	-	-	9 859
Saldo a 30 de Junho de 2020	-	4 899	82	838	5 819
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	-	6 341	-	626	6 967

NOTA 26 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado líquido	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Fundo Espírito Santo IBERIA I	127	38	63	6	64	32	-	3	111	(436)

(milhares de euros)

	Custo da participação		% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível ao Grupo	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2 766	2 766	46%	46%	369	355	51	(200)
	2 766	2 766			369	355	51	(200)
Imparidade (ver Nota 31)					(340)	(340)		
					29	15		

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2019
Saldo inicial	15	435	487
Resultado de associadas	51	(148)	(52)
Outro rendimento integral de associadas	(37)	(272)	-
Saldo final	29	15	435

NOTA 27 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 19)	242 742	99 598
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	21	21
Sector público administrativo	31 578	39 975
Devedores por operações sobre Futuros	3 136	4 176
Valores de créditos e derivados a receber	22 381	11 431
Outros devedores diversos	10 868	11 240
	<u>310 726</u>	<u>166 441</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações (Nota 31)	(8 756)	(8 012)
	<u>301 970</u>	<u>158 429</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	2 164	3 184
Outros activos	5 383	5 474
	<u>7 547</u>	<u>8 658</u>
Proveitos a receber	70	19
Despesas com custo diferido	3 383	3 169
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	550	1 484
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	16 058	18 585
Outras operações a regularizar	10 786	3 205
	<u>27 394</u>	<u>23 274</u>
	<u>340 364</u>	<u>193 549</u>

Em 30 de Junho de 2020 a rubrica do Sector público administrativo inclui um depósito judicial no Brasil de 20 134 milhares de euros (31 de Dezembro de 2019: 26 232) relativos a um processo fiscal (Nota 37).

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflecte operações realizadas com títulos registadas na trade date que se encontram pendentes de liquidação.

NOTA 28 – RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Recursos de bancos centrais		
Banco de Portugal	110 600	22 000
	110 600	22 000
Recursos de outras instituições de crédito		
No país		
Operações com acordo de recompra	20	397
	20	397
No estrangeiro		
Depósitos	8 191	-
Operações com acordo de recompra	326 498	236 223
Outros recursos	31 368	43 628
	366 057	279 851
	476 677	302 248

O escalonamento dos Recursos de instituições de crédito por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Até 3 meses	326 519	221 336
De 3 meses a um ano	369	-
De um a cinco anos	123 021	44 872
Mais de cinco anos	26 768	36 040
	476 677	302 248

NOTA 29 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	15 127	48 640
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	1 007 460	978 393
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	8 084	13 824
Outros Depósitos	50	510
Outros	8	7
	8 142	14 341
	1 030 729	1 041 374

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Exigível à vista	15 127	48 640
Exigível a prazo		
Até 3 meses	42 091	137 250
De 3 meses a um ano	161 116	142 368
De um a cinco anos	812 395	713 116
	1 015 602	992 734
	1 030 729	1 041 374

NOTA 30 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Responsabilidades representados por títulos		
Outras Obrigações	99 814	197 112
	99 814	197 112

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 39.

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Até 3 meses	47 517	4 055
De 3 meses a um ano	31 680	154 793
De um a cinco anos	20 617	38 264
	99 814	197 112

Durante o primeiro semestre de 2020 o Grupo Haitong Bank procedeu à emissão de 11 299 milhares de euros (31 de Dezembro de 2019: 36 190 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 101 464 milhares de euros (31 de Dezembro de 2019: 12 132 milhares de euros).

Considerando as emissões dos primeiros seis meses de 2020, as características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	(milhares de euros)		
				30.06.2020	Maturidade	Taxa de juro
			Valor Balanço			
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF15D1	BRL	2020	23	2022	CDI 116%
HT_BR	LF NOVA LF HAITONG BRINTLLF15E9	BRL	2020	365	2022	CDI 116%
HT_BR	LFG LTEL HAITONG BRINTLLF15F6	BRL	2020	10 812	2021	100% SELIC + 0,6% a.a.
HT_BR	LFG LTEL HAITONG BRINTLLF15G4	BRL	2020	98	2021	100% SELIC + 0,6% a.a.

NOTA 31 – PROVISÕES E IMPARIDADE

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)			
	Provisões para outros riscos e encargos	Provisões para garantias e outros compromissos	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	13 377	1 825	15 202
Dotações líquidas	1 291	(431)	860
Utilizações	(364)	-	(364)
Diferenças de câmbio e outras	630	19	649
Saldo a 30 de Junho de 2019	14 934	1 413	16 347
Dotações Líquidas	1 101	(283)	818
Utilizações	(211)	-	(211)
Transferências	-	14 199	14 199
Diferenças de câmbio e outras	(9 829)	(15)	(9 844)
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	5 995	15 314	21 309
Dotações Líquidas	483	749	1 232
Utilizações	(51)	(3 320)	(3 371)
Diferenças de câmbio e outras	(923)	(76)	(999)
Saldo a 30 de Junho de 2020	5 504	12 667	18 171

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

O Grupo efectuou pagamentos/utilizações no primeiro semestre de 2020, em provisões para outros riscos e encargos um montante de 51 milhares de euros (durante o ano 2019, o Grupo reconheceu provisões num montante de 151 milhares de euros) relativo ao Plano Social em curso.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como se segue:

(milhares de euros)						
	31.12.2019	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2020
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	-	546	-	-	(15)	531
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	3 257	(196)	-	82	(179)	2 964
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	15 615	(528)	-	-	13	15 100
Crédito a clientes (ver Nota 22)	11 881	1 993	(224)	7	(1 576)	12 081
Títulos (ver Nota 20)	8 699	(49)	-	62	(13)	8 699
Activos intangíveis (ver Nota 25)	9 859	-	-	-	-	9 859
Investimentos em associadas (ver Nota 26)	340	-	-	-	-	340
Outros activos (ver Nota 27)	8 012	1 110	-	-	(366)	8 756
	57 663	2 876	(224)	151	(2 136)	58 330

(milhares de euros)

	30.06.2019	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	31.12.2019
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	1	-	-	-	(1)	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	1 212	1 244	(152)	16	937	3 257
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	15 588	22	-	-	5	15 615
Crédito a clientes (ver Nota 22)	18 235	1 831	(8 220)	-	35	11 881
Títulos (ver Nota 23)	779	7 978	(58)	-	-	8 699
Activos intangíveis	-	9 859	-	-	-	9 859
Investimentos em associadas (ver Nota 26)	340	-	-	-	-	340
Outros activos (ver Nota 27)	9 251	64	(1 285)	-	(18)	8 012
	45 406	20 998	(9 715)	16	958	57 663

	31.12.2018	Dotações / Reversões	Utilizações	Stage 3	Diferenças de câmbio e outras	30.06.2019
Caixa e Equivalentes de Caixa (ver Nota 17)	1	-	-	-	-	1
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver Nota 20)	1 842	(451)	-	(205)	26	1 212
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 21)	15 584	1	-	-	3	15 588
Crédito a clientes (ver Nota 22)	21 585	163	(3 662)	(28)	177	18 235
Títulos (ver Nota 20)	448	331	-	-	-	779
Investimentos em associadas (ver Nota 26)	340	-	-	-	-	340
Outros activos (ver Nota 27)	8 781	417	-	-	53	9 251
	48 581	461	(3 662)	(233)	259	45 406

NOTA 32 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do período, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do período.

O cálculo do imposto corrente em junho 2020 e 2019 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5% de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, e a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro acrescida da respectiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.5 milhões de euros e inferior a 7.5 milhões de euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.5 milhões de euros e inferior a 35 milhões de euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor (quando aplicável).

Adicionalmente, para efeitos do cálculo do imposto corrente para junho de 2020 e de 2019, foi tomado em consideração o Decreto-Lei nº 127/2012, de 31 de Dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- ⌘ O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de capital próprio;

- ⊕ O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (17 anos), a partir do exercício que se inicia em 1 de Janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de resultados.
- ⊕ Os impostos diferidos activos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios actuariais são recuperáveis nos prazos de 17 e 10 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respectivamente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Assim, para junho de 2020, o imposto diferido foi apurado à taxa de 26,24%.

Relativamente à actividade em Portugal, foi publicado em 4 de Setembro de 2019, a Lei nº 98/2019, que veio alterar o regime fiscal aplicável em matéria de imparidade das instituições de crédito e de outras instituições financeiras. No artigo 4º da referida lei é estabelecido um período de adaptação de 5 anos com início em, ou após, 1 de Janeiro de 2019, nos termos do qual se mantém aplicável o regime vigente à data de entrada da presente lei, salvo se existir comunicação dirigida ao Director-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira da opção pelo regime definitivo. Tendo em conta que a junho de 2020 este regime era optativo, o Banco não procedeu à sua adesão até à data (podendo optar pela adesão a este regime até outubro de 2020). Assim, o Banco considerou, para efeitos de apuramento do lucro tributável e do registo e análise da recuperabilidade dos impostos diferidos activos por referência a 30 de junho de 2020, que o valor da imparidade do crédito e de provisões para garantias registado que é dedutível para efeitos de IRC corresponde ao valor das provisões dedutíveis que seria apurado caso se mantivesse em vigor a remissão para o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95.

As declarações de autoliquidação, do Grupo, relativas aos exercícios de 2020 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, excepto no caso de ter sido efectuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo com impacto nas demonstrações financeiras individuais.

Regime Especial aplicável aos Activos por Impostos Diferidos

Em 2014 o Haitong Bank aderiu ao regime especial aplicável aos activos por impostos diferidos (REAIID) relativos a perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, estabelecido na Lei n.º 61/2014, de 26 de Agosto. No âmbito do regime em apreço é prevista a conversão dos activos referidos em créditos tributários nas seguintes situações:

- ⊕ Apuramento de resultado líquido negativo;
- ⊕ Liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, com a revogação da respectiva autorização por autoridade de supervisão competente.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 5 281 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 5 809 milhares de euros que foi objecto de registo no decurso do ano de 2016.

Com referência a 31 de Dezembro de 2016, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 20 529 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 22 582 milhares de euros que foi objecto de registo no decurso do ano de 2017.

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 9 060 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 9 966 milhares de euros que foi objecto de registo no decurso do ano de 2018.

Com referência a 31 de Dezembro de 2018, o Haitong Bank apurou um crédito tributário de 0,232 milhares de euros, a que corresponde uma reserva especial no valor de 0,255 milhares de euros que foi objecto de registo no decurso do ano de 2019.

Note-se ainda que, no âmbito do regime acima referido, tais direitos de conversão correspondem a valores mobiliários que conferem ao Estado o direito a exigir ao Haitong Bank a emissão e entrega gratuita de acções ordinárias, na sequência do aumento de capital social através da incorporação do montante da reserva. Porém, é conferido aos accionistas do Haitong Bank o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão ao Estado, nos termos definidos na Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de Novembro.

Caso os accionistas não exerçam o direito potestativo de aquisição dos direitos de conversão emitidos e atribuídos ao Estado Português no prazo estabelecido para esse efeito, no exercício em que o Estado exerça esses direitos, irá exigir ao Banco o respectivo aumento de capital através da incorporação do montante da reserva especial e consequente emissão e entrega gratuita de acções ordinárias representativas do capital social do Banco, podendo ser necessário ajustar o valor da reserva inicialmente constituída.

Com efeito, para cada exercício importará recalcular o valor de referência dos direitos e caso se mostre diferente do valor nominal das acções, será necessário ajustar o valor da reserva especial. Para o exercício de 2020, caso tal viesse a suceder e tendo por referência os valores das demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2019, bem como o montante dos créditos tributários convertidos por referência aos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018, seria necessário reforçar a reserva especial num valor estimado de 24 085 milhares de euros.

O montante dos activos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão devem ser certificados por revisor oficial de contas.

Tendo o Haitong Bank apurado, nas suas contas individuais, um resultado líquido positivo no exercício de 2019, não houve a possibilidade de conversão em crédito tributário de parte dos impostos diferidos abrangidos por este regime para o exercício de 2020.

De notar que, nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de Agosto, o REAID deixou de ser aplicado aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Em Julho de 2019 e no dia 2 de Janeiro de 2020, o Banco foi notificado do Relatório de Inspeção Final relativos a 2015 e 2016, respectivamente, ambos emitidos pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Nesses relatórios, alguns procedimentos adoptados pelo Banco, nomeadamente no que se refere à aplicação do REAID e à aceitação fiscal de determinados custos, são colocados em causa pela AT.

Neste sentido, não concordando o Banco com essas correcções, em Novembro de 2019 foi submetida uma Reclamação Graciosa relativa ao Relatório de Inspeção fiscal de 2015 e em abril de 2020 uma Reclamação Graciosa para contestar o relatório de inspeção de 2016.

Por último, refere-se ainda que, no âmbito da inspeção fiscal aos exercícios de 2015 e 2016, a Autoridade Tributária e Aduaneira efectuou correcções ao crédito tributário destes dois exercícios, reduzindo-o no valor total de 13 646 milhares de euros. Estima-se que o impacto no valor do crédito tributário calculado para 2017 e 2018 relativo a esta realidade ascenda a 4 870 milhares de euros. Assim, 18 516 milhares de euros do valor do crédito tributário registado em 31 de Dezembro de 2019 (montante total de 35 103 milhares de euros) seriam reclassificados para a rubrica de activos por impostos diferidos.

A Administração do Banco considera que a análise fiscal adoptada respeita a legislação em vigor e, assim sendo, estima que não é provável que a posição da Autoridade Tributária prevaleça. Ainda assim, esta correcção caso se verificasse materializar-se-ia no reconhecimento de imposto diferido activo. Adicionalmente, o Conselho de Administração acredita que quaisquer correcções que possam eventualmente surgir, relacionados com o exercício de 2016, não terão impacto material quer no capital quer no resultado do Banco no exercício de 2019, na medida em que afectam prejuízos fiscais e créditos fiscais que ainda não foram utilizados.

A partir de 1 de Janeiro de 2019 o Banco adoptou a nova norma interpretativa (IFRIC 23 – ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’) da IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’ e que vem recomendar os requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar na existência de incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento, devendo reflectir a melhor estimativa efectuada pela entidade quanto ao desfecho presumível da situação em discussão. Essa estimativa apurada com base no valor esperado ou valor mais provável deve ser registada pela entidade em Activo ou passivo por imposto sobre o rendimento com base na norma IAS 12 e não pela IAS 37.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	19%
Madrid	30%
Varsóvia	19%

As subsidiárias localizadas no Brasil encontram-se sujeitas a tributação sobre os respectivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor no respectivo país. Nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 45%.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço a 30 de Junho de 2020 e 2019 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)			
	Activo		Passivo	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Imposto sobre o rendimento	5 471	5 261	(6 666)	(7 044)
Crédito de imposto (Regime Especial Aplicável aos Impostos Diferidos)	35 103	35 103	-	-
Imposto corrente activo/(passivo)	40 574	40 364	(6 666)	(7 044)

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em Junho de 2020 e 2019 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Instrumentos financeiros derivados	3 395	(945)	-	-	3 395	(945)
Títulos	248	(702)	(1 153)	(1 502)	(905)	(2 204)
Crédito a clientes	38 485	47 935	-	575	38 485	48 510
Provisões	315	1 362	(8)	-	307	1 362
Pensões	5 756	5 478	-	-	5 756	5 478
Outros	(96)	1	-	(17)	(96)	(16)
Prejuízos fiscais reportáveis	55 630	63 208	-	-	55 630	63 208
Imposto diferido activo/(passivo)	103 733	116 337	(1 161)	(944)	102 572	115 393
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	103 733	116 337	(1 161)	(944)	102 572	115 393

O Grupo apenas reconhece imposto diferido activo em relação a prejuízos fiscais reportáveis quando considera ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados no futuro.

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)		
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2019
Saldo inicial	115 393	120 339	127 122
Reconhecido em resultados	(7 632)	(1 537)	(6 499)
Reconhecido em reservas de justo valor	1 382	(36)	(928)
Reconhecido em outras reservas	2	(125)	-
Varição cambial e outros	(6 573)	(3 248)	644
Saldo final (Activo/(Passivo))	102 572	115 393	120 339

O imposto reconhecido em resultados e reservas a 30 de Junho de 2020 e 30 de Junho de 2019 tiveram o seguinte desdobramento:

	(milhares de euros)			
	30.06.2020		30.06.2019	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	-	-	4 724	-
Investimento em títulos	325	(1 138)	-	930
Crédito a clientes	6 888	-	(3 357)	-
Provisões	723	-	5 751	-
Pensões	(278)	(2)	-	(2)
Outros	(74)	(244)	175	-
Prejuízos fiscais reportáveis	48	-	(794)	-
	7 632	(1 384)	6 499	928
Impostos Correntes	(6 806)	-	1 971	-
Total do imposto reconhecido	826	(1 384)	8 470	928

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2020		30.06.2019	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses que não controlam		(10 699)		17 066
Taxa de imposto do Haitong Bank	26.2		21.0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do Haitong Bank		(2 806)		3 583
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(13.1)	1 406	7.3	1 240
Dividendos excluídos de tributação	-	-	(0.8)	(142)
Benefícios fiscais	-	-	(0.3)	(56)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	-	-	3.8	641
Contribuição sobre o sector bancário	(3.5)	373	-	-
Utilização de prejuízos fiscais	-	-	22.0	3 747
Imposto sobre lucros das sucursais	(7.2)	767	-	-
Diferenças resultantes de consolidação	5.3	(568)	14.7	2 505
Outros movimentos de acordo com a estimativa de impostos	(17.4)	1 861	(1.8)	(311)
Tributação autónoma	(0.6)	68	-	-
Outros	2.6	(275)	(16.0)	(2 737)
	(7.7)	826	49.9	8 470

NOTA 33 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2019 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	10 490	11 422
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação (Nota 20)	27 080	33 773
Credores diversos		
Passivo de locação	6 298	8 238
Credores por operações sobre valores mobiliários	17 945	16 309
Credores por fornecimento de bens	2 141	1 300
Outros credores	3 972	7 384
	67 926	78 426
Custos a pagar		
Prémios de final de carreira (Nota 14)	545	539
Outros custos a pagar	7 678	8 444
	8 223	8 983
Receitas com proveito diferido	70	154
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	14 596	23 009
Operações cambiais a liquidar	-	-
Outras operações a regularizar	5 788	23 554
	20 384	46 563
Pensões de reforma (Nota 14)	384	5 251
	96 987	139 377

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra de títulos que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 34 – ACTIVIDADES EM DESCONTINUAÇÃO

A 30 de setembro de 2019, o Haitong Bank celebrou um contrato com a sua empresa-mãe, Haitong International Holdings Limited, integralmente detida pela Haitong Securities Co., Ltd., para vender e transmitir à Haitong International Holdings Limited a totalidade das acções representativas do capital social da sua subsidiária Haitong Investment Ireland p.l.c.. A transacção ficou, nessa data, condicional à verificação das habituais condições precedentes e à não oposição dos stakeholders relevantes. A venda foi concluída em 19 de Dezembro de 2019. O preço de venda foi 12 000 milhares de euros.

Em resultado desta decisão, os activos e passivos desta entidade foram reclassificados para as rubricas de “Activos e passivos de unidades em descontinuação”. Ainda de acordo com os requisitos da Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas”, os resultados gerados por estas entidades são apresentados numa única linha das Demonstrações dos Resultados (“Resultados de actividades em descontinuação”).

O Grupo mensura estas unidades em descontinuação ao menor de dois valores: valor contabilístico ou o justo valor deduzido de custos de venda. Como tal, e como apresentado de seguida, o resultado de actividades em descontinuação no primeiro semestre de 2020 e 2019 é decomposto da seguinte forma:

	(milhares de euro)	
	31.12.2019	30.06.2019
Preço de venda	12 000	-
Situação líquida do Haitong Investment Ireland PLC a 19 de Dezembro de 2019	10 033	-
Mais-valia consolidada	1 967	-
(+) Resultado líquido do Haitong Investment Ireland PLC do período	3 713	2 465
(+) Ajustamentos de consolidação	611	108
Resultado de actividades em descontinuação do Haitong Investment Ireland PLC	6 291	2 573
Resultado de actividades em descontinuação	6 291	2 573

Para efeitos de consolidação dos activos e passivos de actividades em descontinuação, são eliminadas as respectivas operações de balanço com entidades do Grupo, no entanto, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 não havia qualquer ativo/passivo de unidade de descontinuação a reconhecer.

NOTA 35 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Acções ordinárias

Até 3 de Agosto de 2014, o Banco fez parte do Grupo Banco Espírito Santo, S.A..

Em 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal tomou a decisão de aplicar uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A., accionista único do Banco, e a constituição do Novo Banco, S.A., com capital social de 4,9 mil milhões de euros, no qual foram integrados os activos do Banco Espírito Santo, S.A. seleccionados pelo Banco de Portugal. Neste contexto, o Banco e as suas sucursais e filiais foram transferidos para o Novo Banco, S.A..

Em 7 de Setembro de 2015, o capital do Banco foi integralmente adquirido pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 17 de Dezembro de 2015, o Banco realizou um aumento de capital de 100 000 milhares de euros, através da emissão de 20 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 22 de Maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 40 000 milhares de euros, através da emissão de 8 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 25 de Maio de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 20 000 milhares de euros, através da emissão de 4 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 13 de Junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 26 de Junho de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 160 000 milhares de euros, através da emissão de 32 000 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, por conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, no montante de 80 000 milhares de euros e pela conversão dos Instrumentos designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”, no montante de 80 000 milhares de euros, aumento esse que foi subscrito e realizado pelo Haitong International Holdings Limited.

Em 31 de Agosto de 2017, o Banco realizou um aumento de capital de 38 500 milhares de euros, através da emissão de 7 700 000 de acções de valor nominal de 5 euros cada, pela conversão de um empréstimo concedido pelo accionista, o Haitong International Holdings Limited.

Em 30 de Junho de 2020 o capital social do Haitong Bank ascende 844 769 milhares de euros e encontra-se representado por 168 953 800 acções de valor nominal de 5 euros cada, sendo totalmente detida pela Haitong International Holdings Limited.

Prémios de emissão

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em anos anteriores.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

Este juro condicionado, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, é pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do Haitong Bank, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Durante o exercício de 2011, foi efectuada a extinção de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital por via de uma operação de aquisição de títulos próprios.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do Haitong Bank e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 encontram-se em circulação 3 731 milhares de euros destas obrigações. No primeiro semestre de 2020 e 2019 o Banco não efectuou pagamento de juros.

Em Maio de 2016, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 (“Additional Tier 1”), no montante global de 80 000 milhares de euros, designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

Em Junho de 2017, os instrumentos perpétuos designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments” foram convertidos em capital.

Em Março de 2018, o Banco emitiu instrumentos perpétuos elegíveis como fundos próprios adicionais de nível 1 (“Additional Tier 1”), no montante global de 130 000 milhares de dólares americanos, a que corresponderam 105 042 milhares de euros, designados “Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier 1 Resettable Instruments”. Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

NOTA 36 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do RGICSF) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados				
	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(132)	(41)	(173)	39 878	(28 280)	(164 723)	(220 722)	(373 847)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	(8 123)	-	-	(8 123)
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	-	-	-	-	-	356	356
Alterações de justo valor	2 539	(928)	1 611	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(1 956)	-	(1 956)
Transferência de rendimento integral de actividades a descontinuar	-	-	-	-	-	-	(42)	(42)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	1 159	1 159
Saldo em 30 de Junho de 2019	2 407	(969)	1 438	39 878	(36 403)	(166 679)	(219 249)	(382 453)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	4 667	-	-	4 667
Efeito do risco próprio na valorização de passivos	-	-	-	-	-	-	(298)	(298)
Alterações de justo valor	(934)	(36)	(970)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(2 513)	-	(2 513)
Outro rendimento integral apropriado de descontinuadas	-	-	-	-	-	-	(45)	(45)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(272)	(272)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1 473	(1 005)	468	39 878	(31 736)	(169 192)	(219 864)	(380 914)
Desvios actuariais líquidos de impostos	-	-	-	-	1 341	-	-	1 341
Alterações de justo valor	(3 739)	1 382	(2 357)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	(7 762)	-	(7 762)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	7 508	7 508
Saldo em 30 de Junho de 2020	(2 266)	377	(1 889)	39 878	(30 395)	(176 954)	(212 393)	(379 864)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Saldo inicial	468	(173)
Varição de justo valor	(3 602)	3 334
Alienações do período	60	(2 523)
Imparidade reconhecida no período	(197)	794
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas	1 382	(964)
Saldo final	(1 889)	468

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2020		31.12.2019	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	9 170	834	11 720	109
Haitong Securities do Brasil S.A.	3 150	(30)	4 300	66
Haitong Negócios S.A.	5 422	57	4 276	134
Haitong do Brasil Participações Ltda	(674)	(765)	2 998	74
FI Multimercado Treasury	832	110	970	57
Outras	1 428	7	1 878	(69)
	19 328	213	26 142	371

O movimento de Interesses que não controlam nos períodos findos em 30 de Junho de 2020, 31 de Dezembro de 2019 e 30 de Junho de 2019 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)		
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2019
Interesses que não controlam no início do período	26 142	27 367	26 029
Dividendos distribuídos	-	(206)	-
Varição da reserva de justo valor	(294)	85	276
Varição cambial e outros	(6 733)	(955)	542
Resultado líquido do período	213	(149)	520
Interesses que não controlam no fim do período	19 328	26 142	27 367

NOTA 37 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	111 658	130 227
Activos financeiros dados em garantia	1 102 569	649 545
	<u>1 214 227</u>	<u>779 772</u>
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	25 244	12 082
	<u>25 244</u>	<u>12 082</u>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 30 de Junho de 2020, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

- ⌘ Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 10 000 milhares de euros em 30 de Junho de 2020 (31 de Dezembro de 2019: 10 000 milhares de euros), (ii) no âmbito das operações de refinanciamento de prazo alargado no montante de 110 600 milhares de euros (31 de Dezembro de 2019: 22 000 milhares de euros) e (iii) 70 619 milhares de euros de colateral livre não utilizado, sendo que o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 203 591 milhares de euros em 30 de Junho de 2020 (31 de Dezembro de 2019: 209 853)
- ⌘ Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 100 milhares de euros (31 de Dezembro de 2019: 100 milhares de euros);
- ⌘ Títulos dados em garantia no âmbito de operações com acordo de recompra 344 634 milhares de euros (31 de Dezembro de 2019: 392 516 milhares de euros);
- ⌘ Títulos dados em garantia ao abrigo de contractos de compensação de derivados 565 617 milhares de euros (31 de Dezembro de 2019: 62 447 milhares de euros).

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2020	31.12.2019
Responsabilidades por prestação de serviços		
Agenciamento de papel comercial	165 450	155 700
Outras responsabilidades por prestação de serviços	533 782	475 990
	<u>699 232</u>	<u>631 690</u>

O Banco Espírito Santo (BES), o Novo Banco e o Haitong Bank (e em alguns casos também autoridades de supervisão, auditores e ex-administradores do BES), foram demandados em processos judiciais de natureza cível relacionados com factos do antigo Grupo Espírito Santo (GES).

Neste enquadramento, o Haitong Bank é réu em dois processos relacionados com o aumento de capital do BES ocorrido em Junho de 2014. Em ambos os processos foi decidido pelo Tribunal extinguir a instância por “deserção”. Os Autores recorreram para os Tribunais superiores de ambas as decisões e num desses processos o Supremo Tribunal de Justiça confirma que existe dupla conforme em relação à decisão de 1ª instância e do Tribunal da Relação de Lisboa.

No entanto, o Autor neste processo (DECO) interpôs recurso extraordinário para fixação de jurisprudência, tendo sido admitido tal recurso e ordenado o prosseguimento dos autos. Tendo o processo sido concluso ao juiz de 1ª instância titular do processo, foi proferida sentença em que se julgou pelo “indeferimento” da petição inicial por falta de condições de legitimidade do Autor. Dessa sentença foi interposto recurso estando a aguardar-se a prolação do acórdão pelo Tribunal da Relação de Lisboa.

No que respeita ao outro processo (acção instaurada por vários fundos), depois de proferida decisão de 1ª instância a declarar a deserção da instância, o Tribunal da Relação de Lisboa veio revogar essa decisão e ordenou o prosseguimento dos autos. Dois dos Réus neste processo interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, e este confirmou a decisão do Tribunal da Relação. Foram interpostos recursos de revisão extraordinária e para o Tribunal Constitucional, todos eles mantendo o anteriormente decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa. O processo baixou à Comarca para prosseguimento dos seus termos, aguardando-se marcação de audiência prévia.

O Haitong Bank é ainda réu em 19 processos quase todos relacionados com emissões de papel comercial de entidades do GES (Rioforte e ESI – Espírito Santo International) (1 deles diz respeito a uma emissão de credit linked notes, pela antiga filial do Haitong Bank na Irlanda (a HIIP) cuja remuneração e reembolso se encontravam dependentes de factos associados à entidade emitente (OI) do activo subjacente (nomeadamente a insolvência).

Na nota 38 relativa às contas anuais de 2019, consta que é opinião do Departamento Jurídico do Haitong Bank e dos advogados externos a quem os processos foram confiados, que os mesmos não têm sustentabilidade jurídica, pelo que se considera improvável e remota qualquer condenação do Haitong Bank em tais processos. Opinião que se reafirma.

Esta opinião foi, entretanto, corroborada por diversas decisões judiciais.

De facto, dos 78 processos instaurados contra o Banco relacionados com emissões de papel comercial de entidades do GES, já transitaram em julgado 38 processos relativos ao papel comercial do GES com a absolvição total do Haitong Bank, tendo ocorrido a desistência do pedido pelos Autores em 21 processos.

No passado dia 16 de Julho de 2019, o Haitong Bank foi notificado de uma nova acção judicial proposta contra si e antigos administradores do, relativa ao papel comercial emitido pela Espírito Santo International e Rioforte em 2013, proposta pelo Fundo de Recuperação de Créditos “FRC – INQ – Papel Comercial ESI e Rio Forte” (“FCR”), ao qual foram cedidos, pelos lesados do BES, os créditos. Os referidos créditos perfazem o montante de € 517.500.099,71 milhões de euros. O Haitong Bank apresentou a sua contestação a esta acção no passado dia 25 de Junho 2020.

Na opinião dos advogados externos a quem foi confiado este processo movido pelo FCR, o mesmo não tem uma sustentabilidade jurídica sólida e por isso consideram pouco provável a condenação do Haitong Bank.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa aos referidos processos judiciais.

Sem prejuízo do acima exposto quanto ao desfecho favorável ao Haitong Bank dos processos em causa, e para efeitos de cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, entende-se que não é possível quantificar um montante expectável de eventuais perdas que poderiam decorrer para o Haitong Bank, individualmente considerado, tendo em conta que tais processos foram intentados contra diversas entidades e não apenas contra o Haitong Bank.

No Brasil, encontra-se em discussão judicial a constitucionalidade da lei aplicável à incidência das contribuições para o Programa de Integração Social (“PIS”) e para o Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”) sobre outras receitas que não sejam aquelas decorrentes da venda de bens e da prestação de serviços. Suportados em decisão judicial, as entidades do Grupo no Brasil, depositam mensalmente, os valores objecto de discussão judicial e entregam ao Fisco directamente apenas aqueles valores que incidem sobre as receitas de serviços, os quais não são objecto desta discussão. Os valores objecto de depósito judicial estão contabilizados em balanço, nos outros activos. É entendimento do Grupo no Brasil, com base em pareceres dos seus consultores legais, que a possibilidade de vir a sofrer uma decisão judicial contrária ao Banco é inferior a 50%, razão pela qual o Haitong Bank não regista qualquer provisão para esta contingência. Em 30 de Junho de 2020, o valor acumulado das referidas contribuições não liquidado, mas depositado pelo Grupo ascendia a 20.134 milhares de euros.

Assim, não foi constituída qualquer provisão relativa ao referido processo judicial.

Fundo de Resolução

Medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de Agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, tendo a generalidade da actividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A.. Em consonância com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução (FR), criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4 900 milhões de Euros, tendo a subscrição de capital realizada pelo Fundo de Resolução sido financiada essencialmente mediante a obtenção de financiamentos do Estado Português (3 900 milhões de euros) e de oito instituições participantes no Fundo (700 milhões de euros), nas quais não se inclui o Banco.

Subsequentemente, ainda no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., o Banco de Portugal deliberou, conforme comunicado de 29 de Dezembro de 2015, a transferência para a esfera da responsabilidade do Fundo de Resolução de “...eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução [do Banco Espírito Santo, S.A.], de que resultem responsabilidades ou contingências.”

Em Julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar os passos necessários na sequência da publicação dos resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o

nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de Agosto de 2014.

Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar, no encerramento da liquidação do BES, que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco, assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente assumiriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

Na sequência da resolução do BES, existe um conjunto relevante de acções judiciais em curso contra o Fundo de Resolução. De acordo com a Nota 23 às contas do Relatório e Contas de 2018 do Fundo de Resolução, “As acções judiciais relacionadas com a aplicação de medidas de resolução não têm precedentes jurídicos, o que impossibilita o uso da jurisprudência na sua avaliação, bem como uma estimativa fiável do eventual efeito financeiro contingente associado. No entanto, a 12 de Março de 2019 foi proferido acórdão pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, por unanimidade dos seus vinte juízes, que confirmou a constitucionalidade do regime jurídico da resolução e a plena legalidade da medida de resolução aplicada ao BES a 3 de Agosto de 2014. Também por acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 13 de Março de 2019 foi proferida decisão de mérito inteiramente favorável ao Fundo de Resolução relacionada com a impugnação do processo de venda do Novo Banco. A Comissão Directiva, suportada pela opinião dos advogados que asseguram o patrocínio destas acções, e face à informação jurídico-processual disponível até ao momento, considera que não existe qualquer evidência que infirme a sua convicção de que a probabilidade de sucesso seja superior à probabilidade de insucesso”.

Em 18 de Outubro de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a conclusão do processo de venda de 75% do capital social do Novo Banco, S.A. à Lone Star, cuja selecção havia sido comunicada pelo Banco de Portugal em 31 de Março de 2017. As condições acordadas incluem a existência de um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução se compromete a realizar injeções de capital até ao montante total máximo de 3 890 000 milhares de euros no caso de se materializarem certas condições cumulativas. Em comunicado de 17 de Junho de 2019, o Fundo de Resolução divulgou um conjunto de esclarecimentos relacionados com o pagamento devido em 2019 no âmbito do acordo de capitalização contingente celebrado com o Novo Banco, nomeadamente:

- ⊕ Para haver pagamentos por parte do Fundo de Resolução (limitados a um máximo de Euros 3.890 milhões durante toda a vida do mecanismo) é necessário que ocorram perdas nos Activos abrangidos pelo mecanismo contingente e que os rácios de capital do Novo Banco se situem em nível inferior aos limiares de referência acordados;
- ⊕ O pagamento a efectuar pelo Fundo de Resolução corresponde ao menor valor entre as perdas acumuladas nos Activos abrangidos e o montante necessário para repor os rácios de capital acima do limiar mínimo de referência;
- ⊕ Os rácios de capital de referência estão, nos anos de 2017, 2018 e 2019, ancorados aos requisitos regulamentares aplicáveis ao Novo Banco (rácio de 11,25% e de 12,75%, respectivamente, para CET1 e Tier I), mas, a partir de 2020, o rácio de referência corresponde a um rácio de CET1 de 12%;
- ⊕ O valor de referência inicial da carteira que integra o mecanismo de capitalização contingente era à data de 30 de Junho de 2016 de Euros 7 838 milhões (valor contabilístico dos respectivos Activos, líquido de imparidades), e o valor da carteira, a 31 de Dezembro de 2018, ascendia a cerca de Euros 3.920 milhões (valor contabilístico dos respectivos Activos líquido de imparidades);

- ⊕ As perdas acumuladas pelos Activos abrangidos e pela respectiva gestão, entre 30 de Junho de 2016 (a data de referência do mecanismo) e 31 de Dezembro de 2018, correspondem a Euros 2.661 milhões. Deste montante, o Fundo de Resolução pagou em 2018, de acordo com os termos e condições do mecanismo de capitalização contingente, cerca de Euros 792 milhões, pelo que o valor de perdas não suportado pelo Fundo era, no final de 2018, de aproximadamente Euros 1 869 milhões;
- ⊕ O montante necessário para que, com referência ao exercício de 2018, os rácios de capital do Novo Banco se mantenham nos níveis acordados é de Euros 1 149 milhões. O valor a pagar pelo Fundo de Resolução resulta da comparação entre o montante de Euros 1 869 milhões (perda acumulada nos Activos abrangidos não suportada pelo Fundo) e o montante de Euros 1 149 milhões e corresponde ao menor desses valores, i.e., Euros 1149 milhões.

Em 24 de Maio de 2018, o Fundo de Resolução comunicou a realização nessa mesma data do pagamento ao Novo Banco, S.A. do montante de cerca de 791 695 milhares de euros, resultante da aplicação do mecanismo de capitalização contingente acima referido relativo aos resultados divulgados para 2017, tendo para o efeito utilizado recursos próprios, complementados por um empréstimo adicional do Estado no montante de 430 000 milhares de euros, no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução em Outubro de 2017.

Em 6 de Maio de 2019, o Fundo de Resolução procedeu ao pagamento ao Novo Banco da verba apurada relativamente ao exercício de 2018 no montante de 1.149 milhões de Euros utilizando para este efeito recursos próprios e recorrendo a um empréstimo junto do Estado de 850 milhões de Euros o qual corresponde ao limite máximo de financiamento acordado. Assim, o valor pago pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco em dois anos foi de 1 941 milhões de Euros.

De acordo com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2018, “No que respeita a períodos futuros, considera-se existir incerteza significativa quanto aos parâmetros relevantes para o apuramento de eventuais responsabilidades futuras, seja para o seu aumento ou para a sua redução, nos termos do acordo relativo ao mecanismo de capitalização contingente com o Novo Banco”.

Medidas de resolução aplicadas ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 e 20 de Dezembro de 2015, foi aplicada uma medida de resolução sobre o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. (‘BANIF’). A operação envolveu um apoio público, incluindo 489 milhões de euros assumidos pelo Fundo de Resolução, os quais foram financiados através de um contracto mútuo concedido pelo Estado. Adicionalmente, o FR prestou uma garantia relativa a obrigações emitidas pelo veículo constituído no âmbito da resolução do Banif, no montante de 746 milhões de Euros, contragarantida pelo Estado Português.

Aspectos gerais

Para reembolsar os empréstimos obtidos e outras responsabilidades que possa vir assumir relativamente às medidas de resolução acima referidas, o FR dispõe essencialmente das contribuições periódicas e especiais das instituições participantes (incluindo o Banco) e da contribuição sobre o sector bancário. Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei nº 345/98, de 9 de Novembro, se os recursos do FR se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efectuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições.

No âmbito da aplicação destas medidas, o Fundo de Resolução contraiu empréstimos e assumiu outras responsabilidades e passivos contingentes, em particular:

- ⊕ Os empréstimos obtidos junto do Estado registavam a 31 de Dezembro de 2018 os montantes disponibilizados (i) em 2014 para o financiamento da medida de resolução aplicada ao BES (3.900 milhões de Euros); (ii) para o financiamento da absorção de prejuízos do Banif (353 milhões de Euros); (iii) no âmbito do acordo quadro celebrado com o Estado em Outubro de 2017, para o financiamento das medidas ao abrigo do mecanismo de capital contingente (430 milhões de Euros, aos quais se acrescem 850 milhões de Euros de financiamento adicional solicitado em 2019, conforme anteriormente descrito);
- ⊕ Outros financiamentos concedidos por instituições participantes no Fundo de Resolução no valor de 700 milhões de Euros, no qual o Banco não participa, no âmbito da aplicação da medida de resolução do BES;
- ⊕ Tomada firme pelo Fundo de Resolução de emissão de Tier 2 a realizar pelo Novo Banco, até ao montante de 400 milhões de Euros (esta tomada firme não se materializou, porque a emissão foi colocada junto de entidades terceiras conforme comunicado pelo Novo Banco a 29 de Julho de 2018);
- ⊕ Os efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo superior ao que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- ⊕ Os efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm de ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;

Processos judiciais contra o Fundo de Resolução;

- ⊕ Garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante S.A. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- ⊕ Mecanismo de capital contingente, em que a Lone Star tem o direito de reclamar junto do Fundo de Resolução os custos de financiamento, as perdas e o provisionamento com os Activos pertencentes a essa carteira, até um montante máximo de 3.890 milhões de Euros, subordinado ao preenchimento das condições anteriormente descritas, entre as quais uma redução do rácio de capital CET1 para um valor inferior a 8%-13%;
- ⊕ O Estado português poderá injectar capital no Novo Banco, sob algumas condições e via diferentes instrumentos, na eventualidade do rácio de capital total atingir valores inferiores aos requisitos de capital definidos no âmbito do SREP, conforme referido na respectiva Decisão da Comissão Europeia.

De acordo com a Nota 24 do Relatório e Contas 2018 do Fundo de Resolução, o Fundo de Resolução considera que não existem, à data, elementos que permitam estimar com fiabilidade o potencial efeito financeiro destas responsabilidades potenciais.

Em 28 de Setembro de 2016 o Fundo de Resolução emitiu um comunicado no qual é indicado que a maturidade do empréstimo que se venceia em 31 de Dezembro de 2017 seria ajustada de forma a garantir a capacidade do Fundo para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, e independentemente das contingências a que se encontra exposto, nem necessidade de proceder à cobrança de contribuições extraordinárias.

De acordo com o comunicado do FR de 21 de Março de 2017:

- ⊕ “Foram alteradas as condições dos empréstimos obtidos pelo Fundo para o financiamento das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A..” Estes empréstimos ascendem a 4 953 milhões de euros, dos quais 4 253 milhões de euros concedidos pelo Estado e 700 milhões de euros concedidos por um sindicato bancário.
- ⊕ Aqueles empréstimos têm agora vencimento em Dezembro de 2046, sem prejuízo da possibilidade de reembolso antecipado com base na utilização das receitas do Fundo de Resolução. O prazo de vencimento será ajustado em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias.
- ⊕ A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário.
- ⊕ As novas condições permitem que seja assegurado o pagamento integral das responsabilidades do Fundo de Resolução, bem como a respectiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário”.

Por outro lado, e no contexto do processo de venda do Novo Banco, S.A., o Conselho de Ministros aprovou em 2 de Outubro de 2017 uma resolução na qual autorizou a celebração, pelo Estado Português, enquanto garantidor final da estabilidade financeira, de um acordo com o Fundo de Resolução, com vista à disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução, se e quando se afigurar necessário, para a satisfação de obrigações contratuais que venham eventualmente a decorrer da operação de venda da participação de 75% do capital social do Novo Banco, S.A.. Está igualmente referido que o respectivo reembolso terá presente que um dos objectivos deste acordo é assegurar a estabilidade do esforço contributivo que recai sobre o sector bancário, ou seja, sem necessidade de serem cobradas, aos participantes do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias.

Os recursos próprios do Fundo de Resolução apresentavam um saldo negativo de Euros 6.114 milhões, de acordo com as últimas contas publicadas com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2018.

Para fazer face às suas responsabilidades o Fundo de Resolução dispõe de receitas provenientes das contribuições, iniciais e periódicas, das instituições participantes (incluindo o Haitong Bank) e da contribuição sobre o sector bancário instituídas pela Lei n.º 55-A/2010. Está ainda prevista a possibilidade de o Governo determinar, por portaria, que sejam efectuadas contribuições especiais nas situações previstas na lei, em concreto na eventualidade de o Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013 que estabelece o funcionamento do FR, o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma.

No dia 3 de Novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o FR deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de Abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de Fevereiro,

encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida. O Fundo de Resolução emitiu em 15 de Novembro de 2015 um comunicado afirmando: “esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota.”

O regime previsto no Decreto-Lei n.º 24/2013 estabelece que o Banco de Portugal fixa, por instrução, a taxa a aplicar em cada ano sobre a base de incidência objectiva das contribuições periódicas. A instrução do Banco de Portugal n.º 32/2018, publicada a 19 de Dezembro de 2018, fixou a taxa base a vigorar em 2019 para a determinação das contribuições periódicas para o FR em 0,057% face à taxa de 0,0459% que vigorou em 2018.

A partir de 2015, o Banco passou igualmente a efectuar contribuições no âmbito da constituição do Fundo de Resolução Europeu, tendo as contribuições efectuadas em 2019 ascendido a 1 221 milhares de euros. O Fundo de Resolução Europeu não cobre as situações em curso, a 31 de Dezembro de 2015, junto do Fundo de Resolução Nacional.

Em 2019, o Banco efectuou contribuições periódicas para o Fundo de Resolução e sobre o sector bancário nos montantes de 590 milhares de euros e 1 752 milhares de euros, respectivamente, as quais são reconhecidas como custos nos termos previstos na IFRIC 21 – Taxas. Neste contexto, à data de 31 de Dezembro de 2019, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor global das perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias e outras contingências associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo e das eventuais perdas a incorrer pelo FR na sequência da resolução do BANIF.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao FR pelo Estado e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efectuados pelo FR e pelo Gabinete do Ministro das Finanças que referem que essa possibilidade não será utilizada, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019 reflectem a expectativa do Conselho de Administração do Banco de que não serão exigidas às instituições participantes no Fundo de Resolução contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução.

NOTA 38 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Grupo realizadas com entidades relacionadas do Grupo Haitong nos períodos findos em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2020					
	Activos		Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Outros	Total				
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	4 950	4 950	-	-	5 000	-
HAITONG SECURITIES	990	990	-	-	1 000	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES GROUP LIMITED	-	-	-	-	2 318	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES USA INC	1	1	-	-	1	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	2 530	2 530	-	-	2 564	-
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	-	-	267
HAITONG INT FINANCE HOLDINGS 2015 LTD	-	-	-	-	221	-
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	23 136	23 136	16 410	673 200	470	8 040
TOTAL	31 607	31 607	16 410	673 200	11 574	8 307

(milhares de euros)

	31.12.2019					
	Activos		Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Outros	Total				
Accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL HOLDINGS LIMITED	-	-	-	-	1 968	-
Subsidiárias e associadas de accionistas						
HAITONG INTERNATIONAL STRATEGIC INVESTMENT	-	-	-	-	5 000	-
HAITONG SECURITIES	7	7	-	-	13 408	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES CO LTD	1 789	1 789	-	-	5 491	-
HAITONG INNOVATION SECURITIES INVESTMENT CO LTD	-	-	-	-	1 500	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES GROUP LIMITED	-	-	-	-	2 534	-
HAITONG INTERNATIONAL SECURITIES USA INC	-	-	-	-	9	-
UNICAM LIMITED	-	-	-	-	3 000	-
HAITONG INTERNATIONAL (UK) LIMITED	-	-	-	145	16	413
HAITONG INVESTMENT IRELAND PLC	24 762	24 762	21 458	703 142	-	-
TOTAL	26 558	26 558	21 458	703 287	32 926	413

A rubrica de proveitos a 30 de Junho de 2020 inclui o montante de 11 105 milhares de euros referentes à rubrica de rendimentos de serviços e comissões por serviços bancários prestados (31 de Dezembro de 2019: 30 942 milhares de euros).

NOTA 39 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Justo valor de activos e passivos financeiros

O Haitong Bank estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados activos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseados em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis directamente no mercado, são derivados de instrumentos transaccionados activamente no mercado ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

O Grupo realiza ajustamentos ao justo valor de instrumentos derivados não colateralizados de forma a reflectir o risco de crédito da contraparte (CVA) destes derivados considerando o valor actual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Custo amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total de Valor de Balanço	Justo Valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
30 de Junho de 2020						
Caixa e Equivalentes de Caixa	550 199	-	-	-	550 199	550 199
Activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	25 391	500 958	-	526 349	526 349
Instrumentos financeiros derivados	-	-	225 962	5 239	231 201	231 201
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	762	6 535	28 691	35 988	35 988
Crédito a clientes	-	-	-	8	8	8
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	22 312	22 196	55 226	99 734	99 734
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	309 358	-	-	-	309 358	293 330
Aplicações em instituições de crédito	150 618	-	-	-	150 618	150 618
Crédito a clientes	322 623	-	-	-	322 623	318 754
Activos financeiros	1 332 798	48 465	755 651	89 164	2 226 078	2 206 181
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	3 005	123 393	-	126 398	126 398
Instrumentos financeiros derivados	-	94	278 758	5 239	284 091	284 091
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	476 677	-	-	-	476 677	476 677
Recursos de clientes	1 030 729	-	-	-	1 030 729	1 030 729
Responsabilidades representadas por títulos	99 814	-	-	-	99 814	99 814
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	209	-	209	209
Passivos financeiros	1 607 220	3 099	402 360	5 239	2 017 918	2 017 918
31 de Dezembro de 2019						
Caixa e Equivalentes de Caixa	637 829	-	-	-	637 829	637 829
Activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	18 305	419 267	-	437 572	437 572
Instrumentos financeiros derivados	-	-	137 870	10 853	148 723	148 723
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos	-	776	6 749	29 874	37 399	37 399
Crédito a clientes	-	-	-	107	107	107
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	40 487	81 432	55 268	177 187	177 187
Activos financeiros pelo custo amortizado						
Títulos	335 755	-	-	-	335 755	323 003
Aplicações em instituições de crédito	145 470	-	-	-	145 470	145 470
Crédito a clientes	314 614	-	-	-	314 614	310 154
Activos financeiros	1 433 668	59 568	645 318	96 102	2 234 656	2 217 444
Passivos financeiros detidos para negociação						
Títulos	-	1 995	130 763	-	132 758	132 758
Instrumentos financeiros derivados	-	-	140 649	8 253	148 902	148 902
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Recursos de instituições de crédito	302 248	-	-	-	302 248	302 248
Recursos de clientes	1 041 374	-	-	-	1 041 374	1 041 374
Responsabilidades representadas por títulos	197 112	-	-	-	197 112	197 112
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	300	-	300	300
Passivos financeiros	1 540 734	1 995	271 712	8 253	1 822 694	1 822 694

Hierarquia de Justo Valor

Os instrumentos financeiros registados ao justo valor são classificados em três níveis definidos pela IFRS 13 da seguinte forma:

Nível 1 – Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados activos e líquidos. Incluem-se neste nível obrigações de governos, obrigações de empresas, e acções e derivados listados e transaccionados em mercados regulados.

Nível 2 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado activo de instrumentos similares e com base em cotações de mercados que não são activos nem líquidos. Incluem-se neste nível obrigações, derivados OTC não complexos, acções ilíquidas e fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivativos de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contractos de garantia (ISDA com CSA - Credit Support Annex), com valor mínimo de transferência (MTA) muito baixo, que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte e o CVA (Credit Value Adjustment) não é considerado significativos. Adicionalmente, estão incluídos derivativos financeiros negociados em mercado de balcão

(OTC), que não possuem CSA assinado, mas o peso dos dados não observáveis no mercado (Ex: Avaliação Interna, Probabilidade de default determinada por modelos internos, etc) na avaliação do CSA não é significativo no valor da derivado como um todo (é considerado um valor significativo quando o valor do CVA é superior a 5% do valor de mercado do derivado).

Nível 3 – Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível derivados OTC complexos valorizados com base em parâmetros não observáveis no mercado ou com base em cotações indicativas de uma terceira parte, obrigações altamente ilíquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no Net Asset Value publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e acções não transaccionadas em mercado regulado. No Nível 3 estão incluídos os instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão com contrapartes que a HB não possui CSA assinada e o peso de dados não observáveis de mercado incorporados na avaliação da CVA, é considerado significativo no valor de mercado do derivativo (o valor do CVA é 5% maior que o valor de mercado do derivado).

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor, o movimento ocorrido entre 31 de Dezembro de 2019 e 30 de Junho de 2020 nos activos e passivos classificados no Nível 3 apresenta o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

	Activos e Passivos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo final a 31 de Dezembro de 2019	-	2 600	29 874	107	55 268	87 849
Resultados reconhecidos em Margem financeira	-	-	-	-	1 903	1 903
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	-	(2 127)	796	2	-	(1 329)
Resultados de desconhecimento de activos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	-	-	-	-	10	10
Imparidade em activos financeiros	-	-	(485)	-	(41)	(526)
Outras variações de justo valor	-	-	(1 266)	-	(7 435)	(8 701)
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	-	171	171
Aquisições	-	-	-	-	9 762	9 762
Saídas	-	-	(205)	-	-	(205)
Reembolsos	-	-	(23)	(101)	(10 485)	(10 609)
Fluxos financeiros derivados	-	1 268	-	-	-	1 268
Transferências de outros níveis	-	-	-	-	6 073	6 073
Transferências para outros níveis	-	(1 741)	-	-	-	(1 741)
Saldo final a 30 de Junho de 2020	-	-	28 691	8	55 226	83 925

(milhares de euros)

	Activos e Passivos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados		Activos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Total
	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Títulos	Crédito		
Saldo final a 31 de Dezembro de 2018	17 528	(7 497)	28 913	5 783	94 894	139 621
Resultados reconhecidos em Margem financeira	366	-	-	-	2 247	2 613
Resultados de instrumentos de trading e de outros instrumentos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	7	5 707	6 296	(125)	-	11 885
Resultados de desreconhecimento de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	1 220	1 220
Imparidade em activos financeiros	-	-	-	-	441	441
Outras variações de justo valor	16	(2 027)	(81)	-	(258)	(2 350)
Variação de reserva de justo valor	-	-	-	(52)	560	508
Aquisições	-	-	-	-	17 109	17 109
Saídas	(17 917)	-	-	-	-	(17 917)
Reembolsos	-	-	(5 254)	(5 499)	(53 029)	(63 782)
Fluxos financeiros derivados	-	999	-	-	-	999
Transferências provenientes de actividades que foram descontinuadas	-	3 497	-	-	-	3 497
Transferências de outros níveis	-	1 977	-	-	-	1 977
Transferências para outros níveis	-	(.56)	-	-	(7 916)	(7 972)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2019	-	2 600	29 874	107	55 268	87 849

Em 2020 com base na avaliação da liquidez de mercado dos títulos, foram transferidos 4 610 milhares de euros de Nível 2 para Nível 1, 288 milhares de Nível 1 para Nível 2 e 6 073 milhares de Nível 2 para Nível 3.

Relativamente aos instrumentos derivados, em 2020 foram transferidos de Nível 3 para Nível 2 1 741 milhares de euros, dos quais 517 milhares de euros são derivados calculados através de metodologia interna conforme a política de interna do Banco e 1 224 milhares de euros são derivados cujo impacto de CVA passou a ser inferior a 5%.

Os principais parâmetros utilizados, durante o primeiro semestre de 2020, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos de taxas de depósito e/ou futuros, para o longo prazo utilizam-se as taxas swap:

(%)

	30.06.2020			31.12.2019		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	-0.51	0.08	0.05	-0.48	1.56	0.68
1 mês	-0.50	0.16	0.09	-0.48	1.77	0.70
3 meses	-0.49	0.30	0.14	-0.43	1.92	0.79
6 meses	-0.37	0.27	0.29	-0.36	1.77	0.88
1 ano	-0.38	0.23	0.24	-0.34	1.72	0.82
3 anos	-0.39	0.20	0.19	-0.24	1.64	0.82
5 anos	-0.35	0.32	0.24	-0.12	1.72	0.88
7 anos	-0.29	0.47	0.29	0.02	1.78	0.94
10 anos	-0.17	0.64	0.37	0.21	1.88	1.02
15 anos	0.01	0.81	0.44	0.47	2.01	1.10
20 anos	0.07	0.89	0.45	0.61	2.08	1.13
25 anos	0.07	0.92	0.45	0.65	2.11	1.12
30 anos	0.03	0.93	0.43	0.64	2.10	1.11

Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são capturados diariamente via Markit. A tabela seguinte representa a evolução dos principais índices de crédito:

Índice	Série	(pontos de base)			
		3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2020 H1					
CDX USD Main	31	65.24	75.88	93.53	111.96
iTraxx Eur Main	30	42.36	66.56	86.46	106.21
iTraxx Eur Senior Financial	30	-	79.56	-	-
Ano 2019					
CDX USD Main	31	22.99	45.27	67.44	89.91
iTraxx Eur Main	30	55.63	87.37	111.31	131.15
iTraxx Eur Senior Financial	30	-	108.52	-	-

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the Money):

	30.06.2020			31.12.2019		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	49.22	67.01	59.75	58.64	58.64	46.03
3 anos	54.52	67.06	60.56	59.17	59.17	50.00
5 anos	56.63	67.61	59.62	59.66	59.66	53.48
7 anos	57.84	67.61	59.50	59.60	59.60	55.77
10 anos	58.65	67.70	59.00	59.83	59.83	57.41
15 anos	57.65	66.17	58.66	59.15	59.15	56.56

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (at the money):

Cambial	Cotação		Volatilidade (%)				
	30.06.2020	31.12.2019	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1.1198	1.1234	7.14	7.19	7.47	7.37	7.38
EUR/GBP	0.9124	0.8508	7.52	7.82	8.36	8.47	8.56
EUR/CHF	1.0651	1.0854	5.12	5.30	5.50	5.60	5.66
EUR/PLN	4.4560	4.2568	6.28	6.05	5.97	5.91	5.88
EUR/CNY	7.9219	7.8205	6.13	6.24	6.38	6.43	6.46
USD/BRL a)	5.4579	4.0197	27.13	22.71	20.38	19.08	18.28

a) Calculado com base nos câmbios EUR/USD and EUR/BRL

Índices accionistas

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices accionistas e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		Volatilidade implícita (%)
	30.06.2020	31.12.2019	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	3 234	3 745	(13.65)	29.98	48.46	27.53
PSI 20	4 390	5 214	(15.80)	20.77	39.81	-
IBEX 35	7 231	9 549	(24.27)	32.49	50.46	-
DAX	12 311	13 249	(7.08)	31.91	31.91	29.93
S&P 500	2 766	3 231	(14.38)	27.31	55.23	24.35
BOVESPA	95 056	115 645	(17.80)	27.71	71.39	35.93

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, tendo em conta os spreads de mercado para operações semelhantes (caso fossem contratadas no momento actual) considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 40 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Grupo Haitong Bank.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

O Departamento de Risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- ⊕ Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- ⊕ Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- ⊕ Gestão pró-activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais financeiras estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – swaps, forwards e opções (risco de contraparte).

Os portfolios de crédito do Grupo são monitorizados permanentemente, com uma interacção próxima entre as equipas de negócio e de gestão de risco durante as fases sequenciais do ciclo de crédito.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito, rácios de produtividade, provisionamento e métricas de concentração é efectuado de forma contínua.

São igualmente objecto de análise o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Cálculo da ECL

A norma IFRS 9 prevê um modelo de “três estágios” para cálculo de imparidade baseado em alterações na qualidade de crédito face ao momento de reconhecimento inicial. De acordo com o modelo do Haitong Bank, a perda de crédito esperada (ECL) é determinada de acordo com a informação detalhada com o capítulo 2.4.1., Imparidade de Activos Financeiros e Modelo Financeiro:

- ⊕ **Estágio 1 – *Performing***: O cálculo de imparidade é realizado com base na perda de crédito esperada para 12 meses, a qual é determinada como a exposição à data de referência multiplicada pela probabilidade de incumprimento (PD) de 12 meses e pela perda dado o incumprimento;

- ⊕ **Estágio 2 – *Under Performing***: O cálculo de imparidade reflectirá as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.
- ⊕ **Estágio 3 – *Non Performing***: O cálculo de imparidade reflectirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

Inputs para o cálculo da ECL

Como resultado das características da carteira do Banco (número reduzido de operações e elevada heterogeneidade), o cálculo da ECL tem como principal vector de medição a análise individual de imparidade. No modelo colectivo, aplicável para instrumentos financeiros classificados em Estágio 1 e para determinar a taxa de imparidade mínima em instrumentos financeiros classificados em Estágio 2, os principais parâmetros de cálculo são:

- ⊕ **Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* – PD)**: reflecte a probabilidade de incumprimento num dado momento. O Haitong Bank toma em consideração as PD's da S&P, ao passo que o processo de atribuição de rating é realizado internamente com base na metodologia da S&P. O exposto garante o alinhamento entre a gestão interna de risco e o processo de cálculo de imparidade
- ⊕ **Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* – LGD)**: magnitude da perda no momento de um incumprimento. O Banco aplica a LGD com base nos benchmarks da Moody's que cobrem um amplo período histórico.
- ⊕ **Exposição dado o Incumprimento (*Exposure at Default* – EAD)**: a exposição esperada em caso de incumprimento. O EAD é calculado dependendo do tipo de activo.

De notar que para compromissos de crédito não utilizados e garantias financeiras, o montante considerado no cálculo de imparidade em cada estágio é determinado como a exposição à data de referência ponderada pelo factor de conversão de crédito (de acordo com a CRR– “Capital Requirements Regulation”).

Informação Prospectiva

A informação prospectiva utilizada pelo Haitong Bank baseia-se numa abordagem simplificada, suportada na proporcionalidade e características do Banco. Assim, foi implementado um único cenário central baseado em informação externa, o que proporciona um elevado nível de granularidade, tendo em vista o cumprimento dos requisitos regulatórios no que respeita à capacidade preditiva do modelo de imparidade colectiva do Banco.

Este exercício prospectivo foi definido exclusivamente para a norma IFRS 9, dada a especificidade do exercício e a informação disponível.

O exercício de informação prospectiva é aplicável para as exposições classificadas em Estágio 1. Todas as exposições/devedores das carteiras estão sujeitas às mesmas informações prospectivas, assegurando que todos os activos estão em conformidade com as directrizes da norma IFRS 9.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na norma IFRS 9, detalhados por estágio, à data de 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019.

(milhares de euros)

Classe de Ativos	30.06.2020											
	Estágio 1					Total Estágio 1	Estágio 2			Total Estágio 2	Estágio 3	Total Estágio 3
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Doubtful [lccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Doubtful [lccc]		Impaired [d]	
Crédito a Clientes	-	176 845	-	-	7 295	184 140	132 908	10 077	-	142 985	7 711	7 711
Garantias	-	77 929	-	-	450	78 379	-	-	13 551	13 551	19 728	19 728
Instrumentos de Dívida	-	369 973	-	-	11 364	381 337	-	-	-	-	41 394	41 394
Crédito a Bancos	-	150 641	-	-	-	150 641	-	-	-	-	15 077	15 077
Caixa & Equivalentes de Caixa	541 740	5 370	-	-	64	547 174	-	3 534	-	3 534	-	-
Devedores e outros ativos	-	1 824	1 238	24	19 282	22 368	-	-	-	-	10 881	10 881
Total Bruto	541 740	782 582	1 238	24	38 455	1 364 039	132 908	13 611	13 551	160 070	94 791	94 791

(milhares de euros)

Classe de Ativos	31.12.2019									
	Stage 1				Total Stage 1	Stage 2		Total Stage 2	Stage 3	Total Stage 3
	Low to Fair risk [aaa+;a-]	Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]	Not rated		Monitoring [bbb+;b-]	Substandard [ccc+;ccc]		Impaired [d]	
Crédito a Clientes	-	219 778	-	18 705	238 483	76 362	-	76 362	11 883	11 883
Garantias	-	104 359	-	450	104 809	1 940	-	1 940	23 478	23 478
Instrumentos de Dívida	-	469 331	-	9 857	479 188	-	-	-	43 413	43 413
Crédito a Bancos	2 255	140 244	-	-	142 499	-	3 509	3 509	15 077	15 077
Caixa & Equivalentes de Caixa	632 188	5 633	-	-	637 821	-	-	-	-	-
Devedores e outros ativos	1	2 130	285	8 992	11 408	-	-	-	11 263	11 263
Total Bruto	634 444	941 475	285	38 004	1 614 208	78 302	3 509	81 811	105 114	105 114

A 30 de Junho de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito de activos financeiros não sujeitos a requisitos de imparidade ascende a 528 milhões de euros, correspondendo a exposições face a bancos centrais.

Em seguida apresentam-se todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e garantias prestadas, por sector de actividade, estágio e dias de atraso, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

Activos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por sector de actividade, estágio e dias de atraso	30.06.2020									
	Estágio 1				Estágio 2		Estágio 3			
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias		Sem dias de atraso		Sem dias de atraso		Mais de 181 dias	
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta	Valor Imparidade
Agricultura e bens alimentares	-	-	-	-	5 455	331	198	187	-	-
Bancos	733 260	294	1 585	1 585	3 534	531	-	-	15 077	15 077
Materias de construção	7 936	40	192	192	-	-	12	12	-	-
Bens de investimento	3 958	2	40	40	-	-	-	-	-	-
Químicos	601	601	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e prestação de serviços	7 043	208	88	88	-	-	3 478	937	-	-
Construção e engenharia	54 367	173	407	407	10 077	724	1 344	358	1 554	1 554
Alimentação, bebidas e tabaco	573	59	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	191 211	142	214	214	-	-	-	-	-	-
Saúde	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento e turismo	50	-	-	-	-	-	2 127	1 086	-	-
Produtos de consumo	19	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Media e entretenimento	7	3	94	94	-	-	-	-	-	-
Metais e minas	6 670	15	-	-	67 626	2 605	-	-	-	-
Instituições financeiras não bancárias	1 470	10	-	-	-	-	16 410	10 806	-	-
Papel e produtos florestais	24 571	210	60	60	-	-	-	-	-	-
Energia	50 927	353	57	57	26 411	2 645	-	-	-	-
Imobiliário	60 287	328	166	166	3 751	287	-	-	-	-
Programação informática	20	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	27 267	8 180	-	-
Telecomunicações	28 063	139	-	-	13 551	286	-	-	-	-
Transportes	7	-	-	-	1 613	37	195	(8)	-	-
Infra-estruturas de transportes	79 289	304	-	-	28 052	391	12 870	1 496	-	-
Água e Saneamento	1 549	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	15 516	938	3 191	3 191	-	-	-	-	-	-
Total	1 267 397	3 839	6 094	6 094	160 070	7 837	63 901	23 054	16 631	16 631

31.12.2019													
Activos financeiros ao custo amortizado (incluindo garantias prestadas), por setor de actividade, estágio e dias de atraso	Estágio 1						Estágio 2		Estágio 3				
	Sem dias de atraso		Mais de 181 dias				Sem dias de atraso		Sem dias de atraso		Mais de 181 dias		
	Exposição Bruta	Valor Imparidade	Exposição Bruta										
Agricultura e bens alimentares	-	-	-	-	-	-	5 469	326	268	217	-	-	-
Bancos	812 514	259	-	-	1 650	1 650	3 509	524	21 469	14 199	15 077	15 077	-
Corretagem	1 132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Materias de construção	8 805	86	-	-	192	192	-	-	13	13	-	-	-
Bens de investimento	6 358	4	-	-	40	40	-	-	1 060	222	-	-	-
Químicos	813	813	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e prestação de serviços	10 657	229	-	-	105	105	-	-	4 778	1 168	-	-	-
Construção e engenharia	69 610	172	-	-	407	407	1 940	49	46	46	1 985	1 626	-
Alimentação, bebidas e tabaco	772	79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações centrais	195 129	148	2 574	1	214	214	-	-	-	-	-	-	-
Saúde	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alojamento e turismo	50	-	-	-	-	-	-	-	2 127	1 086	-	-	-
Produtos de consumo	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média e entretenimento	7	2	-	-	94	94	-	-	-	-	-	-	-
Metais e minas	80 635	1 308	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras não bancárias	2 143	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel e produtos florestais	17 920	175	-	-	60	60	-	-	-	-	-	-	-
Energia	52 390	444	-	-	57	57	34 927	3 638	-	-	-	-	-
Imobiliário	76 045	233	-	-	166	166	4 143	280	-	-	-	-	-
Programação informática	393	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	-	-	27 060	8 118	-	-	-
Telecomunicações	19 941	178	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes	8	-	-	-	-	-	1 930	68	635	-	-	-	-
Infra-estruturas de transportes	84 063	425	-	-	-	-	29 893	491	14 010	1 123	-	-	-
Água e Saneamento	514	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3 739	448	-	-	3 196	3 252	-	-	-	-	-	-	-
Total	1 443 659	5 012	2 574	1	6 181	6 237	81 811	5 376	71 466	26 192	17 062	16 703	

Em seguida apresenta-se a exposição por classe de instrumento financeiro, intervalo de rating interno e estágio de imparidade.

Crédito a clientes

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de crédito a clientes do Grupo Haitong Bank S.A. para 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

(milhares de euros)						
Crédito a clientes	30.06.2020					Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI		
Custo amortizado						
Monitoring [bbb+;b-]	176 845	132 908	-	-	-	309 753
Substandard [ccc+;ccc]	-	10 077	-	-	-	10 077
Impaired [d]	-	-	7 385	194	-	7 579
Not rated	7 295	-	-	-	-	7 295
Valor bruto	184 140	142 985	7 385	194		334 704
Imparidade (Nota 31)	1 153	7 020	3 918	(10)		12 081
Valor líquido	182 987	135 965	3 467	204		322 623
Justo valor através de resultados						
Impaired [d]	-	-	132	-		132
Valor bruto	-	-	132	-		132
Reavaliação	-	-	(124)	-		(124)
Valor líquido	-	-	8	-		8
Total bruto	184 140	142 985	7 517	194		334 836
Total imparidade	1 153	7 020	3 918	(10)		12 081
Total reavaliação	-	-	(124)	-		(124)
Total líquido	182 987	135 965	3 475	204		322 631

(milhares de euros)

Crédito a clientes		31.12.2019				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	219 778	76 362	-	-	296 140
Impaired	[d]	-	-	11 013	637	11 650
Not rated		18 705	-	-	-	18 705
Valor bruto		238 483	76 362	11 013	637	326 495
Imparidade (Nota 31)		2 374	4 803	4 703	1	11 881
Valor líquido		236 109	71 559	6 310	636	314 614
Justo valor através de resultados						
Impaired	[d]	-	-	233	-	233
Valor bruto		-	-	233	-	233
Reavaliação		-	-	(126)	-	(126)
Valor líquido		-	-	107	-	107
Total bruto		238 483	76 362	11 246	637	326 728
Total imparidade		2 374	4 803	4 703	1	11 881
Total reavaliação		-	-	(126)	-	(126)
Total líquido		236 109	71 559	6 417	636	314 721

Garantias prestadas

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de garantias prestadas a clientes do Grupo Haitong Bank S.A. para 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

(milhares de euros)

Garantias prestadas		30.06.2020				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
Monitoring	[bbb+;b-]	77 929	-	-	-	77 929
Doubtful	[ccc]	-	13 551	-	-	13 551
Impaired	[d]	-	-	19 728	-	19 728
Not rated		450	-	-	-	450
Total bruto		78 379	13 551	19 728	-	111 658
Imparidade (Nota 31)		362	286	11 640	-	12 288
Total líquido		78 017	13 265	8 088	-	99 370

(milhares de euros)

Garantias prestadas		31.12.2019				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
Monitoring	[bbb+;b-]	104 359	1 940	-	-	106 299
Impaired	[d]	-	-	23 478	-	23 478
Not rated		450	-	-	-	450
Total bruto		104 809	1 940	23 478	-	130 227
Imparidade (Nota 31)		545	49	14 720	-	15 314
Total líquido		104 264	1 891	8 758	-	114 913

Instrumentos de dívida

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de instrumentos de dívida ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral do Grupo Haitong Bank, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		30.06.2020				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	290 789	-	-	-	290 789
Impaired	[d]	-	-	27 267	-	27 267
Valor bruto		290 789	-	27 267	-	318 056
Imparidade (Nota 31)		518	-	8 181	-	8 699
Valor líquido		290 271	-	19 086	-	309 357
Justo valor através de outro rendimento integral						
Monitoring	[bbb+;b-]	79 184	-	-	-	79 184
Impaired	[d]	-	-	7 978	6 149	14 127
Not rated		11 364	-	-	-	11 364
Valor bruto		90 548	-	7 978	6 149	104 675
Imparidade (Nota 31)		411	-	2 394	159	2 964
Reavaliação		1 782	-	(3 759)	-	(1 977)
Valor líquido		91 919	-	1 825	5 990	99 734
Total bruto		381 337	-	35 245	6 149	422 731
Total imparidade		929	-	10 575	159	11 663
Total reavaliação		1 782	-	(3 759)	-	(1 977)
Total líquido		382 190	-	20 911	5 990	409 091

(milhares de euros)

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado		31.12.2019				
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
Custo amortizado						
Monitoring	[bbb+;b-]	317 394	-	-	-	317 394
Impaired	[d]	-	-	27 060	-	27 060
Valor bruto		317 394	-	27 060	-	344 454
Imparidade (Nota 31)		581	-	8 118	-	8 699
Valor líquido		316 813	-	18 942	-	335 755
Justo valor através de outro rendimento integral						
Monitoring	[bbb+;b-]	151 938	-	-	-	151 938
Impaired	[d]	-	-	7 918	8 435	16 353
Not rated		9 856	-	-	-	9 856
Valor bruto		161 794	-	7 918	8 435	178 147
Imparidade (Nota 31)		739	-	2 375	143	3 257
Reavaliação		4 493	-	(2 196)	-	2 297
Valor líquido		165 548	-	3 347	8 292	177 187
Total bruto		479 188	-	34 978	8 435	522 601
Total imparidade		1 320	-	10 493	143	11 956
Total reavaliação		4 493	-	(2 196)	-	2 297
Total líquido		482 361	-	22 289	8 292	512 942

Caixa e equivalentes de caixa

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário do caixa e equivalentes de caixa do Grupo Haitong Bank, S.A., a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

(milhares de euros)

Caixa e Equivalentes de Caixa		30.06.2020				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	541 740	-	-	-	541 740
Monitoring	[bbb+;b-]	5 370	-	-	-	5 370
Substandard	[ccc+;ccc]	-	3 534	-	-	3 534
Not rated		64	-	-	-	64
Total bruto		547 174	3 534	-	-	550 708
Imparidade (Nota 31)		-	531	-	-	531
Total líquido		547 174	3 003	-	-	550 177

(milhares de euros)

Caixa e Equivalentes de Caixa		31.12.2019				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	632 188	-	-	-	632 188
Monitoring	[bbb+;b-]	5 633	-	-	-	5 633
Total bruto		637 821	-	-	-	637 821
Total líquido		637 821	-	-	-	637 821

Aplicações em instituições de crédito

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de aplicações em instituições de crédito do Grupo Haitong Bank, S.A., a 30 de Junho de 2020 e a 31 de Dezembro de 2019:

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		30.06.2020				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Monitoring	[bbb+;b-]	150 641	-	-	-	150 641
Impaired	[d]	-	-	15 077	-	15 077
Total bruto		150 641	-	15 077	-	165 718
Imparidade (Nota 31)		23	-	15 077	-	15 100
Total líquido		150 618	-	-	-	150 618

(milhares de euros)

Aplicações em instituições de crédito		31.12.2019				Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	
<i>Custo amortizado</i>						
Low to fair risk	[aaa+;a-]	2 255	-	-	-	2 255
Monitoring	[bbb+;b-]	140 244	-	-	-	140 244
Substandard	[ccc+;ccc]	-	3 509	-	-	3 509
Impaired	[d]	-	-	15 077	-	15 077
Total bruto		142 499	3 509	15 077	-	161 085
Imparidade (Nota 31)		14	524	15 077	-	15 615
Total líquido		142 485	2 985	-	-	145 470

Devedores e outros activos

O quadro apresentado em seguida apresenta um sumário da carteira de devedores e outros activos do Haitong Bank, S.A. para 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

(milhares de euros)

Devedores e outros activos	30.06.2020				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<i>Custo amortizado</i>					
Monitoring [bbb+;b-]	1 824	-	-	-	1 824
Substandard [ccc+;ccc]	1 238	-	-	-	1 238
Doubtful [lccc]	24	-	-	-	24
Impaired [d]	-	-	256	10 625	10 881
Not rated	19 282	-	-	-	19 282
Total bruto	22 368	-	256	10 625	33 249
Imparidade (Nota 31)	7 877	-	245	634	8 756
Total líquido	14 491	-	11	9 991	24 493

(milhares de euros)

Devedores e outros activos	31.12.2019				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	POCI	Total
<i>Custo amortizado</i>					
Low to fair risk [aaa+;a-]	1	-	-	-	1
Monitoring [bbb+;b-]	2 130	-	-	-	2 130
Substandard [ccc+;ccc]	285	-	-	-	285
Impaired [d]	-	-	337	10 926	11 263
Not rated	8 992	-	-	-	8 992
Total bruto	11 408	-	337	10 926	22 671
Imparidade (Nota 31)	7 736	-	276	-	8 012
Total líquido	3 672	-	61	10 926	14 659

Durante o ano de 2020 não existiram activos financeiros modificados desde o reconhecimento inicial para os quais as perdas de crédito esperadas tenham passado de perdas de crédito esperadas até à maturidade residual para perdas de crédito esperadas a 12 meses.

A 31 de Dezembro de 2019, os activos financeiros modificados que não resultaram em desreconhecimento, são analisados como se segue:

(milhares de euros)

Activos financeiros modificados durante o ano	31.12.2019
Custo amortizado anterior à modificação	994
Perdas por imparidade anteriores à modificação	(152)
Custo amortizado líquido anterior à modificação	842
Ganho/(perda) líquido da modificação	(41)
Outros	1
Custo amortizado após a modificação	802
Perdas por imparidade após a modificação	-
Custo amortizado líquido após a modificação	802

A utilização de protecção de crédito é uma componente incontornável da política de risco e do processo de decisão de crédito, influenciando os critérios de aceitação, os níveis de decisão e o preço.

As principais técnicas de redução de risco utilizadas pelo Banco são as cauções financeiras (protecção real de crédito – garantia real financeira sob a forma de títulos e dinheiro) e garantias pessoais (protecção pessoal de crédito com efeito de substituição).

São ainda utilizados outros tipos de garantias, que, embora não elegíveis como mitigadores de risco no cálculo dos requisitos de capital regulamentar, reduzem efectivamente o risco de crédito a que o Banco se

encontra sujeito. A este respeito, salientamos as garantias pessoais providenciadas pelos sócios da empresa (“accionistas”) em algumas operações de financiamento.

O Haitong Bank segue as indicações da CRR no que diz respeito a haircuts de garantias reais para cálculo de imparidade. Assim, em vez de utilizar o valor de garantias reais, o Banco considera o valor das garantias reais após a aplicação do haircut.

A frequência e os métodos de avaliação da garantia real dependem da sua natureza. Para títulos de capital listados e títulos de dívida, a avaliação é realizada diariamente utilizando os preços de mercado.

A valorização da caução de contas bancárias é realizada numa base trimestral, de acordo com as informações fornecidas pelo banco depositário.

No que diz respeito à caução sobre títulos de capital não cotados, às cauções sobre equipamentos e a hipotecas a avaliação é realizada pelo menos anualmente e é baseada em informações financeiras do emitente ou em relatórios de avaliação de entidades externas (por exemplo: imóveis).

A exposição máxima ao risco de crédito no final do período sem ter em conta quaisquer garantias detidas foi já apresentado nas páginas anteriores. À data de 30 de Junho de 2020, o montante de instrumentos financeiros em que não se identificou perda pela existência de garantia, foi de 537 mil euros, contabilizado na carteira de crédito a clientes.

Em seguida apresenta-se por classe de rating o valor de balanço bruto e a exposição dado o incumprimento (EAD) para todos os activos financeiros (incluindo garantias prestadas), de forma separada para cada Estágio e para os instrumentos POCI.

(milhares de euros)

		30.06.2020							
Classe de rating		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	541 740	541 740	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	782 582	581 017	132 908	130 167	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	1 238	1 238	13 611	13 610	-	-	-	-
Doubtful	[lccc]	24	24	13 551	6 776	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	77 823	73 899	16 968	16 967
Not rated		38 455	34 088	-	-	-	-	-	-
Total		1 364 039	1 158 107	160 070	150 553	77 823	73 899	16 968	16 967

(milhares de euros)

		31.12.2019							
Classe de rating		Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		POCI	
		Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD	Exposição Bruta	EAD
Low to fair risk	[aaa+;a-]	634 444	634 444	-	-	-	-	-	-
Monitoring	[bbb+;b-]	941 476	747 202	78 302	74 204	-	-	-	-
Substandard	[ccc+;ccc]	285	285	3 509	3 509	-	-	-	-
Impaired	[d]	-	-	-	-	85 116	81 367	19 998	19 998
Not rated		38 003	36 252	-	-	-	-	-	-
Total		1 614 208	1 418 183	81 811	77 713	85 116	81 367	19 998	19 998

Exposições Não Produtivas e Exposições Diferidas

De acordo com as definições definidas no Anexo V do Regulamento de Execução da Comissão (UE) 2018/1627, de 8 de Outubro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) No. 680/2014, no que diz respeito à avaliação prudente para reportes regulatórios, o Grupo divulga as exposições não produtivas e diferidas (“forborne exposures”).

As definições de exposições não produtivas e exposições diferidas encontram-se na secção 2.4.1..

Exposições diferidas são contractos de dívida em relação aos quais foram aplicadas medidas de diferimento. As medidas de diferimento consistem em concessões para com um devedor que esteja a enfrentar, ou prestes a enfrentar, dificuldades em cumprir com os seus compromissos financeiros (“dificuldades financeiras”). Assim, as exposições não são tratadas pelo Grupo como diferidas se o devedor não estiver a atravessar dificuldades financeiras.

Neste sentido, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	30.06.2020			31.12.2019		
	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	1,556,981	10,318	0.7%	1,713,179	9,637	0.6%
Exposições Não Produtivas (NPE)	81,453	41,853	51.4%	91,658	45,264	49.4%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	37 636	10 734	28.5%	41 217	10 636	25.8%
Crédito a Clientes	7 711	4 032	52.3%	11 883	4 830	40.6%
Aplicações em Instituições de crédito	15 077	15 077	100.0%	15 077	15 077	100.0%
Garantias prestadas	19 728	11 640	59.0%	23 478	14 720	62.7%
Compromissos de crédito	1 301	370	28.4%	3	1	33.3%
Total	1,638,434	52,171	3.2%	1,804,837	54,901	3.0%
NPE ratio	5.0%			5.1%		
NPL ratio	2.3%			3.6%		

A 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, as exposições diferidas apresentam o seguinte detalhe:

	30.06.2020			31.12.2019		
	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura	Valor bruto	Imparidade, Reavaliações negativas e Provisões	Cobertura
Exposições Produtivas	1,453,737	4,450	0.3%	1,668,640	5,392	0.3%
Exposições Diferidas Produtivas	103,244	5,868	5.7%	44,539	4,245	9.5%
Crédito a Clientes	103 244	5 868	5.7%	44 539	4 245	9.5%
Exposições Diferidas Não Produtivas	15,161	4,562	30.1%	20,321	4,974	24.5%
Instrumentos de dívida da carteira bancária	6 149	160	2.6%	8 435	143	1.7%
Crédito a Clientes	7 711	4 032	52.3%	11 883	4 830	40.6%
Compromissos de crédito	1 301	370	28.4%	3	1	33.3%
Exposições Não Produtivas	66,292	37,291	56.3%	71,337	40,290	56.5%
Total	1,638,434	52,171	3.2%	1,804,837	54,901	3.0%

Concentração de riscos

Quanto ao risco de concentração – ou seja, o risco decorrente da possibilidade de exposição ou de grupo de exposições que partilham factores de risco comuns ou inter-relacionados que produzem perdas suficientemente grandes para afectar a solvência do Banco –, o Haitong Bank tem limites internos estabelecidos para as maiores exposições individuais. O acompanhamento regular desses limites, juntamente com o dos limites regulatórios, reforça o quadro de acompanhamento do banco para a concentração de risco de crédito.

A repartição do montante de crédito sobre clientes, activos de negociação e títulos por sectores de actividade, para os períodos findos em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	30.06.2020								
	Crédito a clientes				Activos de negociação			Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Vencido				
Agricultura e Bens alimentares	5 456	-	331	-	-	-	5 228	-	-
Automóveis e peças de automóveis	-	-	-	-	-	-	594	1 466	14
Bancos	-	-	-	-	-	-	52 328	3 058	17
Corretagem	-	-	-	-	-	-	2 265	-	-
Materiais de construção	-	-	-	-	-	-	-	7 936	40
Bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	6 149	159
Comércio e Serviços	1 828	-	422	-	-	-	-	5 468	23
Construção e Obras Públicas	10 077	1 686	724	1 554	124	2 222	-	43 350	217
Alimentação, bebidas e tabaco	573	-	59	-	-	-	5 269	-	-
Fundos e Gestores de Ativos	-	-	-	-	-	-	2	9 834	-
Administração pública	2 329	-	1	-	-	514 537	-	229 877	276
Saúde	-	-	-	-	-	60	-	-	-
Alojamento e Turismo	2 127	-	1 086	-	-	-	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	67 626	-	2 605	-	-	-	-	3 256	16
Instituições financeiras não bancárias	-	-	-	-	-	-	10	-	-
Indústria de petróleo e gás	-	-	-	-	-	1 710	888	-	-
Papel e produtos florestais	24 542	-	210	-	-	5 203	430	-	-
Energia	60 212	-	2 903	-	-	963	5 420	25 512	95
Imobiliário	13 078	-	454	-	-	203	-	62 402	201
Programação informática	-	-	-	-	-	-	-	10	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	-	31 487	10 574
Telecomunicações	28 039	-	139	-	-	952	67	-	-
Transportes	1 806	-	27	-	-	499	98 329	2 981	27
Infraestruturas de transportes	109 586	-	1 557	-	-	-	60 371	825	4
Outros	5 871	-	9	-	-	-	-	23 132	-
TOTAL	333 150	1 686	10 527	1 554	124	526 349	231 201	456 743	11 663

(milhares de euros)

	31.12.2019								
	Crédito a clientes				Activos de negociação			Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	Vencido				
Agricultura e Bens alimentares	5 469	-	325	-	-	-	2 249	-	-
Automóveis e peças de automóveis	-	-	-	-	-	227	7	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	1 643	68 615	3 107	17
Corretagem	1 132	-	-	-	-	-	8 852	-	-
Materiais de construção	-	-	-	-	-	-	-	8 805	86
Bens de investimento	1 060	-	222	-	-	3 604	-	8 435	143
Comércio e Serviços	3 532	-	658	-	-	-	-	6 913	30
Construção e Obras Públicas	13 739	2 218	40	1 626	126	6 580	-	50 067	215
Embalagens	-	-	-	-	-	373	-	-	-
Alimentação, bebidas e tabaco	772	-	79	-	-	-	2 797	-	-
Fundos e Gestores de Ativos	-	-	-	-	-	620	-	11 165	-
Administração pública	2 573	-	1	-	-	411 696	-	284 486	514
Saúde	-	-	-	-	-	1 074	-	-	-
Alojamento e Turismo	2 127	-	1 086	-	-	-	-	-	-
Holdings de Investimento	-	-	-	-	-	362	-	-	-
Media e Entretenimento	-	-	-	-	-	34	-	-	-
Metalúrgica & Mineração	72 295	-	1 291	-	-	223	-	3 532	17
Instituições financeiras não bancárias	-	-	-	-	-	-	14	-	-
Indústria de petróleo e gás	-	-	-	-	-	1 051	125	21 678	101
Papel e produtos florestais	17 882	-	175	-	-	6 253	469	-	-
Energia	79 272	-	3 984	-	-	868	5 554	20 000	64
Imobiliário	4 143	-	280	-	-	216	-	88 366	276
Retalho	-	-	-	-	-	573	-	-	-
Programação informática	-	-	-	-	-	-	-	13	-
Tecnologia e equipamento informático	-	-	-	-	-	-	-	32 782	10 493
Telecomunicações	-	-	-	-	-	120	-	-	-
Transportes	2 567	-	69	-	-	1 367	222	-	-
Infraestruturas de transportes	116 945	-	2 038	-	-	688	59 819	-	-
Água e saneamento	514	-	3	-	-	-	-	-	-
Outros	488	-	4	-	-	-	-	22 948	-
TOTAL	324 510	2 218	10 255	1 626	126	437 572	148 723	562 297	11 956

A repartição do montante de crédito sobre clientes, activos de negociação e títulos por país de risco, para os períodos findos em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, encontra-se apresentada conforme se segue:

(milhares de euros)

País de Risco	30.06.2020								
	Crédito a clientes					Ativos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vencido				
Andorra	-	-	-	-	-	-	416	-	-
Brasil	77 054	-	5 072	-	-	513 446	7 241	64 311	467
China	-	-	-	-	-	-	-	100 841	10 747
França	-	-	-	-	-	-	4 882	-	-
Alemanha	67 626	-	2 605	-	-	-	3 265	-	-
Italia	-	-	-	-	-	416	-	94 642	70
Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	-	18 473	-
Países baixos	-	-	-	-	-	-	-	5 001	15
Polónia	15 270	1 686	56	1 554	124	6 636	352	14 969	74
Portugal	141 447	-	2 120	-	-	4 939	194 101	154 186	266
Espanha	31 303	-	673	-	-	-	10 637	-	-
Suecia	-	-	-	-	-	536	-	-	-
Reino Unido	-	-	-	-	-	-	10 307	-	-
Outros	450	-	1	-	-	376	-	4 320	24
TOTAL	333 150	1 686	10 527	1 554	124	526 349	231 201	456 743	11 663

(milhares de euros)

País de Risco	31.12.2019								
	Crédito a clientes					Ativos de negociação		Títulos	
	Valor bruto		Imparidade		Reavaliação	Títulos	Instrumentos financeiros derivados	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito vencido	Crédito vencido				
Andorra	-	-	-	-	-	-	68	-	-
Belgica	-	-	-	-	-	-	165	-	-
Brasil	88 307	-	5 754	-	-	407 916	12 356	132 143	757
China	-	-	-	-	-	-	-	131 288	10 751
França	-	-	-	-	-	300	4 840	1	-
Alemanha	72 295	-	1 291	-	-	-	8 834	-	-
Italia	-	-	-	-	-	109	-	96 053	72
Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	-	19 493	-
Polónia	-	2 217	-	1 626	126	14 428	264	16 168	79
Portugal	155 896	1	2 338	-	-	10 784	94 365	165 099	297
Espanha	6 391	-	869	-	-	2 747	8 748	-	-
Suécia	-	-	-	-	-	11	-	-	-
Reino Unido	1 132	-	-	-	-	-	19 083	-	-
Outros	489	-	3	-	-	1 277	-	2 052	-
TOTAL	324 510	2 218	10 255	1 626	126	437 572	148 723	562 297	11 956

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa a possibilidade de incorrer em perdas resultantes de alterações adversas nos preços de mercado, nomeadamente nos preços de acções, taxas de juro, taxas de câmbio e spreads de crédito.

O Grupo calcula as perdas potenciais na sua carteira de negociação e nas posições em mercadorias e cambiais através da metodologia do Value at Risk (VaR) histórico, considerando um intervalo de confiança de 99%, um período de investimento de 10 dias úteis e um período de observação de 1 ano.

(milhões de euros)

	30.06.2020				31.12.2019			
	Junho	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Risco cambial	3.96	3.03	3.96	1.68	1.72	2.34	2.43	1.81
Risco taxa de juro	0.77	0.91	1.83	0.33	0.95	0.67	1.01	0.56
Acções e Mercadorias	0.00	0.10	1.90	0.00	0.53	0.44	0.34	0.41
Spread de Crédito	1.60	2.50	4.89	1.60	1.19	1.25	2.19	1.07
Covariância	-0.06	-0.15	-4.99	0.44	-0.55	-0.31	-0.29	-0.31
Total	6.27	6.39	7.59	4.05	3.84	4.39	5.68	3.54

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os períodos findos em 30 de Junho de 2020 e 30 de Junho de 2019, bem como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	30.06.2020			31.12.2019		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	646 493	1 633	0.51%	618 767	10 219	1.65%
Crédito a clientes	320 841	7 069	4.42%	421 837	21 339	5.06%
Aplicações em títulos	697 862	22 443	6.45%	967 467	48 883	5.05%
Contas caução	244 381	95	0.08%	123 061	237	0.19%
Activos financeiros	1 909 577	31 240	3.28%	2 131 132	80 678	3.79%
Recursos monetários	463 051	7 467	3.23%	818 314	17 985	2.20%
Recursos de clientes	1 014 142	7 951	1.57%	411 962	14 682	3.56%
Responsabilidades representadas por títulos	135 324	3 179	4.71%	166 538	14 868	8.93%
Outros recursos	100 175	561	1.12%	119 140	1 060	0.89%
Passivos financeiros	1 712 692	19 158	2.24%	1 515 954	48 595	3.21%
Resultado Financeiro		12 082			32 083	

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2020			31.12.2019		
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
AUD	14	-	14	14	-	14
BRL	51 146	(19 752)	31 394	80 825	(54 470)	26 355
CAD	58	-	58	(7)	-	(7)
CHF	339	-	339	184	-	184
CNY	(278)	-	(278)	(266)	-	(266)
CZK	24	-	24	25	-	25
DKK	209	-	209	208	-	208
GBP	(1 617)	-	(1 617)	(1 188)	-	(1 188)
HKD	597	-	597	398	-	398
HUF	16	-	16	17	-	17
JPY	97	-	97	97	-	97
MOP	(11)	-	(11)	-	-	-
MXN	108	-	108	134	-	134
NOK	21	-	21	23	-	23
PLN	35 287	(13 689)	21 598	22 368	-	22 368
SEK	68	-	68	81	-	81
SGD	-	-	-	1	-	1
TRY	14	-	14	16	-	16
USD	52 441	(64 712)	(12 271)	125 347	(140 880)	(15 533)
	138 533	(98 153)	40 380	228 277	(195 350)	32 927

Nota: activo / (passivo)

A principal fonte geradora de risco cambial do Haitong Bank é a flutuação de valor da subsidiária estrangeira Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A., resultante da taxa de câmbio EUR/BRL. Esse risco representa uma posição longa em BRL. Para proteger esse risco, o Haitong Bank realiza transacções de derivados de curto prazo com terceiros que comprem EUR e vendem BRL (por exemplo, NDF EUR / BRL), criando assim uma posição curta em BRL. O principal factor de risco dessa posição em BRL é a taxa de câmbio EUR/BRL, sendo os demais factores de risco as taxas de juros em EUR e BRL. Como tal, existe uma relação clara e observável entre o item coberto e o instrumento de cobertura.

O Haitong Bank estabelece a relação de cobertura entre o valor do activo e o valor em BRL vendido nas transacções de derivados, com o objectivo de manter uma relação de cobertura de 1:1.

A 30 de Junho de 2020, a informação dos investimentos líquidos considerados pelo Grupo nas estratégias de cobertura total ou parcial em subsidiárias e dos instrumentos de cobertura utilizados, é apresentada como se segue:

(milhares de euros)

	Moeda	30.06.2020			
		Investimento líquido	Instrumentos de cobertura	Investimento líquido	Instrumentos de cobertura
		Moeda	Moeda	Euros	Euros
Empresa					
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A	BRL	473 766	473 766	77 517	77 517

A informação relativa aos ganhos e perdas em derivados utilizados para a cobertura dos investimentos líquidos em instituições estrangeiras, reconhecido em reservas cambiais, é apresentada no mapa de alterações nos capitais próprios. Estas relações de cobertura foram consideradas eficazes durante todo o primeiro semestre de 2020, conforme política contabilística descrita na nota 2.4.2.

O Haitong Bank avalia o risco de taxa de juro da sua carteira bancária com recurso às métricas Net Interest Income (NII) e Economic Value of Equity (EVE).

A métrica Economic Value of Equity mede a sensibilidade de um movimento nas taxas de juro sobre o valor presente dos fluxos de caixa projectados considerando todos os instrumentos até à sua data de vencimento.

A 30 de Junho de 2020 e a 31 de Dezembro de 2019, os activos e passivos da carteira bancária, sensíveis a risco de taxa de juro, tinham o perfil de repricing:

(milhões de euros)

	30.06.2020				
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Activos	1 026	282	128	311	16
Passivos	(1 046)	(60)	(142)	(428)	(1)
Gap	(20)	222	(14)	(117)	15

(milhões de euros)

	31.12.2019				
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Activos	1 045	144	182	399	11
Passivos	(1 087)	(44)	(77)	(360)	(1)
Gap	(42)	100	105	39	10

A tabela abaixo apresenta o impacto no valor económico da carteira bancária, considerando um cenário de aumento e diminuição das taxas de juro em 200 bps, a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

(milhões de euros)

Mudança Paralela da TJ	30.06.2020	31.12.2019
+200 bps	(0.5)	10.4
-200 bps	4.9	(5.8)

Fonte: Haitong Bank

Contabilidade de Cobertura

A tabela abaixo inclui o detalhe dos instrumentos de cobertura utilizados e contabilizados na rubrica Derivados de cobertura, com referência a 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

(milhares de euros)

	30.06.2020				
	Valor Nominal	Valor de Balanço		Alterações no justo valor (A)	Reserva cambial
		Activo	Passivo		
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras					
Instrumentos de cobertura					
Risco cambial					
Forward	77 517	-	209	25 714	25 713
Cobertura					
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A	n.a	n.a	n.a	(26 728)	(26 728)
Total	77 517	-	209	(1 014)	(1 015)

(A) Variações no justo valor utilizadas para calcular a ineficácia da cobertura

(milhares de euros)

	31.12.2019				
	Valor Nominal	Valor de Balanço		Alterações no justo valor (A)	Reserva cambial
		Activo	Passivo		
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras					
Instrumentos de cobertura					
Risco cambial					
Forward	105 048	-	300	(4 523)	(4 495)
Cobertura					
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A	n.a	n.a	n.a	(917)	(917)
Total	105 048	-	300	(5 440)	(5 412)

(A) Variações no justo valor utilizadas para calcular a ineficácia da cobertura

A tabela abaixo inclui informações sobre a eficácia das relações de cobertura, bem como os impactos nos resultados e outro rendimento integral, com referência a 30 de Junho de 2020 e 30 de Junho de 2019:

(milhares de euros)

	30.06.2020	
	Ganhos / (Perdas) realizados em Outro rendimento integral	Ineficácia reconhecida na demonstração de resultados (A)
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras		
Instrumentos de Cobertura		
Risco cambial		
Forward	25 713	1
(A) Ganhos / (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura		

(milhares de euros)

	30.06.2019	
	Ganhos / (Perdas) realizados em Outro rendimento integral	Ineficácia reconhecida na demonstração de resultados (A)
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras		
Instrumentos de Cobertura		
Risco cambial		
Forward	(5 569)	(6)
(A) Ganhos / (perdas) líquidos da contabilidade de cobertura		

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco actual ou futuro que resulta da incapacidade de uma instituição liquidar as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, ou fazê-lo incorrendo em custos excessivos.

No âmbito da Declaração de Visão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração, o Haitong Bank pretende manter uma sólida posição de liquidez de curto prazo e um perfil de financiamento de médio e longo prazo sustentável, tanto ao nível do Grupo como ao nível das suas subsidiárias.

Para tal, o Banco procura manter uma base diversificada de investidores, garantindo acesso a fontes e instrumentos alternativos de financiamento e mantendo uma estrutura de financiamento adequada à sua actividade.

A gestão de liquidez e financiamento do Haitong Bank está sob a responsabilidade directa da Comissão Executiva. O Coordenador Global de Liquidez e Financiamento é responsável pela gestão operacional da liquidez, com as equipas locais a assegurarem a gestão diária de liquidez nos centros de tesouraria do Banco (Lisboa, São Paulo e Varsóvia).

O Banco gere a sua liquidez estabelecendo uma política de risco de liquidez, monitorizando um conjunto de indicadores de risco de liquidez, incluindo rácios prudenciais de liquidez, executando testes de stress e definindo planos de contingência e através do estabelecimento de limites consistentes com o apetite ao risco de liquidez do Banco e com os requisitos regulamentares.

A 30 de Junho de 2020, o Banco detinha 726 milhões de Euros de activos líquidos de alta qualidade (886 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2019), dos quais 525 milhões de Euros correspondiam a depósitos à ordem disponíveis junto do Banco de Portugal (606 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2019). O valor remanescente de activos líquidos de alta qualidade (HQLA) é composto principalmente por dívida soberana de países da União Europeia (principalmente Portugal e Itália) e por obrigações do tesouro brasileiro denominadas em reais brasileiros e detidas pela subsidiária do Haitong Bank no Brasil.

Em 30 de Junho de 2020, o Haitong Bank detinha um excedente de 483 milhões de Euros sobre as suas saídas líquidas de caixa a 30 dias em cenário de stress, o que corresponde a um LCR de 299% (537% em Dezembro de 2019), confortavelmente acima dos limites regulamentares.

Rácio de cobertura de Liquidez	Junho 2020	Dezembro 2019
Activos Líquidos de Elevada Qualidade	726	886
Excedente sobre saídas líquidas de caixa em stress	483	721
Rácio de Cobertura de Liquidez	299%	537%

O Haitong Bank obteve um financiamento de 111 milhões de Euros do Banco de Portugal (22 milhões de euros n final de 2019) no âmbito da Targeted Longer-Term Refinancing Operations (TLTRO), com vencimento em 2022 e 2023.

No primeiro semestre de 2020, as principais fontes de financiamento do Haitong Bank foram linhas de crédito providenciadas por uma entidade do Grupo Haitong Securities, obrigações emitidas pela subsidiária brasileira, operações com acordo de recompra (repos) e depósitos de clientes (particulares e empresas).

O Haitong Bank efectua transacções de instrumentos derivados com clientes corporate e instituições financeiras, a maioria das quais abrangidas por acordos de compensação (ex. ISDA) e acordos de troca de margem (ex. Credit Support Annex). Em situações de stress do mercado em que o valor dos derivados sofre um impacto significativo, o Haitong Bank pode ser chamado a colocar montantes de garantias adicionais. As posições de derivados e colaterais colocados e recebidos encontram-se detalhadas nas notas 19 e 27, respectivamente.

A 30 de Junho de 2020, os cash flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

	30.06.2020						Total
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	550 199	-	-	-	-	-	550 199
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	51 810	40,208	304,953	287,315	-	684 286
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	37	824	-	35,953	36 814
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	5 775	17,090	85,105	30,089	-	138 059
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	37 881	61,412	221,726	-	-	321 019
Aplicações em instituições de crédito	-	100 306	51,197	-	-	-	151 503
Crédito a clientes	-	15 769	98,180	132,464	118,061	-	364 474
Instrumentos derivados	-	769 288	161 177	198 900	239 471	242 742	1611 578
	550 199	980 829	429 301	943 972	674 936	278 695	3 857 932
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	-	328 490	1 503	126 027	24 653	-	480 673
Recursos de clientes	15 124	43 745	168 912	871 358	-	-	1099 139
Responsabilidades representadas por títulos	-	50 462	27 848	25 100	-	-	103 410
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	3 005	123 393	-	-	-	-	126 398
Instrumentos derivados	-	805 351	166 746	188 165	250 912	27 080	1438 254
	18 129	1 351 441	365 009	1 210 650	275 565	27 080	3 247 874

A 31 de Dezembro de 2019, os cash flows contratuais não descontados dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte estrutura:

	31.12.2019						Total
	à vista	até 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	637 829	-	-	-	-	-	637,829
Activos financeiros detidos para negociação (Títulos)	-	16 253	15 388	239 554	329 565	-	600,760
Activos financeiros obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	37	806	-	36 644	37,487
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	8 348	26 679	165 710	17 654	-	218,391
Activos financeiros pelo custo amortizado	-	22 927	95 070	223 825	-	-	341,822
Aplicações em instituições de crédito	-	148 552	-	-	-	-	148,552
Crédito a clientes	-	5 016	102 072	129 117	205 218	-	441,423
Instrumentos derivados	-	528 331	756 284	205 224	85 201	99 598	1,674,638
	637,829	729,427	995,530	964,236	637,638	136,242	4,100,902
Passivos							
Recursos de instituições de crédito	1,384	221,891	2,592	68,115	102,488	-	396,470
Recursos de clientes	49,057	138,957	145,144	724,176	-	-	1,057,334
Responsabilidades representadas por títulos	-	4,073	158,892	42,165	-	-	205,130
Passivos financeiros detidos para negociação (Títulos)	828	134,005	-	-	-	-	134,833
Instrumentos derivados	-	528,664	758,163	204,896	85,090	30,940	1,607,753
	51,269	1,027,590	1,064,791	1,039,352	187,578	30,940	3,401,520

Risco operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da implementação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do funcionamento deficiente ou falha dos sistemas de informação, do comportamento do pessoal ou motivados por acontecimentos externos. Os riscos jurídicos estão incluídos nesta definição. Desta forma, considera-se o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação e de Compliance.

O Banco possui um sistema de gestão de risco operacional que assegura a uniformização e sistematização das actividades regulares de identificação, monitorização, controlo e mitigação do risco operacional. O departamento de Gestão de Risco tem uma equipa exclusivamente dedicada à gestão deste sistema.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Actualmente, para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo utiliza o método “Standard” tanto para o tratamento do risco de crédito como do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

O quadro seguinte apresenta um sumário da adequação de capital do Grupo Haitong Bank S.A. para 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019:

	30.06.2020		31.12.2019	
	Período Transitório	Implementação Plena	Período Transitório	Implementação Plena
Rácio Fundos Próprios Principais de Nível 1	26,6%	26,5%	28,4%	28,2%
Rácio Fundos Próprios de Nível 1	33,7%	33,5%	35,7%	35,4%
Rácio Fundos Próprios Totais	33,8%	33,6%	35,9%	35,5%

Os pressupostos utilizados para os cálculos de adequação de capital encontram-se descritos no capítulo Gestão de Riscos | Solvabilidade no Relatório de Gestão.

Declaração sobre a Auditoria às Contas

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que a informação financeira relativa ao primeiro semestre de 2020 do Haitong Bank, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação não foi sujeita a auditoria.

Lisboa, 15 de setembro de 2020

Lin Yong
(Presidente do Conselho de Administração)

Wu Min
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho
(Executive Board Member)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Pan Guangtao
(Vogal)

Paulo José Lameiras Martins
(Vogal)

Vincent Marie L. Camerlynck
(Vogal)

Xinjun Zhang
(Vogal)



ANEXOS

Ações e obrigações detidas por membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

(Anexo referido no parágrafo 5 do Artigo 447 do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração	Títulos	Títulos detidos a 31/12/2019	Transações no 1º Semestre de 2020			Títulos detidos a 30/06/2020
			Data	Aquisições	Alienações	
Wu Min	-	-	-	-	-	-
Lin Yong	Haitong International Securities Group Limited - Ações ordinárias	5.978.183	19/03/2020 23/03/2020 13/05/2020 02/06/2020	132.536 ⁽¹⁾ 249.918 ⁽²⁾ 177.729 ⁽³⁾ 144.189 ⁽⁴⁾		6.682.555
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	4.311.260	02/06/2020 25/06/2020	7.719 ⁽⁵⁾ 900.000 ⁽⁶⁾		5.218.979
	Haitong International Securities Group Limited - Ações atribuídas (diferidas)	1.237.749	19/03/2020 23/03/2020 24/04/2020 13/05/2020		132.536 ⁽¹⁾ 249.918 ⁽²⁾ 1.194.029 ⁽⁷⁾ 177.729 ⁽³⁾	1.871.595
Alan do Amaral Fernandes	-	-	-	-	-	-
António Domingues	-	-	-	-	-	-
Poon Mo Yiu	Haitong International Securities Group Limited - Ações ordinárias	2.416.444	19/03/2020 23/03/2020	11.976 ⁽⁸⁾ 74.975 ⁽⁹⁾		2.503.395
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	2.057.075	02/06/2020 25/06/2020	3.682 ⁽¹⁰⁾ 350.000 ⁽¹¹⁾		2.410.757
	Haitong International Securities Group Limited - Ações atribuídas (diferidas)	236.902	19/03/2020 23/03/2020 24/04/2020		11.976 ⁽⁸⁾ 74.975 ⁽⁹⁾ 470.149 ⁽¹²⁾	620.100
Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho	-	-	-	-	-	-
Pan Guangtao	-	-	-	-	-	-
Paulo José Lameiras Martins	-	-	-	-	-	-
Vasco Câmara Pires dos Santos Martins	-	-	-	-	-	-
Vincent Marie L. Camerlynck	-	-	-	-	-	-
Zhang Xinjun	Haitong International Securities Group Limited - Ações ordinárias	680.720	19/03/2020 13/05/2020 02/06/2020	37.345 ⁽¹³⁾ 67.650 ⁽¹⁴⁾ 16.418 ⁽¹⁵⁾		802.133
	Haitong International Securities Group Limited - Opções sobre Ações	2.306.842	02/06/2020 25/06/2020	4.130 ⁽¹⁶⁾ 200.000 ⁽¹⁷⁾		2.510.972
	Haitong International Securities Group Limited - Ações atribuídas (diferidas)	172.646	19/03/2020 13/03/2020		37.345 ⁽¹³⁾ 67.650 ⁽¹⁴⁾	67.651

Conselho Fiscal	Títulos	Títulos detidos a 31/12/2019	Transações no 1º Semestre de 2020			Títulos detidos a 30/06/2020
			Data	Aquisições	Alienações	
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-	-	-	-	-	-
Cristina Maria da Costa Pinto	-	-	-	-	-	-
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	-	-	-	-	-	-
Paulo Ribeiro da Silva	-	-	-	-	-	-
Deloitte & Associados, SROC, S,A,	-	-	-	-	-	-

Notas:

⁽¹⁾ 132.534 ações diferidas foram disponibilizadas em 19/3/2020

⁽²⁾ 249.918 ações diferidas foram disponibilizadas em 23/3/2020

⁽³⁾ 177.729 ações diferidas foram disponibilizadas em 13/5/2020

⁽⁴⁾ Dividendos Flexíveis

⁽⁵⁾ Ajustamento de opções sobre ações devido à atribuição de ações ordinárias como resultado da segunda distribuição semestral de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (*scrip dividends*).

⁽⁶⁾ Atribuição de opções sobre ações

⁽⁷⁾ Disponibilização de ações atribuídas

⁽⁸⁾ 11.976 ações diferidas foram disponibilizadas em 19/3/2020

⁽⁹⁾ 74.975 ações diferidas foram disponibilizadas em 23/3/2020

⁽¹⁰⁾ Ajustamento de opções sobre ações devido à atribuição de ações ordinárias como resultado da segunda distribuição semestral de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (*scrip dividends*).

⁽¹¹⁾ Atribuição de opções sobre ações

⁽¹²⁾ Disponibilização de ações atribuídas

⁽¹³⁾ 37.345 ações diferidas foram disponibilizadas em 19/3/2020

⁽¹⁴⁾ 67.650 ações diferidas foram disponibilizadas em 15/5/2020

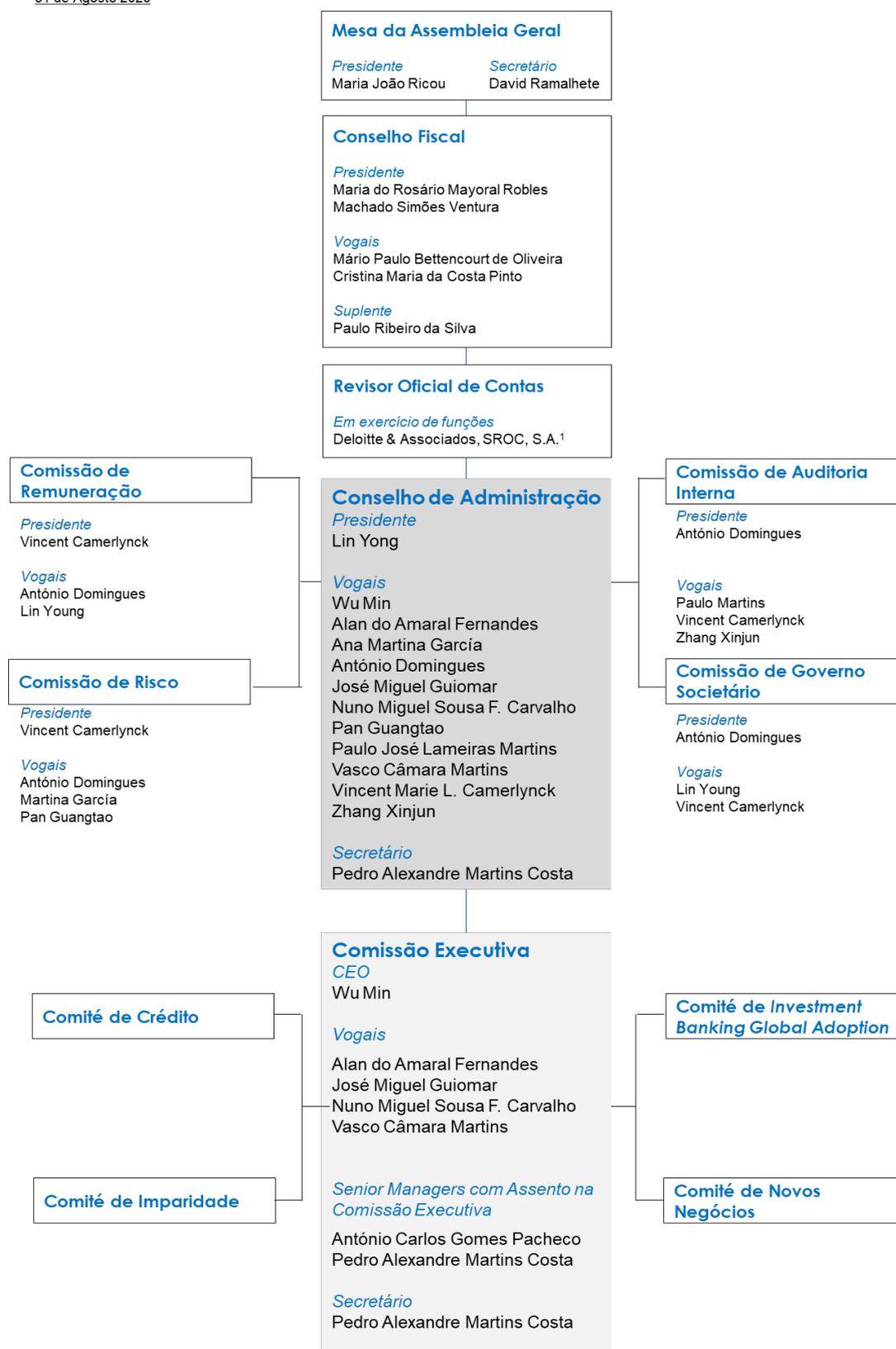
⁽¹⁵⁾ Dividendos Flexíveis

⁽¹⁶⁾ Ajustamento de opções sobre ações devido à atribuição de ações ordinárias como resultado da segunda distribuição semestral de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (*scrip dividends*).

⁽¹⁷⁾ Atribuição de opções sobre ações

Orgãos Sociais e Comités

31 de Agosto 2020



¹ Deloitte & Associados, SROC, S.A. representado por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Declaração de Conformidade

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Haitong Bank, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas do Haitong Bank, S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis e com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, conforme o disposto no número 3 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários;
- b) As demonstrações financeiras referidas na alínea a) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;
- c) O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Haitong Bank, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no primeiro semestre de 2020, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 15 de setembro de 2020

Lin Yong
(Presidente do Conselho de Administração)

Wu Min
(Presidente da Comissão Executiva)

Alan do Amaral Fernandes
(Membro da Comissão Executiva)

José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
(Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Sousa Figueiredo Carvalho
(Membro da Comissão Executiva)

Vasco Câmara Pires dos Santos Martins
(Membro da Comissão Executiva)

António Domingues
(Vogal)

Ana Martina Garcia Raoul-Jourde
(Vogal)

Pan Guangtao
(Vogal)

Paulo José Lameiras Martins
(Vogal)

Vincent Marie L. Camerlynck
(Vogal)

Xinjun Zhang
(Vogal)



+351 21 319 69 00



mail@haitongib.com



www.haitongib.com



LinkedIn Haitong